

ESPECIAL

CONGRESSO
E LUTAS DE
SINDICATOS
1977

CONGRESSO

25 DE JANEIRO 1977

PREÇO: 15500

*NA ACÇÃO REFORÇOU-SE
O SINDICALISMO DE MASSAS*

*PARA UMA NOVA POLÍTICA
DE INFORMAÇÃO*

A ABSOLVIÇÃO DO FASCISMO

*QUEM GANHA COM A MISÉRIA
DOS TRABALHADORES*



ESPECIAL

congresso

O presente número – Especial «Congresso» – é a edição de arranque de uma nova revista que – com outro título – em breve será posta nas tuas mãos. É, camarada trabalhador, uma publicação que outros trabalhadores escreverão pensando nas tuas – que são também suas e nossas – dificuldades, esperanças, certezas e lutas.

A nova revista pretende abrir o caminho para o aparecimento de uma informação sindical jovem, forte, organizada e dinâmica, verdadeiramente representativa das classes trabalhadoras e atenta aos perigos que rodeiam a tarefa patriótica que é a consolidação da democracia em Portugal.

Trata-se, pois, neste número especial dedicado ao Congresso de Todos os Sindicatos, de fazer aos trabalhadores portugueses a apresentação de uma nova publicação, órgão da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, tribuna aberta aos que trabalham e lutam na defesa das conquistas democráticas, pela consolidação das vitórias alcançadas, rumo ao Socialismo consignado na Constituição da República. Nas páginas interiores deste número encontrarás, camarada trabalhador, notícias sobre este Congresso nas vésperas do qual esta tua revista sai para a rua. Congresso que representará um papel decisivo na luta sindical. Congresso da Unidade. Congresso de Todos os Sindicatos.

Após o nosso grande Congresso, estaremos ainda mais unidos e firmes nos caminhos da Democracia e na defesa dos nossos interesses de classe. Após o nosso grande Congresso, cerraremos mais fortemente os punhos e acertaremos o passo, a caminho da vitória dos grandes objectivos sindicais.

VIVA O CONGRESSO DE TODOS OS TRABALHADORES! VIVA A CGTP!

PUB.

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE LISBOA

AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 21, 1.º
TELEFONES: 46806 - 555185 - LISBOA - 1

ANO LECTIVO DE 1976/77 CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E RECICLAGEM

TURISMO

JANEIRO

- 1 — MARKETING
- 2 — AGÊNCIAS DE VIAGENS
- 3 — INFORMAÇÃO TURÍSTICA
- 4 — TICKETING. TARIFFAS I.T., ETC.

HOTELARIA

FEVEREIRO

- 1 — MESA
- 2 — COZINHA
- 3 — BAR
- 4 — ECONOMATO
- 5 — MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE HOTEL

LÍNGUAS

- 1 — INGLÊS
- 2 — FRANCÊS
- 3 — ALEMÃO

NOTA: As inscrições encontram-se abertas na Secretaria da Escola.

INICIATIVAS EDITORIAIS

PUB.

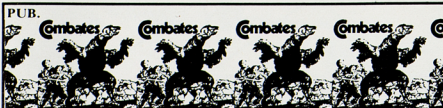
Sindicalismo e luta dos trabalhadores

Obras publicadas:

Iniciação ao Sindicalismo — L. Rioux	90\$00
Sobre os Sindicatos — Lenine (antologia)	25\$00
Sobre o Sindicalismo — Marx e Engels (antologia) ...	30\$00
Operários falam — Entrevistas recolhidas por Júlio Graça	100\$00
Os trabalhadores contra o capitalismo — Cultura e Liberdade	180\$00



VIVA O
CONGRESSO
DA UNIDADE



PLÁTANO EDITORA

A história dos homens é uma longa história de combates que constituem, no seu conjunto, a luta de classes. Esta colecção pretende dar testemunho de alguns desses combates, procurando, ao mesmo tempo, que a s obras nela incluídas participem, à sua maneira, nessa luta.

VOLUMES JÁ PUBLICADOS:

A FORÇA IGNORADA DAS COMPANHEIRAS
por GINA DE FREITAS

TESTEMUNHO DE UM MÉDICO
por ALVARO SOARES DE PINHO



MILAGRE NO BRASIL
por AUGUSTO BOAL



PUB.

COLECCÃO MOVIMENTO

O TERCEIRO MUNDO E A LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA
N. Simonia

A CIÊNCIA NA HISTÓRIA
J. D. Bernal
Vols. I, II, III, IV e V

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS
DA INTEGRAÇÃO CAPITALISTA
M. Maximova

SOCIALISMO, DEMOCRACIA, IDEOLOGIA
D. Kerimov e E. Tchekharine

DIALÉCTICA DAS VANGUARDAS
E. M. de Melo e Castro

COLECCÃO HORIZONTE PEDAGÓGICO

O POEMA PEDAGÓGICO
Anton Makarenko
Vols. I, II e III

O LIVRO DOS PAIS
Anton Makarenko
Vols. I e II

LIVROS
HORIZONTE, LDA

PUB.



Edições SEARA NOVA

A CRISE DO LIBERALISMO
VICTOR DE SÁ

O OPERARIADO E A REPÚBLICA
CÉSAR OLIVEIRA

O 1.º CONGRESSO DO PCP
PREF. E NOTAS DE CÉSAR OLIVEIRA

**ESCRITOS (1927-1930) - BENTO
GONÇALVES**
PREF., RECOLHA E NOTAS DE ANTÓNIO VENTURA

SINDICATOS E SOCIALISMO
HENRY KRASUCKI

**CONTRA O DOGMATISMO E O
SECTARISMO NO MOVIMENTO
OPERÁRIO**
V. I. LENINE

LÉNINE E O PARTIDO BOLCHEVIQUE
HUMBERTO M. DA CRUZ

**O C.C.T. DOS METALÚRGICOS
SOBRE AS SOCIEDADES
MULTINACIONAIS**
CUT - CGT

SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA
V. I. LENINE

**SINDICATOS - TAREFAS DE ONTEM E
DE HOJE**
PREF. DE CANAIS ROCHA

**EM MARCHA - NOTAS E COMENTÁRIOS
SOBRE A GREVE DO FUNCIONALISMO
PÚBLICO DE 1920**
NOGUEIRA DE BRITO

A ASSOCIAÇÃO
COSTA GÓDOLPHIM - PREF. DE CÉSAR OLIVEIRA

A RÚSSIA DOS SOVIETES
CARLOS RATES

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO
MOVIMENTO SINDICAL RURAL NO ALTO
ALENTEJO (1910-1914)**
ANTÓNIO VENTURA

PARA A HISTÓRIA DO SINDICALISMO
ALEXANDRE VIEIRA

MERCADO COMUM E COMECON
SÉRGIO RIBEIRO

PUB.

obras literárias de
FERNANDO LOPES-GRAÇA

publicados os volumes

**A MÚSICA
PORTUGUESA E OS
SEUS PROBLEMAS**

DISTO E DAQUILO

**UM ARTISTA
INTERVÉM
* CARTAS COM
ALGUMA MORAL**

**A CAÇA AOS
COELHOS E
OUTROS ARTIGOS
POLÉMICOS**

no prelo

**ENSAIOS
MUSICOLÓGICOS**

Edições de cuidada apresentação gráfica
Volumes brochados: 100\$00 — Encadernados: 150\$00

EDIÇÕES COSMOS

R. da Emenda, 111-2.º - Tel. 32 20 50
LISBOA 2

ESPECIAL

Congresso

EDIÇÃO DA **INTERSINDICAL NACIONAL**

Rua Vitor Cordon, n.º 1, 2.º — LISBOA

DIRECTOR: JAIME MACHADO



CHEFE DE REDACÇÃO: CUNHA VIANA • REDACTORES: CARLOS BARÃO PINTO, A. VICENTE CAMPINAS, RUI DIAS JOSÉ, JORGE MESSIAS

CAPA E ILUSTRAÇÕES: RUI VIANA • FOTOGRAFIA: ARMINDO CARDOSO

PUBLICIDADE: GINA DE FREITAS E FERNANDO MARQUES

COMPOSTO E IMPRESSO NA HESKA PORTUGUESA — RUA ELIAS GARCIA, 27 — VENDA NOVA — AMADORA

DISTRIBUIÇÃO: CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA



**Na acção reforçou-se
o sindicalismo de massas**

As acções de massas realizadas nos últimos dias em Lisboa, no âmbito do movimento sindical, tiveram um carácter de reforço da luta por parte dos trabalhadores portugueses. O movimento sindical português, que se encontra em plena actividade, tem vindo a ganhar força e a conquistar novos adeptos. A luta dos trabalhadores portugueses, que se encontra em plena actividade, tem vindo a ganhar força e a conquistar novos adeptos. A luta dos trabalhadores portugueses, que se encontra em plena actividade, tem vindo a ganhar força e a conquistar novos adeptos.

sumário

Editorial	4
A Prática da Unidade — Carlos Melo Ferreira	6
Para a História do Sindicalismo	8
Caderno Revindicativo Imediato dos Trabalhadores Portugueses	12
As Origens do 1.º de Maio — César Nogueira	14
Os Caminhos Sinuosos do Divisionismo — Manuel Moraes	15
A Arma da Informação	18
A Informação que Precisamos	20
Unidade na Informação	22
Para os Intelectuais não Há Campo Neutro — João Paulo Guerra	23
As Mulheres no Movimento Sindical	24
Legislação do Trabalho — José Barros Moura	25
Dois Anos de Reforma Agrária	26
A Abolição do Fascismo — Melo Ferreira	29
Custo de Vida	30
Quem Ganha com a Miséria dos Trabalhadores — Eugénio Rosas	30
Os Jovens na Construção da Democracia	34
O Drama da 3.ª Idade	36
Racismo — Conto — A. Vicente Campinas	38
Passatempo	40

Editorial

O Congresso de Todos os Sindicatos realiza-se apesar das dificuldades postas pelos inimigos de classe, no final do mês de Janeiro, após um amplo trabalho preparatório começado quase um ano antes.

Desde que em 26 de Março de 1976 o Secretariado da Intersindical anunciou a sua intenção de convocar o Congresso, no qual participariam também todos os Sindicatos não filiados na Central Sindical em igualdade de condições, centenas de milhares de trabalhadores, milhares de activistas sindicais têm discutido os problemas essenciais sobre os quais o Congresso se irá pronunciar. Foi eleita na maior Reunião Geral de Sindicatos realizada em Portugal a Comissão Nacional Organizadora do Congresso, foram criadas em todos os Distritos as Comissões Dinamizadoras, compostas por todos os Sindicatos que quiseram participar, foram elaborados, primeiro o Regulamento do Congresso e posteriormente as propostas dos documentos para o Congresso, documentos que foram discutidos, analisados e sobre os quais foram tomadas decisões.

O Congresso tem sido em todas as fases preparado com a forte participação das estruturas do Movimento Sindical, de todos os trabalhadores dentro do espírito democrático, sem expedientes orgânicos, com discussões fraternas, franqueza de processos, ampla consulta de opiniões e procura de plataformas unitárias entre as diversas correntes de opinião influentes no Movimento Sindical.

Pode-se dizer que foram criadas amplas condições de participação a todos os sindicatos portugueses. Alguns ficam de fora por razões alheias aos interesses de classe dos trabalhadores.

Pode-se também afirmar que os êxitos da política Sindical unitária realizada confirma a elevada consciência de classe, a sensibilidade política, o espírito unitário e a combatividade da classe operária e de todos os trabalhadores.

O Congresso é muito mais do que os quatro dias de discussões e votações. É também todo este amplo trabalho prévio que fez ressaltar claramente os aspectos essenciais que os delegados ao Congresso analisarão e sobre os quais decidirão.

A PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO

No Congresso poderão intervir além da Comissão Nacional Organizadora do Congresso e do Secretariado da Intersindical, as Uniões e Federações, formas organizativas forjadas pelo Movimento Sindical e que poderão dar um importante contributo para o trabalho colectivo do Congresso. Assistirão ao Congresso milhares de delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e de outras organizações de trabalhadores (reformados, emigrantes, deficientes do trabalho, etc.).

Apenas os Sindicatos, como associações sindicais de base do Movimento Sindical participam nas votações do Congresso.

Os s
voto sec
quer p
Assemb
vontade
delibera

A ins
de 80
represen
trabalha
que af
discutido
melhor r

A UNID

As r
colectiv
concreta
e do M

conter u
de classe
de vida e
na noss
verifique
princíp

possibili
de respe
Quarto p
a defesa

luta dos
menos i
esperam
sabam
e comba

A di
Movime
trabalha
conquist
capitalis

Refo
a noss
Portugue
política
e indepe
e asseg
correspo
heróico

CUMPR

A int
Movimen

Os seus representantes, quer por terem sido eleitos por voto secreto e directo para membros de corpos gerentes, quer por terem sido eleitos e mandatados pelas Assembleias Gerais, reflectirão no Congresso a efectiva vontade dos trabalhadores expressa em discussões, deliberações, eleições, etc.

A inscrição de mais de 260 Sindicatos, dos quais cerca de 80 não filiados na Intersindical Nacional, que representam no seu conjunto um milhão e oitocentos mil trabalhadores dá-nos uma garantia de que os problemas que afectam os trabalhadores serão efectivamente discutidos para que em conjunto se encontrem as formas de melhor resolver.

A UNIDADE NA ACÇÃO

As resoluções do Congresso, baseadas na vontade colectiva dos trabalhadores, constituirão uma base concreta para reforçar a unidade de todos os trabalhadores e do Movimento Sindical. Primeiro porque elas deverão conter uma resposta clara, na base dos nossos interesses de classe, aos problemas que afectam as nossas condições de vida e de trabalho. Segundo porque elas se devem basear na nossa prática de luta, corrigindo os aspectos que se verifiquem necessários. Terceiro porque, de acordo com os princípios da democracia sindical, todos terão possibilidade de expressar as suas opiniões sem prejuízo de respeitarem as decisões que a maioria venha a assumir. Quarto porque constituirão uma contribuição positiva para a defesa e consolidação das conquistas alcançadas pela luta dos trabalhadores após o 25 de Abril. Por fim, e não menos importante, porque é isso que os trabalhadores esperam dos seus representantes ao Congresso, que estes saibam encontrar as formas de reforçar o que nos une e combater o que nos divide.

A divisão, enfraquecimento ou subordinação do Movimento Sindical a Interesses alheios aos dos trabalhadores faz parte da ofensiva reaccionária contra as conquistas democráticas e dos projectos de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Reforcemos todos, participando construtivamente, a nossa Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses. Vamos todos alargar e consolidar a sua política unitária. Vamos garantir a sua vida democrática e independente. Vamos todos continuar o combate à cisão e assegurar uma acção coesa de massas e de classe, correspondente às características e tradições históricas do heróico movimento operário português.

CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO

A intervenção activa dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical, na resolução dos graves problemas

nacionais, é uma necessidade objectiva que a Constituição reconhece e garante.

No quadro Constitucional é estabelecido como objectivo do Estado Democrático «assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício mediocrático do poder pelas classes trabalhadoras» pelo que, entre outros, «incumbe prioritariamente» ao Estado «estimular a participação das classes trabalhadoras e das suas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais».

Os trabalhadores, as suas organizações de classe, estão e sempre estiveram dispostos a contribuir dum forma positiva na resolução dos problemas do País.

A realização do Congresso será um importante contributo para que as propostas dos trabalhadores sejam atendidas, a Constituição respeitada e o rumo socialista do nosso processo garantido.

A SITUAÇÃO SOCIAL

Como é apontado na proposta síntese da CNOC para o Programa de Acção, a ofensiva da recuperação capitalista, as iniciativas do patronato reaccionário (CIP, CAP, Confederação do Comércio, multinacionais) as medidas antioperárias do Governo, os ataques às conquistas da revolução e ao nível de vida dos trabalhadores, conduzem ao agravamento da situação social, criam condições que possibilitam o regresso ao 24 de Abril. Na complexa situação que vivemos, a luta dos trabalhadores deve ter sempre presente a necessidade de contribuir activamente para o reforço da estabilidade democrática, a defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário, quer na definição dos objectivos, combatendo o economicismo, e distinguindo o essencial do acessório, quer na definição das formas de luta, combatendo o aventureirismo e o reformismo.

A resistência e luta organizada nos locais de trabalho e nos sindicatos, a denúncia das medidas reaccionárias que sejam tomadas, a pressão constante sobre os órgãos do poder para que atendam as posições dos trabalhadores, a luta de massas, são formas de luta que não se excluem, antes se reforçam mutuamente.

Neste contexto o Congresso de todos os Sindicatos será uma importante jornada de luta para fazer frente à ofensiva reaccionária e a deterioração das condições de vida dos trabalhadores portugueses, será um reforço da luta que vem sendo travada e continuará a sê-lo pela defesa intransigente dos interesses de classe dos trabalhadores.

VIVA O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL

Unidade

O Movimento Sindical Unitário, cujas bases foram lançadas antes do 25 de Abril pelos trabalhadores portugueses, sempre, antes e depois daquela data, assustou a classe dominante.

Antes do 25 de Abril foi um dos alvos principais do capital monopolista e dos serventários: a máquina repressiva do aparelho de Estado e todas as suas ramificações.

Depois do 25 de Abril, depois do Movimento das Forças Armadas libertador com o qual, ombro a ombro e de braço dado, o povo português derrubou a ditadura fascista, as classes trabalhadoras empenharam-se activamente primeiro em expulsar dos sindicatos, onde ainda persistiam, as direcções vendidas ao fascismo, depois em estruturar, à luz do dia, um Movimento Sindical unitário, nascido nas fábricas, nos campos, nos sindicatos, muito antes daquela data, nas duras condições da repressão.

Influenciado pelo processo revolucionário, pela correlação de forças político-militares e sociais, o Movimento Sindical português pôde e soube influenciar de forma determinante aquela correlação, de que era parte integrante. Assim sentiu os efeitos dos avanços e recuos do próprio processo e neste assumiu um papel decisivo. Com base na sua própria prática e na experiência do movimento operário internacional, estruturou-se como organização unitária dos trabalhadores portugueses, pronta a defender os seus interesses imediatos e a responder aos ataques contra-revolucionários do grande capital nacional e internacional, que não deixaram de suceder-se a coberto de associações políticas e partidárias neofascistas, neocapitalistas e pro-imperialistas, de legalidade duvidosa, isto é, definidas pela sua prática reacçãoária e contra-revolucionária.

Os interesses imediatos dos trabalhadores portugueses foram assim defendidos, o processo revolucionário foi impulsionado e as conquistas dos trabalhadores ampliaram-se e aprofundaram-se.

A partir da institucionalização do Estado democrático expressamente apontado ao socialismo, isto é, após a entrada em vigor da Constituição, as forças políticas e terroristas reacçãoárias intensificaram a sua acção, de que um dos objectivos principais foi, ou melhor, continuou a ser, o Movimento Sindical Unitário, a sua Confederação e as estruturas intermédias.

Os trabalhadores portugueses, unidos na defesa da democracia, dos seus interesses e direitos, organizados nas suas associações de classe, não cessaram de dar resposta aos ataques que viviam as suas conquistas essenciais, isolando os provocadores e os divisionistas.

As nacionalizações, o controlo operário, a reforma Agrária, os direitos e liberdades expressos na Constituição, necessariamente e de forma cada vez mais intensa e descarada contestados e atacados pela reacção, pelos monopolistas afastados e pelos candidatos a grandes capitalistas, por organizações ilegais e por partidos legais, têm sido no fundamental preservadas. Isto sucede porque a organização sindical dos trabalhadores portugueses, embora não isenta de erros, tem sabido interpretar a dialéctica entre a direcção e os trabalhadores, sindicalizados (e não só), interpretando, no essencial, correctamente a evolução da situação política geral, com base numa paciente e firme acção unitária.

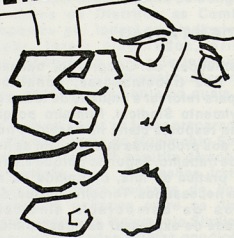
Se a unidade dos trabalhadores portugueses tem tradições antigas assentes numa luta constante contra o seu inimigo comum e principal, o grande capital, não será nesta curva aperfeiçoada da revolução que os inimigos de classe e os seus agentes (intelectuais e legionários, fascistas, hoje terroristas e bombistas, fascistas) ou cúmplices, quebrarão a unidade. A Espanha a que o secretário de Estado do Trabalho se referiu, a inter-sindical, não é apenas duas dúzias, duas centenas ou dois milhares de pessoas. São todos os trabalhadores honestos da nossa pátria, todos aqueles que sentem na carne, no sangue, no estômago e no cérebro, um passado ainda bem próximo.

A inter-sindical, todo o Movimento Sindical Unitário, os trabalhadores portugueses, fazem hoje como ontem e cada vez mais no futuro, a demonstração concreta da sua capacidade de resposta e de acção prática, aos lobos com pele de cordeiro e aos sapos da fábula. E patente hoje a linha divisória entre quem está e quem não está interessado na consolidação da democracia e no avanço rumo ao socialismo. A quem não está interessado não cessam de engrossar, já que aumenta o número daqueles que compreendem que o socialismo não é meta distante ou inatingível e que passa pela consolidação da democracia.

Porque o homem pensa e age de acordo com os seus interesses de classe e o seu grau de compreensão dos mesmos, porque a luta de classes não é uma invenção nem a história numa página em branco, mas são factos que o quotidiano de cada um de nós sobrevive, porque o movimento operário e popular, mesmo quando recua, assusta os seus inimigos de classe, porque a organização dos trabalhadores portugueses é vertebrada, porque tu existes, camarada operário e tu companheira camponesa e tu companheiro próximo e distante, quem alima o intuito de quebrar a Espanha à Confederação Geral dos Sindicatos portugueses arrisca-se a partir dos dentes. Ou, por outras palavras, toma os desejos por realidades, persiste na utopia dum capitalismo em «liberdade» contra a lógica do 25 de Abril.

Carlos Melo Ferreira

EM NOME DE
1.800.000
TRABALHADORES



ESTAMOS a chegar ao fim da preparação do Congresso Sindical que vai realizar-se de 27 a 30 deste mês de Janeiro. Estão inscritos para nele participar 266 sindicatos. No seu conjunto representam mais de 1 800 000 trabalhadores.

Da participação responsável dos delegados ao Congresso, dos seus esforços para unir e organizar, dependerá em grande parte, uma resposta da classe trabalhadora, face a uma situação de clara ofensiva das forças do capital contra as grandes conquistas alcançadas pelos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril. São indícios claros desta ofensiva múltiplos aspectos que caracterizam a actual situação.

A subida constante dos preços, enquanto permanecem congelados a maior parte dos Contratos Colectivos de Trabalho, situação que põe em causa a melhoria do nível de vida conquistado pelos trabalhadores desde o 25 de Abril; a legislação de trabalho lesiva dos interesses e direitos dos trabalhadores, como as leis sobre despedimentos, contratação colectiva, cobrança das quotizações sindicais; a ofensiva contra a Reforma Agrária, tentando liquidar a conquista que mais profundamente transformou as relações de produção do antigo regime, abrindo a via para uma nova e mais justa sociedade; as ameaças às nacionalizações e às intervenções do Estado em empresas que o patronato sabotou e delatou; o controlo de classe exercido pela burguesia e forças socialmente hesitantes sobre os meios de comunicação social; o perigoso endividamento ao estrangeiro, que hipoteca a nossa independência económica e política; as cedências ao patronato e seus organismos por parte do Governo; toda uma actividade económica que utiliza os mecanismos do desenvolvimento capitalista para ultrapassar a crise económica, acreditando assim, mais no capital do que nos trabalhadores (a recente abertura da Bolsa é disso um facto bem elucidativo), configuram um panorama que causa sérias apreensões aos trabalhadores.

Congresso de Todos os Sindicatos:

Pela Unidade, pela Reestruturação da Intersindical

As ameaças de agravamento das condições de vida do nosso povo, não surgem por acaso; elas vêm na sequência de toda uma série de medidas impopulares que se iniciaram com o congelamento da contratação colectiva, quando da declaração de estado de sítio no 25 de Novembro. Na prática tal congelamento ainda hoje se mantem para 15000 trabalhadores.

É no quadro difícil desta situação, complexa a nível económico, social e político, que se vai realizar o Congresso cujas palavras de ordem são: Pela Unidade dos Trabalhadores, Pela Reestruturação da Intersindical. Estas duas palavras de ordem trazem a consciência dos trabalhadores portugueses relativamente à importância da Unidade e da Organização no Movimento Sindical. Está historicamente provado que só unidos e organizados os trabalhadores poderão fazer frente, com êxito, aos exploradores. Só assim poderão também contribuir para alterar as estruturas sociais no sentido dum sociedade mais justa.

Unidos e organizados os trabalhadores defendem os seus interesses imediatos e abrem os caminhos do futuro. Adaptando a sua acção às situações concretas, tendo em conta as alterações na correlação de forças, o Movimento Sindical Unitário tem sabido permanecer fiel a estes princípios. Isto suscita o ódio do capital e de todas as forças que não estão interessadas no avanço da nossa sociedade numa via de desenvolvimento socialista. Os capitalistas e aqueles que os apoiam, desenvolveram desde muito cedo cerrado ataque à Intersindical e a tudo o que ela significa de força organizada dos trabalhadores, forjada nas lutas contra o fascismo, criada a pulso pelos trabalhadores dentro dos próprios Sindicatos corporativos, mas fugindo ao esquema fascista.

O ataque dirigiu-se, logo após o 25 de Abril, àqueles trabalhadores que

cometeram o "crime" de expulsar os fascistas dos Sindicatos. A aprovação da lei sindical contemplando o voto secreto e directo e a proibição do pluralismo (unicidade) fez ruir esses ataques ao movimento sindical. Não desistiram, porém, as forças políticas representativas do capital, nem os grupos e grupelhos que vão criando (Força Democrática do Trabalho, Centro de Estudos Sindicais, etc.) dos seus designios divisionistas.

Cria-se um clima hostil a partir dos órgãos de comunicação social, que difundem uma organizada campanha de calúnias contra a Intersindical. Surgem pressões e descarada ingerência estrangeira. Aparecem as especulações à volta da unicidade.

Tudo isto sem que consigam qualquer penetração nas massas trabalhadoras. Nem através das pressões políticas, das campanhas difamatórias ou do recurso ao terrorismo (atentado à sede da Intersindical), conseguiram essas forças dividir os trabalhadores como pretendiam para melhor alcançar os seus objectivos de agravar a exploração e simultaneamente liquidar as conquistas revolucionárias.

Uma organização sindical forte e unida é hoje condição para a defesa e consolidação da situação democrática, da Reforma Agrária, das Nacionalizações, do Controlo Operário, por isso recorrem a todos os trunfos no seu jogo de divisão dos trabalhadores, todos aqueles que vivem da exploração e quantos os apoiam.

OS TRABALHADORES RECUSAM O REFORMISMO SINDICAL

Após um largo período de unidade sindical, começam a surgir dentro dos próprios sindicatos correntes de opinião que contestam a estrutura, o programa de acção e também alguns órgãos dirigentes da Intersindical. Estas alterações a nível sindical não podem ser desligadas das próprias alterações na situação política. Perante elas e avaliando a dimensão das dificuldades surgidas, a necessidade de cerrar fileiras e o facto de alguns sindicatos nunca se terem filiado na Central, o Plenário da Intersindical, de 26 de Março de 1976, decide convocar um Congresso.

A realização do Congresso surge assim da necessidade de adequar a acção a uma situação política e sindical totalmente diversa daquela em que realizou o Congresso de 1975.

O Secretariado da Intersindical iniciou contactos com vista ao reforço da unidade à volta das comemorações do 1.º de Maio. É então que, em 26 de Abril surge um documento assinado por 16 direcções sindicais, a "Carta Aberta", que constituiu a primeira contestação organizada dentro do próprio Movimento Sindical.

QUE PRETENDIAM OS SUBSCRITORES DA "CARTA ABERTA"?

— "Não só pensamos ser urgente a realização de um Congresso, como vimos lutando para que nele participem todos os Sindicatos portugueses". É estranho que venham exigir um Congresso depois de ele estar anunciado há um mês. Estranho que depois de falar na sua urgente realização, tudo tenham feito para o proterlar.

— Incompreensível que depois de considerarem que o Congresso "deverá ser preparado a partir dos locais de trabalho" tenham fugido de ir às empresas junto dos trabalhadores e alguns tenham mesmo fugido deles no decurso de Assembleias Gerais.

— A "Carta Aberta" falava de uma Comissão Organizadora "que deverá ter em conta o conjunto dos sindicatos, isto é, os que estão filiados ou os que estão fora da Intersindical". Afirma que deve "representar as diversas correntes de opinião com efectiva expressão no Movimento Sindical Português".

Todas estas exigências são aceites: Todos os Sindicatos podem estar presentes no Congresso, filiados ou não na Intersindical; a Comissão Organizadora integra sindicatos filiados e não filiados na Intersindical e tem em conta as diversas correntes de opinião com efectiva expressão sindical, considerando ainda os diversos ramos de actividade e as principais zonas geográficas.

O Secretariado da Intersindical leva a efeito reuniões conjuntas com os subscritores da "Carta Aberta", que vão reunindo em Coimbra, cada vez com menos presenças, dado que nessas reuniões nunca chega o tempo para se discutirem os problemas concretos dos trabalhadores, não obstante a "Carta Aberta" afirmar "as organizações sindicais terão que ser verdadeiro baluarte da defesa da Liberdade e da Democracia, garante das conquistas alcançadas pelos trabalhadores".



Na acção reformadora o sindicalismo

O Movimento Sindical Unitário, continuando uma acção que vem do tempo do fascismo e teve papel determinante nas conquistas dos trabalhadores após o 25 de Abril, reservou o fundamental das suas energias para a luta contra o patronato e pelos problemas concretos dos trabalhadores e não para a polémica estéril e paralisante para onde os divisionistas queriam arrastá-lo.

A Intersindical, durante todo o ano de 1976, promove movimentações de massas tendentes a unir e organizar os trabalhadores na defesa e aprofundamento das suas conquistas:

10 de Janeiro, na sede da Intersindical – Reunião Nacional do Departamento de Juventude.

10 de Janeiro, na FIL – Encontro de Organizações de Trabalhadores ligados à Construção Civil e Obras Públicas.

17 de Janeiro, no Estádio 1.º de Maio – Concentração «Contra aumento do custo de vida»

18 de Janeiro, Marinha Grande – Comício comemorativo do 19 de Janeiro de 1934.

7 de Fevereiro, em Coimbra – Encontro Distrital das Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais.

7 de Fevereiro, na FIL – Plenário das Comissões de Trabalhadores das empresas em Autogestão e Cooperativas.

13 de Março, em Lisboa – Encontro de Jovens Trabalhadores, Comércio Metalúrgica.

27/28 de Março, Coimbra – Encontro Nacional da Previdência.

10 de Abril, na Voz do Operário – Encontro distrital de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores

29 de Maio, na Voz do Operário – Encontro Distrital de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores

1.º de Maio – Comemorações do 1.º de Maio em Lisboa e diversos distritos em colaboração com os Sindicatos da «Carta Aberta».

2 de Junho – Paralisação Nacional contra o terrorismo

24 de Junho, IST – Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras.

30 de Julho, na Voz do Operário – Plenário das Comissões Administrativas da Previdência e Direcções Sindicais

14 de Agosto – Semana Nacional da Emigração, comício no Pavilhão dos Desportos.

26/29 de Agosto – Semana Nacional dos Reformados, encontro em Coimbra

11 de Setembro – Semana Nacional de Solidariedade com a CUT chilena – comício no Pavilhão dos Desportos.

9 de Outubro, em S.º Amaro (Carris) – Encontro das Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais de empresas em autogestão, cooperativas, etc.

30/31 de Outubro, em Évora – Conferência da Reforma Agrária.

6 de Novembro – IST – Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, Delegados e Comissões de Trabalhadores.

27 de Novembro, em Lisboa, Porto e Coimbra

– Concentração contra «Congelamento da Contratação Colectiva».

TUDO este trabalho significou um real esforço da Intersindical no sentido de desenvolver os problemas que dizem directamente respeito aos trabalhadores.

Este é o caminho que os sindicatos têm de trilhar para fazer frente à recuperação capitalista; esta na situação concreta portuguesa só será viável com a divisão sindical. Por isso os senhores das Confederações Patronais se empenharam activamente na diluição de calúnias aos trabalhadores através dos órgãos de comunicação social que controlam.

E posta em marcha uma gigantesca manobra de divisão em que o empolamento da importância da Carta Aberta joga importante papel. É bem significativo o facto de a TV lhe ter dedicado, de 1 de Outubro a 10 de Dezembro, 26 minutos e apenas 11 minutos ao Congresso.

O Governo também intervém activamente, praticando uma vergonhosa inércia na vida sindical, continuando neste campo a sua política de cedência às exigências do capital.

Nesta situação, os sindicalistas que mantêm o movimento da Carta Aberta, depois de terem sido satisfeitos todas as condições que ela propunha, mostram que afinal tais condições eram um pretexto para o lançamento de um sindicalismo reformista, de conciliação com o capital, reformismo sindical que não tem quaisquer tradições no nosso país e não responde às necessidades dos trabalhadores.

Cada dia um número maior de trabalhadores toma



forçou-se no de massas

consciência destas realidades e repudia o divisionismo. Vários dos que se deixaram envolver nas manobras dos divisionistas, desligam-se hoje, reforçando a unidade através da participação no Congresso. Para o seu afastamento contribuíram, além da atitude aberta evidenciada pela Intersindical, as chantagens dos divisionistas que reclamando uma paridade antidemocrática e recorrendo a práticas antestatautárias, mostram que não é por se auto-proclamarem de democráticos que de facto o são.

DEMOCRATICIDADE E PARTICIPAÇÃO

O Congresso não começa nos últimos dias de Janeiro de 1977. Quando os delegados se reuniram no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, continuam um trabalho, cujo início podemos situar no 1.º de Maio de 1976.

Desde a convocação do Congresso até à sua realização, os Sindicatos efectuaram amplas consultas aos trabalhadores.

A democraticidade, a informação constante e a grande participação, foram as traves mestras em que assentou toda a preparação do Congresso. O debate e abertura para se ultrapassarem as divergências, presidiu a todos os contactos com os sindicatos da Carta Aberta. Num esforço de unidade o Secretariado da Intersindical de 22 a 27 de Julho, leva a efeito reuniões conjuntas com esses sindicatos em vários distritos.

Em 29 de Julho realiza-se uma Reunião Geral de Sindicatos, com 144 sidicatos presentes, 35 dos quais não são filiados na Intersindical. Chega-se a um consenso num grande número de problemas.

É aceite, também por consenso, uma proposta à Mesa da RGS (A Mesa integrava sindicatos da Carta Aberta), poderes para promover todos os contactos necessários para efectuar rapidamente uma nova RGS, onde fosse eleita a CNOC.

Na reunião realizada a 4 de Setembro participam 170 sindicatos, 39 não filiados na Intersindical, em representação de 1 400 000 trabalhadores que decidem avançar para a realização do Congresso. Para discussão do seu Regulamento levam-se a efeito em todo o país perto de 1500 reuniões no espaço de um mês, sendo distribuídos mais de 1 000 000 de Projectos.

Na Reunião Geral de Sindicatos, realizada a 22/23 de Outubro, participam 222 sindicatos, 62 dos quais não são filiados na Intersindical.

Em representação de um total de 1 585 000 trabalhadores, estes sindicatos aprovaram o Regulamento do Congresso, elegeram a CNOC e marcaram a sua realização para 27 a 30 de Janeiro de 1977. O número de sindicatos não filiados, presentes nesta reunião, prova que este não será o II Congresso da Intersindical.

O S projectos de Estatutos, Programa de Acção e Lei Sindical, que de meados de Novembro à fins de Dezembro, foram submetidos aos trabalhadores para discussão nos seus Sindicatos e locais de trabalho,

foram melhorados. A ampla participação reflecte-se no elevado número de alterações: 1211 nos Estatutos, 959 no Programa de Acção e 701 na Lei Sindical, o que soma 2871 alterações, propostas por direcções sindicais, por comissões de trabalhadores, delegados sindicais, trabalhadores individuais e grupos de Trabalhadores.

Sobre todas as propostas de emenda enviadas, através dos sindicatos, a CNOC elaborou os documentos-síntese, foram ainda sujeitos a debate em Assembleia Geral de Sindicatos. Aos sindicatos, em que o debate concluiu a novas soluções, foi dada a possibilidade de recorrer que as novas propostas fossem discutidas nos trabalhos do Congresso, desde que tenham manifestado essa intenção até 8 dias antes do seu início.

O número de reuniões efectuadas desde o início dos trabalhos preparatórios do Congresso, o número de trabalhadores que participaram nessas reuniões e o número de propostas de alteração aos documentos do Congresso, traduzem numa forma incontestável, a importância que os trabalhadores e as suas estruturas organizativas deram a discussão, debate e preparação dos documentos do Congresso e o valor e significado que atribuem à sua realização.

Todo o trabalho desenvolvido não vai parar com a realização do Congresso. Ele não é um fim em si mesmo, no Congresso os representantes dos trabalhadores, depois das discussões nas bases, definirão conjuntamente as linhas da futura acção sindical.

Cronologia dos Congressos dos Sindicatos Portugueses

1885 - Lisboa - I CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Promovido pela Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas de Lisboa realiza-se na Câmara Municipal da capital. Participam as Associações dos Ferreiros, dos Carpinteiros, Fabricantes de Tecidos, Pedreiros, Tipógrafos, Cigarrheiros, Manipuladores e Fabricantes de Tabacos, Associação dos Trabalhadores, Centro Operário de Lisboa, Carpinteiros Navais, Centro Escolar Operário de Alcântara e duas cooperativas.

As principais resoluções do Congresso respeitaram as manifestações do 1.º de Maio e ao seu aproveitamento para a reivindicação da jornada das 8 horas, à afirmação de independência e de espírito de classe das organizações dos trabalhadores e à reclamação das Bolsas de Trabalho. Problemas concretos foram ainda discutidos e aprovadas moções sobre rendas de casa, carestia do pão, regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres, higiene nas fábricas e oficinas e trabalho nas prisões.

21891 - Lisboa - II CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

1892 - Lisboa e Porto - III CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Novamente a jornada de 8 horas é tema do Congresso; é requerida ao Parlamento a legalização do dia de trabalho de 8 horas. Opta-se pela intervenção dos trabalhadores nos corpos legislativos e pela conquista dos municípios. É votada a Confederação Nacional das Associações de Classe.

1894 - Lisboa e Porto - IV CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

1895 - Tomar - V CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

A tese principal é relativa à situação dos operários das cidades, do mar e dos campos.

Uma outra, de raízes doutrinárias, aponta para a aceitação no seio da classe trabalhadora de «todos os indivíduos das classes preponderantes que realmente venham colaborar com ela na solução do problema da miséria».

Uma última tese, mais política, visa tornar o Partido Socialista preponderante, o qual proclama a sua hegemonia na direcção do movimento operário.

1902 - Aveiro - VI CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

É o último Congresso das Associações de Classe. Como principal resolução regista-se a reorganização da Confederação votada no Congresso de Lisboa de 1894.

São ainda votadas resoluções respeitantes às greves (a qual, de um modo geral contraria esse direito dos trabalhadores através de várias limitações) à reorganização dos trabalhadores rurais, a emigração e sobre desastres no trabalho. O 1.º de Maio é considerado dia de protesto.

1909 - Julho - Lisboa e Porto - CONGRESSO OPERÁRIO

Em Lisboa participam 28 sindicatos, 4 centros socialistas algumas cooperativas; no Porto reunem-se 57 organismos, não sendo nenhum de carácter político.

As questões tratadas eram semelhantes às dos anteriores congressos.

Em Lisboa, logo na primeira sessão, verifica-se uma cisão. Os congressistas defensores da independência sindical abandonaram o Congresso face à posição da Comissão Revisora que defende a não participação de organismos políticos. Vão reunir na União da Construção Civil onde resolvem convocar outro congresso para Setembro do mesmo ano.

1911 - Lisboa - II CONGRESSO SINDICAL

Foram discutidas 3 teses fundamentais:
- Princípios Gerais de Organização;
- Greves e Arbitragem (que preconizava a greve surpresa);

- Legislação Operária; lei das Associações de classe; Instituto do Trabalho e Contrato Colectivo.

1914 - Tomar - I CONGRESSO NACIONAL OPERÁRIO (Constituinte da U.O.N.)

Participaram 103 Sindicatos, 3 Federações corporativas e 4 de ofícios vários, que no total representaram cerca de 90 mil trabalhadores filiados. Os temas tratados foram:

- Projecto das bases de organização da União Operária Nacional;
- Elementos para a reforma da lei de 9 de Maio de 1891;
- Dados para a fundação do Instituto de Trabalho Nacional;
- Reforma dos Tribunais de Arbitrios e Avindores.

1919 - Coimbra - II CONGRESSO NACIONAL OPERÁRIO (Constituinte da C.G.T.)

São quatro as teses fundamentais para discussão:

- Confederação;
- Relações Internacionais (M.J. Sousa);
- Sindicatos Únicos e Sindicatos Mistos (Miguel Correia);
- Reformas Imediatas (Carlos Rales).

A primeira tese é a que mais razão dá à realização do Congresso pois tratava-se de uma velha aspiração há muito sentida pelos militantes sindicalistas.

Na terceira tese delibera-se que a «confederação deveria estimular a organização dos sindicatos únicos de indústria».

A última tese é rejeitada em alternativa a uma outra que defende a orientação revolucionária do sindicalismo.

Manuel Joaquim de Sousa é eleito secretário-geral da C.G.T.

1909 - Setembro - CONGRESSO SINDICAL E COOPERATIVISTA

Convocado na União da Construção Civil, efectua-se na Caixa Económica Operária, com a participação de 31 sindicatos e algumas

coope
congre
nas f
Classe
e Org
repercu

1922 -
OPERA
Co
fundam
SOCIA

A
à Intern
E e
Santos

1925 -
OPERA
Pre

144 de
15 dele
tendo a
compa

Pre
São
discuti

Sindic
«Traba
Traba
«Educ
«Condi
como c

1975 -
SINDIC
Co

a pa
represe
como c

Inter
- d
Orient
Portug
- e

gressos ugueses

ções de
lectivo.

CIONAL

erações
no total
nadores

a União

de Maio

tuto de

rbítrios

CIONAL

is para

);
Mistos

ção dá

de uma

ilitantes

e que

nização

a a uma

nária do

cretário-

RESSO

io Civil,

ria, com

algumas

cooperativas. Cinco teses ocupam os congressistas: Protecção às mulheres e menores nas fábricas; Lei das Associações de Classe; Jornada de 8 horas; Cooperativismo e Organização Sindical a qual terá profundas repercussões no futuro do sindicalismo português.

1922 - Covilhã - III CONGRESSO NACIONAL OPERÁRIO

Convocado pela C.G.T. tem como tese fundamental a que se refere à «ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA».

A proposta de adesão da C.G.T. à Internacional Sindical Vermelha foi rejeitada.

É eleito secretário-geral o operário marceneiro Santos Arranha.

1925 - Santarém - IV CONGRESSO NACIONAL OPERÁRIO

Presentes 113 sindicatos representados por 144 delegados; 11 Federações de indústrias com 15 delegados; 5 uniões sindicais com 5 delegados tendo ainda aderido mais 22 sindicatos que não compareceram por dificuldades financeiras.

Presentes ainda a O.I.T. e a C.N.T.

São revistos os estatutos da confederação, discutidas as teses sobre «Organização Social Sindicalista», «Câmaras e juntas sindicais», «Trabalho das Mulheres e Menores», «Crise de Trabalho e Horário», «Higiene Industrial», «Educação», «Emigração e Mão-de-Obra», «Condições de Trabalho nas Colónias», assim como os relatórios da C.G.T. e de «A Batalha».

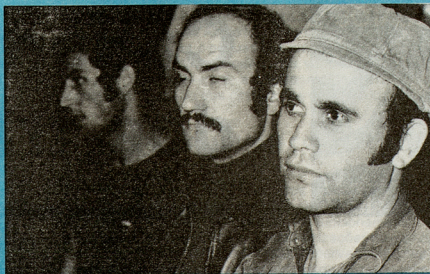
1975 - Lisboa - CONGRESSO DOS SINDICATOS PORTUGUESES

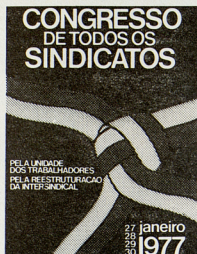
Convocado pela Intersindical e com a participação de 159 sindicatos em representação de 1.600.000 trabalhadores teve como objectivos:

- discussão e aprovação dos Estatutos da Intersindical Nacional;

- discussão e aprovação do Documento de Orientação e Acção para o Movimento Sindical Português;

- eleição do secretário.





Caderno reivindicativo dos trabalhadores

(PROJECTO)

O desemprego atinge centenas de milhares de trabalhadores. A Contratação Colectiva está congelada. Os preços aumentam e os salários mantêm-se. As condições sociais de vida não melhoram. O Governo publica leis de trabalho sem atender às posições dos trabalhadores. A Reforma Agrária é alvo de uma poderosa ofensiva reaccionária. O Governo prepara-se para devolver empresas ao patronato sabotador. A ausência de uma política de desenvolvimento que permita satisfazer as necessidades populares e garantir a independência nacional agrava as dificuldades existentes.

Os ataques ao Movimento Sindical e às Comissões de Trabalhadores encontram um forte apoio na legislação inconstitucional decretada.

Estes problemas agravam a situação social, criam condições para os ataques do fascismo, a ingerência do imperialismo e o aniquilamento das liberdades e da democracia conquistados com o 25 de Abril.

A presente situação exige a tomada de medidas imediatas que defendam as conquistas dos trabalhadores, melhorem as condições de vida

e contribuam para o desenvolvimento económico.

As medidas são possíveis e são necessárias. Os trabalhadores são os primeiros interessados na resolução dos graves problemas económicos, financeiros e sociais do País.

O Movimento Sindical mobilizará activamente todos os trabalhadores para o esforço produtivo necessário, desde que seja assegurado que os seus resultados beneficiarão efectivamente as camadas mais desfavorecidas do nosso Povo.

O Movimento Sindical, ao apresentar à discussão dos trabalhadores portugueses o presente **CADERNO REIVINDICATIVO IMEDIATO** para ser submetido à apreciação do próximo Congresso de Todos os Sindicatos, reafirma a convicção de que a aplicação das medidas positivas e realistas apresentadas contribuirá para a resolução dos graves problemas do País e dos trabalhadores, garantirá o seu empenhamento consciente e activo no desenvolvimento económico, no quadro da democracia política, económica e social consagrada na Constituição da República que aponta para a construção do socialismo no nosso País.

COMBATE AO DESEMPREGO

Política de investimentos que reabsorva um elevado número de desempregados. Apoio à indústria nacional, nomeadamente PME's afectadas por restrições às importações, de forma a substituir planificadamente as importações. Actualização e extensão a todos os desempregados do subsídio de desemprego. Reintegração imediata dos trabalhadores ilegalmente despedidos, nomeadamente delegados e dirigentes sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores. Revogação do decreto que liberalizou os despedimentos (841-C/76) e do decreto que criou o quadro de adidos (294/76) e publicação de legislação que torne efectiva a proibição constitucional de despedimentos sem justa causa e que permita o controlo efectivo dos motivos e processos de despedimentos pelas organizações de classe dos trabalhadores.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Publicação rápida dos CCT boicotados pelo patronato ou congelados pelo Governo, situação que afecta mais de 1 500 000 trabalhadores. Revogação dos decretos do Governo que limitam a liberdade de negociação e publicação de legislação de acordo com o projecto do Movimento Sindical que inclua, nomeadamente, o prazo de vigência de 1 ano, a obrigatoriedade do patronato negociar, o recurso à via administrativa, a requerimento e com a participação dos sindicatos, a liberdade de contratação colectiva para todos os trabalhadores, nomeadamente da função pública.

PREÇOS E ABASTECIMENTOS

Congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade, ao nível que vigorava em 1 de Janeiro de 1977

cativo imediato s portugueses

e garantia do seu abastecimento. Reforço da fiscalização de forma que as tabelas oficiais de preços sejam efectivamente cumpridas e combate à especulação dos intermediários parasitas. Medidas efectivas que impeçam a taxa de inflação em 1977 ultrapassar os 15% previstos no «Plano» do Governo. Participação do Movimento Sindical na definição e controlo do índice de Preços no Consumidor e na definição do «cabaz de compras».

POLÍTICA SALARIAL

Manutenção do poder de compra dos salários e melhoria nas categorias mais baixas. Negociações com o Movimento Sindical para a actualização regular do salário mínimo nacional de acordo com o aumento do custo de vida.

CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA

Gestão democrática da Previdência, com a participação do Movimento Sindical. Actualização das reformas e extensão da pensão social. Melhoria dos serviços e mais rápido pagamento dos subsídios. Comparticipação do Estado nas despesas médico-sociais. Gestão integral do INATEL pelo Movimento Sindical. Construção de habitações sociais destinadas prioritariamente aos habitantes de barracas e partes de casa. Política de rendas de casa que garantam o direito à habitação. Prioridade nos investimentos, melhoria dos serviços e congelamento dos preços dos transportes colectivos. Esquemas de apoio aos trabalhadores-estudantes e garantia de formação profissional. Revisão da lei dos acidentes de trabalho.

COOPERATIVAS E EMPRESAS EM AUTOGESTÃO

Legislação da sua posse definitiva pelos trabalhadores, conforme o projecto de lei apresentado por estes. Medidas de apoio que garantam a sua viabilidade, nomeadamente esquemas de financiamento, não inferiores a outros já em vigor.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Defesa e prosseguimento da Reforma Agrária. Continuação das expropriações na zona da Reforma Agrária. Cumprimento da Lei do Arrendamento Rural. Apoio técnico e financiamento às cooperativas, unidades colectivas e pequenos e médios agricultores; garantia dos preços ao produtor e respeito pela vontade dos trabalhadores de forma a conseguir-se o aumento rápido da produção agrícola e pecuária. Controlo dos circuitos de comercialização.

EMPRESAS NACIONALIZADAS E COM INTERVENÇÃO DO ESTADO

Reforço de intervenção dos trabalhadores na vida das empresas e reestruturação dos sectores, através do controlo operário, de forma a melhorar o funcionamento e aumentar a produção. Não pagamento de indemnizações ao grande patronato, nem devolução das empresas intervencionadas aos seus sabotadores. Efectivação dos Centros de Coordenação, por sector, com a participação dos trabalhadores.

CONTROLO OPERÁRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Garantias para o exercício, sem limitações, do controlo operário, reforçando-se a intervenção dos trabalhadores na planificação democrática da economia. Participação do Movimento Sindical no Conselho Nacional do Plano. Discussão dos planos de reconversão dos sectores e empresas apresentados pelos trabalhadores, e participação destes na reestruturação dos grupos económicos e dos sectores básicos de forma a transformar o sector nacionalizado no sector motor da economia e reforçar a Independência Nacional.

DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Necessidade do acordo do Movimento Sindical em relação à legislação que, segundo a Constituição, os trabalhadores tenham direito de participar na elaboração (tais como greve, controlo operário, Lei Sindical). Revogação da legislação inconstitucional (quotizações e legislação sindical, despedimentos e contratos a prazo, contratação colectiva, restrições de direitos, sem acordo dos trabalhadores, em empresas e sectores em crise). Publicação do Projecto de Lei Sindical aprovado democraticamente pelo Congresso. Fim das ingerências do Governo no Movimento Sindical. Cumprimento do Art.º 40.º da Constituição que garante o direito de antena do Movimento Sindical na RTP e RDP. Reforma dos tribunais de trabalho e publicação de legislação que garanta a rápida resolução dos conflitos de trabalho. Aplicação e respeito dos mesmos direitos dos trabalhadores do Continente na Madeira e Açores. Participação do Movimento Sindical nos acordos de emigração.

Lisboa, 7 de Janeiro de 1977

GNOC
(Comissão Nacional Organizadora do Congresso)

lê • discute • divulga

antologia

As origens do 1.º de Maio

FOI na América do Norte, logo nos princípios do século que findou, que se iniciou a origem da manifestação do 1.º de Maio.

O capitalismo diante de tão grande e iníssimo movimento teve que conceder o que os operários reivindicavam, tanto mais que bastantes Estados do grande país norte-americano tinham já promulgado a legalidade do dia normal de dez horas de trabalho. Estava assim consignada a primeira vitória do movimento iniciado em 1800, isto é, foram precisos cinquenta anos para que se obtivesse as dez horas de trabalho como norma legal do labor nas oficinas e nas fábricas.

Conquistada esta primeira vantagem, o operariado norte-americano começou desde logo a consagrar os seus esforços para obter a redução do dia normal de trabalho a oito horas.

Em vista destas novas reclamações e da agitação intensa que lavrava nos centros operários, o presidente Johnson decretou a legalidade das 8 horas «para todos os jornaleros, operários e artífices que o governo dos Estados Unidos ou o distrito de Colónia emprega hoje ou venha a empregar mais tarde» e estabelecendo severas penas para os que transgredirem a lei. Esta medida veio dar grande força às reivindicações do operariado americano, pois que redobrou de energia nas suas reclamações ao capitalismo, realizando, em 20 de Agosto de 1866 um grande Congresso Operário, que se celebrou em Baltimore. Nesse Congresso, onde se representaram 60 organizações, umas secretas, outras públicas, declarou-se «que já era tempo de que os trabalhadores abandonassem os partidos burgueses» e resolveu-se, por consequência, fundar o Partido Nacional Operário.

Assim nomearam-se os comités «para estudar a redução da jornada de trabalho a oito horas, o emprego da acção política e o estabelecimento de uma organização nacional permanente» e foi votado o seguinte documento a propósito da redução das horas de labor:

«A primeira e maior necessidade do presente, a fim de libertarmos o trabalho desde país da escravidão capitalista, é a promulgação de uma lei, segundo a qual o dia de trabalho deve compor-se de oito horas em todos os estados americanos, e nós não abandonaremos, até ao triunfo, este alvo glorioso».

Desde esse Congresso, a reclamação do dia normal de oito horas adquiriu uma maior unidade de acção, posto que essa reclamação deixou de ser isolada ou dispersa para passar a ser formulada por um órgão, que representava o sentir e a vontade do operariado americano, constituindo em partido próprio e independente dos partidos burgueses. Este partido efectuou, em 10 de Agosto de 1870, o seu primeiro Congresso, em Chicago.

A partir deste Congresso, ou seja, desde 1868, declaram-se nos anos seguintes numerosas greves em prol das 8 horas. (...)

Em 1880 ficou constituída a Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá, acordando na celebrada em Chicago, verificor no 1.º de Maio de 1884, a greve geral pelas oito horas. E neste ano, pois, que aparece pela primeira vez fixado o dia 1.º de Maio para a realização dessa manifestação reivindicadora, a qual foi confirmada na Conferência realizada em Washington, em Dezembro de 1885. Na data marcada declaram-se cinco mil greves, obtendo desde logo um completo triunfo os construtores civis, os tabaqueiros e outros officios, isto é, mais de 125 mil operários. Os canteiros de Chicago já desde 1867 que disfrutavam das 8 horas.

Em 1886, mais de 200 000 operários dos Estados Unidos tinham alcançado uma redução de horas e outras vantagens. (...)

Como já apontámos, foi para essa data que se fixou, em Chicago, foco do movimento, a greve geral pelas oito horas. Para dar execução a essa resolução os elementos mais revolucionários fundaram a Associação das Oito Horas, celebrando numerosas reuniões ao ar livre e preparando os officios e o operariado para a anunciada greve. O capitalismo estava amedrontado e na sombra preparava uma cruel repressão. A medida que se aproximava o 1.º de Maio a agitação aumentava dando-se vários conflitos na feitoria de MacCormick, de onde foram despedidos 1200 operários por não quererem abandonar os seus respectivos sindicatos, acontecimentos por demais entristecedores. No dia 1.º de Maio chegou, largando o trabalho milhares e milhares de trabalhadores, que proclamaram a jornada de oito horas. Para este dia tinha a União Central Operária de Chicago convocado um comício, ao qual assistiram mais de 25 000 pessoas. A paralização do trabalho foi-se generalizando, atingindo em poucos dias mais de 50 000 grevistas e dando-se sucessivos e mortais encontros com a policia, que não vacillou em atacar violentamente uma pacífica manifestação de 600 mulheres.

O patronato começou a fazer concessões, triunfando a causa do trabalho. Apesar disso, as manifestações continuaram nos dias 2, 3 e 4 de Maio. Foi em 3, porém, que se desenrolaram os graves acontecimentos, que deram origem ao facto que é conhecido na história do movimento operário pela denominação dos Mártires de Chicago. (...)

O 1.º DE MAIO NA EUROPA

Como na América do Norte, as primeiras manifestações do 1.º de Maio na Europa causaram espanto e terror no seio do capitalismo. Na França foi onde esse facto se salientou com mais retumbância. De novo o sangue correu, consagrando a celebração do 1.º de Maio. Quando da manifestação, em 1890, o governo francês occupou militarmente o edificio da Bolsa do Trabalho, em Paris, e tomou exageradas medidas repressivas, que ainda mais agravadas foram em 1891,

dando lugar à odiosa carnificina de Fourmes por ocasião de uma pacífica manifestação na França. Como em Chicago, a policia e a força armada atacaram os manifestantes a tiro, morrendo dez individuos, entre homens, mulheres e crianças, e perto de cem feridos gravemente.

Foi assim que a burguesia francesa estreou pela primeira vez a nova arma Lelbe e foi também por causa deste sangrento acontecimento que foi julgado e condenado Paulo Lafargue por «ter pregado o socialismo no departamento do Norte», no dizer dos seus juizes, o que deu em resultado Lafargue ser eleito deputado pelo mesmo departamento, após um dos meses de cárcere, onde saiu em direcção do Parlamento. O sangue destas vítimas foi, pois, mais um sacrificio, que veio dar maior talento e maior razão à manifestação do 1.º de Maio e demonstra que o capitalismo, em toda a parte usa todos os meios processos para esmagar aqueles que pugnam pela sua emancipação económica (...).

O que é certo, é que a internacionalização do 1.º de Maio, que deu lugar a numerosas e formidáveis manifestações internacionais, a legislação económico-social começou a desenvolver-se, fundando os governos, instituições officiais para estudar e tratar da legislação das questões operárias em aquelles todos os países, estando à frente desse movimento a Alemanha. As reformas sociais começaram, pois, a estar a ordem do dia nos Estados, nos parlamentos e nos municípios.

A causa das oito horas também ganhou mais terreno. Em vários países da Europa foi adoptada nos estabelecimentos do Estado (...)

O 1.º DE MAIO EM PORTUGAL

De facto no ano seguinte, em 1890, o 1.º de Maio foi comemorado no País. Tomou essa iniciativa, como já dissemos, a velha Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, então a mentora do movimento socialista e operário em Portugal e que, segundo a sua organização interna, tinha em Lisboa o seu Conselho e outro no Norte. Foram estes dois Conselhos que deliberaram executar em Portugal a resolução do Congresso de Paris. Este facto comprova-se com a transcrição do extracto da sessão de 1 de Abril de 1890 do Conselho Federal do Sul, que reza textualmente assim:

«Sessão de 1 de Abril de 1890.
«Aberta a sessão às 9 horas, estando presentes: Luiz de Figueiredo, Conceição Pires, Agostinho da Silva, Bartolomeu Constantino e José de Figueiredo.

«Resolveu-se empenhar todos os esforços a fim de promover a manifestação para o dia normal de 8 horas de trabalho, acompanhando assim o movimento que em todos os países se está preparando para o 1.º de Maio.

«Deliberou-se convidar as seguintes associações operárias: Associação dos Gerentes, Associação dos Taneiros e de Carpinteiros, Estudadores, Rolheiros, Padeiros, Fogueiros, Ferreiros e Artes Correlativas, Manipuladores de Tabaco e Secção dos Chapeleiros (...).

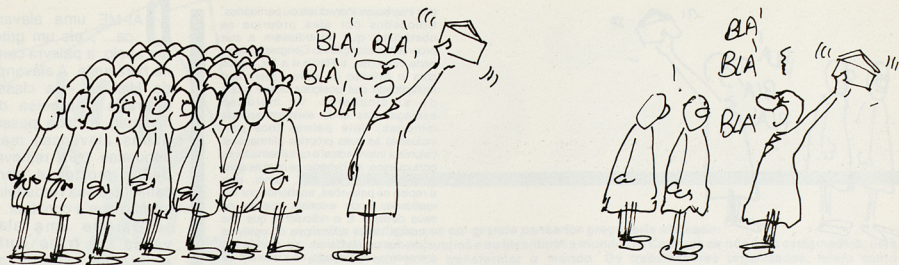
«Este documento mostra bem, sem dúvida, que a iniciativa do 1.º de Maio cabe inteiramente à antiga Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, que foi quem levou a construção civil em Lisboa e Porto a tomar uma parte activa na manifestação do 1.º de Maio, sendo a alma dessa manifestação o famoso propagandista Guedes Quinhones, hoje ingratemente esquecido pelas classes, que lhe devem inúmeros serviços. (...)

«É assim, pois, que a verdade histórica do 1.º de Maio em Portugal fica certa.

A partir desta data nunca mais se deixou de fazer a manifestação do 1.º de Maio no nosso País com maior ou menor actividade. (...)

Lisboa, Abril de 1917.

li «O PRIMEIRO DE MAIO — Esboço histórico das suas origens». CESAR NOGUEIRA



Os caminhos sinuosos

Por MANUEL MORAIS

A unidade dos trabalhadores, consubstanciada na unidade do movimento sindical, é a latente ideal para todos quantos, conscientes da sua condição de explorados, lutam diariamente pela defesa dos seus interesses vitais na mira da sociedade que porá fim à exploração do homem pelo homem.

A luta pela unidade encontra geralmente obstáculos, dificuldades, incompreensões e erros, por vezes no próprio seio dos trabalhadores, mas encontra também sempre, e inevitavelmente, a oposição dos nossos inimigos de classe que tentam persuadir-nos de que, por existirem opiniões políticas ou religiosas diferentes entre os trabalhadores, a unidade não é realizável. Como se a nossa condição não fosse a mesma ou não tivéssemos os mesmos interesses de classe!

A defesa da unidade dos trabalhadores é uma tarefa árdua e difícil, mas necessária e importante, devendo fazer parte da nossa actividade diária nas empresas, nos campos e em todos os locais de trabalho. As divergências pontuais ou os aspectos controversos devem ser discutidos no seio dos trabalhadores pois o pormenor em que podem divergir é uma gota na imensidão do muito que os une, na base da sua condição de explorados. Os nossos inimigos de classe, aproveitando os meios de comunicação e outras possibilidades ao seu dispor, multiplicam os obstáculos, apresentando-os inultrapassáveis, lançam calúnias, utilizam a corrupção e outras armas do seu arsenal, para tentarem impedir artificialmente a unidade dos trabalhadores.

A divisão nunca interessa aos trabalhadores do mesmo modo que a unidade destes não serve aos patrões.

Mas o caminho da unidade exige de todos, ponderação para discutir pontos de vista divergentes, modestia para reconhecer erros onde eles se verificarem, honestidade de processo, firmeza na defesa dos princípios de classe e na denúncia dos inimigos e finalmente confiança na vitória certa da unidade dos trabalhadores. A batalha permanente da unidade é dura mas está ao nosso alcance através do próximo Congresso de todos os Sindicatos e do trabalho que submosos continuar a realizar para além dele, sempre com a perspectiva do reforço da unidade do movimento sindical.

A maneira como o Congresso foi preparado, as milhares de reuniões realizadas pelos trabalhadores em todo o país, as discussões francas e abertas dos pontos divergentes, e sua superação, fazem deste Congresso um grande acontecimento que orgulha os trabalhadores portugueses, consolida a sua unidade e a sua luta, evidencia a sua firmeza e consciência de classe ao mesmo tempo que projecta no estrangeiro a imagem de uma classe trabalhadora combativa, coerente e fiel aos princípios internacionalistas e de solidariedade que caracterizava os trabalhadores de todo o mundo. Infelizmente, um grupo reduzido de dirigentes sindicais obstinou-se erradamente numa atitude negativa, incoerente e falha de perspectivas que, pelos métodos e linguagem utilizados, se pode com propriedade considerar de divisionista. Se analisarmos à luz da realidade o que foi a actuação da

chamada «Carta Aberta» desde a sua declaração pública em 27/4/76 como poderíamos concluir de outro modo?

Um estudo atento das principais propostas contidas no documento inicial da CA leva-nos a concluir que elas foram totalmente concretizadas nos 9 meses de trabalho intenso de preparação do Congresso, sem que no entanto os seus subscritores manifestassem o mínimo gesto para o reconhecer. Afirma-se no referido documento que «o Congresso será um importante passo em frente para a defesa da Revolução na consolidação das conquistas até hoje alcançadas pelos trabalhadores». O Congresso de Todos os Sindicatos a realizar em 27, 28, 29 e 30 de Janeiro é uma realidade que já ninguém ousa contestar, mesmo os nossos próprios inimigos de classe, só o fazendo quem, por cegueira ou despeito, continue a negar a realidade e a evidência. No tocante às conquistas alcançadas, a Intersindical esteve na primeira linha na defesa da Reforma Agrária, do Controlo Operário e das Nacionalizações que o actual Governo, obstinado na sua política de recuperação capitalista, tenta pôr em causa.

Estão inscritos para o Congresso a esmagadora maioria dos sindicatos portugueses em representação de 82% dos trabalhadores do nosso país. Participam no Congresso sindicatos filiados e não filiados. A CNOC não só teve em conta este aspecto como integrou também os sindicatos não filiados no seu próprio seio.

A CNOC respeitou a vontade dos trabalhadores pois o documento síntese contempla 2556 propostas de alterações do mesmo modo que teve em conta as diversas correntes de opinião com real expressão no movimento sindical, correntes essas que nela estão representadas. A CNOC, para além deste aspecto considerou ainda e muito justamente a participação, no seu seio, dos sindicatos representando os principais ramos de actividade e as principais zonas geográficas de Portugal Continental e Ilhas.

Por que razão, apesar das garantias fornecidas quanto ao respeito das concepções de cada um, garantias que podemos já dizer foram cumpridas na íntegra, não participaram na CNOC todos os sindicatos eleitos, pertencentes à «Carta Aberta»?

No que respeita ao regulamento e demais materiais não se comprometeu a CNOC e o Secretariado da Inter que dela faz parte, a respeitar o desejo dos sindicatos que, não vendo as suas propostas integralmente contempladas na proposta da CNOC, desejassem que fossem submetidas aos trabalhadores separadamente ou em alternativa?

O projecto de regulamento para o Congresso, impresso em mais de 1 milhão de exemplares, contemplou propostas de diversos sindicatos e apresentou aos trabalhadores as propostas que obtiveram o consenso maioritário da CNOC assim como as alternativas apresentadas por pelo

(Continua na pág. 16)

do divisionismo



Os caminhos sinuosos do divisionismo

(Continuação da pág. 15)

menos 4 sindicatos que entenderam dever fazê-lo.

Apesar de todas estas perspectivas, os dirigentes sindicais que integram a Carta Aberta não aceitaram participar nos trabalhos preparatórios do Congresso e, escolhendo a demagogia, o oportunismo e o irrealismo político, lançaram-se na aventura da divisão.

Procurando iludir os trabalhadores menos acateados, através de autênticas piruetas negaram a evidência, lançaram contra a intersindical as mais grosseiras calúnias, inventaram falsos problemas, retrairam dos velhos baus as balifantes frases e questões já ultrapassadas pelo movimento sindical internacional de classe e, através de toda uma accluação infantil, sem perspectiva e sectária, granjearam o aplauso dos inimigos de classe dos trabalhadores, esperanças estes na divisão do movimento sindical com que sempre haviam sonhado.

Os métodos utilizados não foram nem originais nem tão pouco inteligentes mas revelam no entanto, a ignorância da prática sindical portuguesa, das suas tradições unitárias, fortalecidas na luta antifascista e mostram a evidência o falhanço da estratégia ditada pelos conselheiros que, «arranhando» a nossa língua ou fazendo-se compreender através de tradutores, tentavam novos sucessos na divisão do movimento sindical, desta vez em Portugal.

É errado o caminho percorrido pelos dirigentes sindicais que dizem defender os princípios da «Carta Aberta» como errado é jogar-se levemente como o princípio mais querido aos trabalhadores de qualquer país — a sua unidade. A unidade dos trabalhadores é condição para a vitória futura e para a construção do Socialismo. Mas no caso dos trabalhadores portugueses ela é ainda condição para a defesa da Jovem Democracia e da Liberdade, contra um passado ainda próximo de opressão e miséria que as recentes

libertações de Pides se encarrega de avivar a memória aos mais esquecidos. Paralelamente a esta actividade divisionista, e acreditando que o **Acaso** existe, que faz o Governo?

Para além de uma clara política de recuperação capitalista e antioperária, o Governo, cedendo descaradamente às pressões internacionais e da direita nacional, ataca, uma após outra, as grandes conquistas da Revolução do 25 de Abril em flagrante desprezo pela Constituição, pelo seu próprio programa governamental e objectivos programáticos, tomando simultaneamente medidas legislativas que contrariam frontalmente os interesses dos trabalhadores portugueses.

Por coincidência, mais uma vez, a iniciativa do Governo contra os trabalhadores e as suas organizações sindicais verifica-se precisamente após a apresentação, pelo grupo de dirigentes da Carta Aberta, de propostas realistas, absurdas e sectárias que nunca se vislumbraram nem nada fazla pressupor mas que constituíram sérios obstáculos à realização do Congresso de Todos os Sindicatos. Entrerada a balifante questão do direito de tendência, rejeitado em 99% dos movimentos sindicais do mundo por ser incompatível com o sindicalismo de classe e de massas e não só, surge a Paridade e a tentativa de pôr o país a discutir um problema, antes de os próprios interessados, os trabalhadores, o fazerem. O respeito por aqueles que os elegeram e que são o coração, a força e o vigor do sindicalismo, está assim bem patenteado. Esta não é prática sindical dos trabalhadores portugueses nem o é em parte alguma do mundo, inclusive no sindicalismo reformista e de colaboração de classes. Que peguem numa carta do mundo e nos mostrem onde se pratica esse tipo de sindicalismo, onde existe a Paridade a qualquer nível que seja e onde se atropelam tão descaradamente os estatutos dos sindicatos ao bel-prazer

dos interesses individuais ou partidários. Colocados por eles e próprios os obstáculos que impediram a sua própria participação no Congresso, logo certa imprensa, a Rádio e a TV, pagas com o dinheiro do povo, fazem eco multiplicado das posições desse grupo de sindicalistas. Vêe maiorias esmagadoras onde existiam apenas minorias, bate palmas (dos pés, inclusive) às suas próprias afirmações, calunia a intersindical e os trabalhadores portugueses, embeteda-se com as suas próprias palavras, moi, remoi, pisa e repisa os palavrões, acabando por ver realidades onde existiam apenas os seus desejos. E o ridículo! É que uns e outros, nesta apostilaxe de palavras e de fumo, olvidaram as realidades, o presente e o passado, esqueceram-se de pensar, pois se a «Carta Aberta» fosse a maioria esmagadora dos sindicatos portugueses como afirmaram (acompanhados pelo ilustre Ministro do Trabalho e Secretário de Estado do Trabalho) por que não participariam nas reuniões Gerais de Sindicatos onde todos, filiados e não filiados, tinham os mesmos direitos, incluindo o direito a voto?

O «bluf» sendo uma arma nos jogos de cartas em sociedade, não se aplica no movimento operário e sindical, pois este discute no seu seio com franqueza, lealdade e fraternidade os seus problemas, as suas divergências e encontra-se em condições de soluções adequadas e de classe para sair das situações mais difíceis. Isto é histórico e constitui o dia a dia nas empresas, campos e em todos os locais de trabalho, em qualquer parte do mundo. Em sistema capitalista que as grilhetas sejam negras, douradas ou brancas são sempre, e para todos os efeitos, grilhetas.

À medida que a corlina de fumo lançada (e que enganou alguns) se vai dissipando, mostrando a realidade nua e crua e os objectivos reais de tão acesa e inútil polémica, acendem-se as disputas entre os dirigentes da «Carta Aberta» (medite-se na fábula do mago que não controla os fogos que desencadeou) aumenta a descarada ingerência do Governo no Movimento Sindical numa clara tentativa de o controlar, de o modular aos seus desejos e a sua vontade. O governo, na ânsia de regulamentar a vida sindical, apressa-se a impor o Dec.-Lei 777/76 sem ouvir os trabalhadores, e, sempre aplaudido pela CIP e pela CAP, modifica uma série de artigos da lei sindical, posteriormente o Art.º 21.º (cotizações) e prepara-se para novas e amplas medidas que põem em causa a liberdade sindical, a autonomia dos sindicatos e o seu direito de regulamentarem por si os o exercício da sua democracia interna. No entanto, demagogicamente agita o seu desejo de ratificar a Convenção 87 da OIT que contraria, muito claramente, a prática do Governo no passado recente e as suas intenções futuras. A Convenção 87 diz muito claramente no seu Art.º 3.º:

1) As organizações dos trabalhadores e patrões têm o direito de elaborar os seus estatutos e regulamentos administrativos, de

DAI-ME uma alavanca...”, eis um grilo, um apelo, a palavra certa na hora justa. A alavanca da História — a classe operária — precisa de inventar, a cada passo, outras alavancas mais pequenas para remover pesos mortos e abrir caminho à sua verdadeira missão que é construir.

“Dai-me uma alavanca...”, frase curta e intensa, aponta os perigos da passividade dos trabalhadores perante uma situação que contém uma explosiva potencialidade. Se não nos apercebêssemos a tempo, se nos deixássemos arrastar pelas manobras daqueles que nos enganam, dividem e exploram, se não soubéssemos fabricar, com as nossas mãos, os meios de comunicação que são os nossos — a comunicação entre trabalhadores — então, tarde ou cedo e mais cedo do que tarde, voltaríamos às mãos dos tiranos fascistas. O trabalho é a fonte de tudo o mais: fonte da Vida, do Progresso, da História, de tudo o que se move ou existe ou se faz. A maneira, porém, como o Homem se apropria dos bens do Trabalho, essa é que é objecto da luta de classes. A Comunicação é o modo de transmitir aos trabalhadores uma visão da realidade que será — ou não será — a sua. É a mais requintada estratégia que serve para dizer, segundo a verdade ou segundo a mentira, que o branco é branco ou azul, que o negro é negro ou cor-de-rosa.

“Dai-nos uma alavanca...” Atentai nas páginas que se vão seguir...

Diz a tradição que um grande pensador grego teria afirmado:

«Dai-me uma alavanca e eu levantarei o mundo...». Cada um de nós é em certa medida, uma alavanca que pode transformar o mundo. Os trabalhadores organizados, tendo como vanguarda a classe operária, representam a gigantesca e decisiva alavanca que movimentam a História.

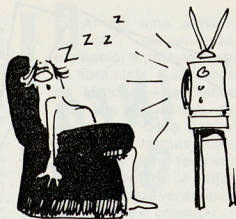
As páginas que se seguem são páginas para reflexão. Perante todos nós, trabalhadores e democratas, desenrola-se a panorâmica actual da *informação*, particularmente da *informação sindical*, que, de tão perto, diz respeito aos trabalhadores portugueses. Existe, camaradas, uma situação preocupante que deriva, afinal, do avanço muito rápido da classe no sentido da sua emancipação autêntica, da destruição dos últimos vestígios da exploração fascista e do advento de uma sociedade mais justa.

É necessário adequar a *informação* que temos às novas condições, mais favoráveis aos trabalhadores. É preciso esboçar e aplicar uma nova política de *informação sindical*. E a nós trabalhadores, que cabe dar a resposta. Os destinos da *nova informação de classe* estão nas nossas mãos.

Dai-me uma «alavanca»

Para uma nova «política de informação» ▶

AVANÇO



NOVA ARRANCADA

Com este número de «Especial Congresso», queremos anunciar aos nossos amigos trabalhadores uma boa nova, no que à Informação Sindical diz respeito: — a de que a equipa de redacção do «Avanço» tem-se debruçado sobre este importantíssimo problema que diz respeito a todos os trabalhadores e ao Movimento Sindical do nosso País.

Graças a isso, podemos informar os nossos amigos que o estudo sobre a reestruturação da Informação Sindical será apresentado ao Congresso de Todos os Sindicatos, como uma minuciosa proposta para a profunda melhoria da organização da imprensa sindical.

Tudo o trabalho feito neste sentido visa uma maior eficiência da capacidade criadora, de formação e de informação sindicalistas. São trunfos com que os trabalhadores poderão e deverão jogar. São «avancos» que os trabalhadores sindicalistas poderão dispor, para poderem armar-se melhor, na sua luta quotidiana pela defesa dos seus interesses essenciais, pela melhoria das suas condições de vida.

Se, como esperamos, depois de apreciada e discutida devidamente pelos Congressistas, essa proposta de reestruturação for aceite pelo Congresso, com ou sem alterações, serão necessários, esforços e dedicação da parte dos militantes sindicais para se poder pôr em prática, com a devida utilidade, tudo quanto nessa nova situação da Informação Sindical se prevê.

Depende, depois, da acção, da decisão, da capacidade de realização de todos e de cada um de nós, activistas sindicais, o bito que se pretende alcançar com esta nova orientação da Informação Sindicalista.

O Movimento Sindical precisa de ter uma Informação à altura das suas lutas. Por isso torna-se necessário que os trabalhadores sejam sensibilizados para este importante problema.

Se tivermos uma imprensa à altura da sua missão formativa e informativa, estaremos, sem dúvida, em posição de derrotarmos todo o venenoso anti-sindicalista e de divisionismo da classe operária, que a grande imprensa «pluralista» e a imprensa reaccionária têm distilado contra o Movimento Sindical Unitário.

Espiramos, pois, contar também contigo, amigo leitor, para podermos levar, avanço, com todo o êxito desejado, mais esta iniciativa a favor da classe trabalhadora portuguesa.

A arma da

A informação é uma moeda de duas faces. Serve para defender os interesses legítimos dos trabalhadores, para mobilizar as massas em torno da garantia das liberdades fundamentais, para unir, para consciencializar, para dar um passo que nenhuma outra actividade pode substituir, rumo ao Socialismo e à sociedade sem classes; ou, pelo contrário, serve os interesses repressivos e divisionistas dos grupos no poder, entrava a marcha dos trabalhadores, divide-os, joga-os uns contra os outros e é factor importante da derrota dos que trabalham.

A direita conservadora e reaccionária bem compreende a importância fundamental do sector da Informação e do perigo que representa para os seus interesses a existência de órgãos de comunicação integrados por trabalhadores conscientes, dedicados à tarefa global da transformação da sociedade portuguesa, virados para a defesa constitucional das reivindicações legítimas do povo a que pertencem. Órgãos informativos que se orientem no sentido do reforço da unidade entre os trabalhadores, que recusem demagogias, engodos e armadilhas que os grupos dominantes são hábeis em manipular.

O panorama geral do sector da Informação, no Portugal democrático surgido após Abril de 1974, é de molde a descontentar e a indignar os trabalhadores portugueses: liberdade para a imprensa fascista, deturpação dos factos, cobertura da política de recuperação capitalista, depuração política de profissionais competentes tentativa, enfim, de «controlo» do processo revolucionário.

A esta política ofensiva das alas burguesas, em sector vital das conquistas populares, têm respondido os trabalhadores com um sentido crescente das suas responsabilidades de classe, certos de que é na acção, através da unidade, que se busca e encontra a força industrial das massas organizadas. É na acção unitária, da iniciativa dos trabalhadores, que resultam as condições favoráveis ao avanço da luta e ao salto qualitativo final. É é ai, na capacidade consciente de resposta, na força ordenada do golpe de defesa que se transforma em salto de ataque que todos nós, homens e mulheres que vivemos do algar da sua força de trabalho, é ai, no despertar para a necessidade da organização, para a importância

da materialização das ideias de unidade, em cada empresa, em cada sindicato, em cada sector do movimento operário, é ai, na organização esclarecida dos trabalhadores, que o processo revolucionário se consolida e avança.

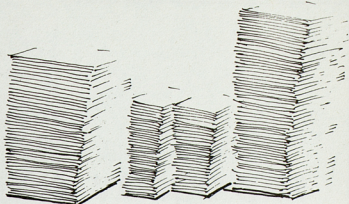
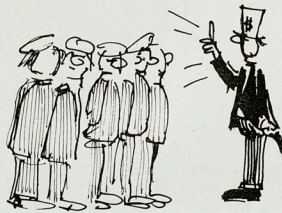
Cada trabalhador português sabe que a percentagem esmagadora da informação que actualmente pode receber nos jornais, na rádio, na televisão, nos outros órgãos de comunicação, é deficiente, manipulada pelos inimigos de classe, oportunista e de modo algum concorre para unir e encorajar na acção a classe operária, rumo ao socialismo, contra a opressão de classe, pela vitória final.

Não chega, no entanto, que os trabalhadores portugueses se apercebam de que nada os informa, de que pouco concorre para ajudar a sua formação e de que se impõe conquistar nesse sector uma vitória decisiva sobre a reacção e o oportunismo. O processo histórico não recua, o seu desenvolvimento geral é no sentido do êxito final das lutas populares mas, para que essa data se abrevie, é necessário que perante cada dificuldade concreta o trabalhador abra bem os olhos, tenha a noção exacta da sua força invencível e tome nas suas mãos as decisões justas que tornarão impossível o avanço do inimigo.

No sector da informação, na luta da comunicação de classe, estamos longe de ter encontrado o caminho correcto, como trabalhadores e como democratas conscientes de que a democracia que queremos e pela qual lutamos é uma democracia de conteúdo real, económica, social, humana, sem classes.

A informação sindical reflete as oscilações e as debilidades de um Movimento submetido, durante meio século, à repressão mais dura, aliado para a clandestinidade e que, de súbito, se vê a braços com as exigências de organização das massas trabalhadoras numa sociedade cujas estruturas estatais procuram um equilíbrio precário entre dois sistemas antagónicos como são o capitalismo e o socialismo. Saberão, os trabalhadores portugueses, definir os objectivos principais da sua luta e encontrar os caminhos da vitória? Serão eles suficientemente fortes e tenazes, suficientemente lúcidos para derrotar a estratégia do inimigo?

A experiência de antes e de depois do «25 de Abril» responde pela afirmativa. As massas



da informação

trabalhadoras organizadas têm sabido, invariavelmente, encontrar respostas para os seus problemas, superar dificuldades e adivinhar os perigos. A situação de escândalo em que vive a informação portuguesa não poderá subsistir por muito mais tempo. Derrotaremos as forças inimigas e garantiremos a informação que os trabalhadores merecem e o Povo exige.

Porém, as vitórias não surgem por milagre. São construídas, como as casas ou como os navios e exigem unidade de esforços e organização. Exigem método e tenacidade. Exigem esforço e capacidade de trabalho. Exigem sacrifícios. Exigem, enfim, compreensão.

Todas estas capacidades os trabalhadores têm que chegue e que sobre. Basta olhar para o interior do próprio Movimento Sindical, para as enormes conquistas e para os avanços que aí se alcançaram; basta olhar para os êxitos da Reforma Agrária, para a disciplina e espírito de luta dos operários agrícolas, para o modo consciente que os leva a desprezar provocações e a aumentar a produtividade, ainda que a braços com uma administração adversa; basta olhar para o Movimento Popular de Massas, contar as suas vitórias e os seus sacrifícios. Avancemos, pois, para mais esta batalha.

No plano da informação sindical, um dos maiores tropeços que se depararam à efectivação dum imprensa forte, organizada, plenamente responsável, é representado pela tendência irreflexiva para a proliferação de pequenas publicações sindicais que não consideram as necessidades de uma estratégia global do Movimento e fazem dispersar as capacidades materiais e humanas que uma imprensa verdadeiramente representativa não deixará de exigir.

Os capitalistas, a classe patronal, mantêm e desenvolvem toda uma política de informação coerente dos seus interesses. Beneficiam de uma longa prática e de estruturas de informação anteriores, dos tempos do fascismo, que se mantiveram em homens, em meios, em fontes e instalações. Os trabalhadores partiram dificilmente, ricos em ideias mas pobres em experiência. Torna-se necessário e urgente recuperarmos o tempo perdido, concentrarmos

esforços e capacidades e invertermos a relação actual. Uma informação sindical, válida e actuante, deve entender-se, num primeiro passo, como veículo que informe sobre as linhas de acção definidas na estratégia sindical. Deve servir, depois, o objectivo de fornecer aos trabalhadores uma visão de conjunto das lutas desenvolvidas pelos seus camaradas, nos diversos sectores do trabalho. Deve responder às necessidades particulares de informação de cada sector sem esquecer, todavia, que a solução dos problemas pontuais não substitui, em si mesma, a resposta que deverá ser encontrada para as reivindicações globais dos trabalhadores portugueses e que é de ordem qualitativa.

Sem informação verdadeira, objectiva e de qualidade não pode haver Movimento Sindical unido, forte e actuante. As metas a atingir, em cada momento do processo, o combate ao desemprego, a contratação colectiva, a política salarial, etc., estão intimamente ligadas ao esclarecimento político dos trabalhadores e à possibilidade de fazer compreender a cada um deles que o seu sindicato é a mais firme defesa contra o patrão que o explora e o Movimento Sindical a força da corrente histórica que força e impelle obstáculos que se opõem ao caminhar seguro rumo ao socialismo.

Uma nova política de informação operária terá de surgir do interior da classe e ser organizada pelas suas vanguardas sindicais. A primeira condição da tarefa da informação, no mundo do trabalho, consiste em não se isolar da realidade proletária, em ser escrita "de dentro", pensada e impressa pelos próprios trabalhadores. Deve ser — essa informação nova — motor de arranque de unidade entre amplas camadas de trabalhadores em torno da ideia da fraternidade no trabalho e da noção da força de classe.

A informação burguesa e capitalista que nos entra em casa pela televisão, pela rádio, nos títulos sensacionalistas da maioria dos jornais diários, é totalmente estranha aos interesses e à ideologia próprias à classe operária e aos trabalhadores em geral. A grande imprensa, nas sociedades capitalistas, é paga por bom preço pelos senhores da banca e da indústria, pelo patronato altamente organizado, e visa um único fim: dividir os trabalhadores, desmobilizá-los, afastá-los da luta,

reduzi-los a mero grupo social explorado e mantido nos limites da classe consumidora, garante dos lucros que se vão amontar nos cofres de poucos.

Os trabalhadores têm compreendido uma lição que é já velha para quem os explora e que consiste em utilizar a imprensa e os outros meios de comunicação como armas repressivas ao serviço de quem as domina. Também aí os trabalhadores portugueses terão de construir, pelas próprias mãos e com querer revolucionário, uma informação vinculada à missão histórica da classe.

Não basta denunciar a falsidade e as intenções ocultas de uma informação ao serviço de grupos burgueses dominantes. É preciso criticar, condenar mas dar corpo a alternativas válidas. Os trabalhadores — ao contrário do que apregoam os nossos inimigos! — não derrubam por derrubar. Lançam abaixo o que está velho e apodrecido para erguerem, de novo, construções mais sólidas, perfeitas e justas.

Uma política sindical de informação deverá ser concretizada com o esforço, com a colaboração e com os sacrifícios de todos os trabalhadores portugueses verdadeiramente interessados na edificação do socialismo e na consolidação da democracia, em geral. Terá de ter o suporte e a justa compreensão de cada organismo sindical, de cada União, de cada estrutura da classe. Exigirá sacrifícios materiais e, por vezes, renúncias que irão beneficiar o colectivo, ideias e iniciativas que cederão o passo a bem da realização de uma informação sindical de nível nacional e fortes estruturas.

¡ Caminho! O projecto provisório está esboçado, temos a força dos nossos braços e a determinação de não pararmos, passo a passo, de luta em luta, até à vitória final. Recusamos a informação que nos servem e erguemo-nos para dizer a quem nos quer manobrar que conhecemos as suas intenções e que as desprezamos. Somos homens e mulheres adultos, provados pelas privações, nunca esquecidos da opressão fascista. Proclamemos, bem alto, que tomamos entre as próprias mãos o nosso destino e recusamos servir de joguete, ao critério dos grandes senhores.

Avancemos para uma informação que seja nossa. Disputemos ao capital o direito a falar e falar alto. ¡ Caminho trabalhadores!

A informação de que precisamos

À medida que as conquistas populares se avolumam e as formas estruturais da Democracia ganham corpo, mais se acentua a necessidade de repensar a nossa informação, nomeadamente aquela que está mais directamente ligada aos trabalhadores e ao Movimento Sindical. Esta constatação esteve na base das preocupações que levaram um grupo de profissionais a estabelecer um projecto de reorganização e relançamento da comunicação entre os trabalhadores.

As técnicas de comunicação devem considerar os mais diversos factores, desde aqueles que são de ordem económica até às circunstâncias políticas do momento. Num burgo medieval a comunicação entre todos era fácil. Num grande cidade moderna nada se sabe do que se passa a dois quarteirões de distância. Nas sociedades socialistas, o trabalho é tema de primeira página. Nas sociedades capitalistas, ou não se referem os problemas dos trabalhadores ou aborda-se o acessório remetendo para o esquecimento os grandes problemas de fundo.

No entanto, os problemas do trabalho não fazem sentido em si mesmos. As dificuldades que se levantam numa dada empresa são as mesmas que afligem os trabalhadores doutra empresa distante. As soluções que se buscam em determinado ramo de actividade servirão, eventualmente, problemas de outros ramos. Uma das mais importantes finalidades da comunicação sindical consiste em servir de corrente transmissora entre os diversos núcleos de trabalhadores.

Outro aspecto fundamental da Informação do trabalho deriva do facto da actividade sindical não ser a simples justa posição de conflitos de trabalho mas ter uma dinâmica própria e as suas próprias leis de desenvolvimento. A informação sindical deverá ser, pois, simultaneamente veículo de notícias isoladas e órgão integrado que possa e saiba transmitir a força social e histórica que o Movimento Sindical representa, no seu todo.

De enorme importância surge, ainda, o aspecto financeiro. Com efeito, o dinheiro dos trabalhadores, tão arduamente conquistado, é sagrado, não se pode esbanjar. Se um jornal se publica mais não é vendido e lido, cada exemplar que sobra representa uma grave falta cometida contra os trabalhadores.

Outras razões se depararam ao grupo de trabalho que se lançou ao estudo da situação actual da

informação sindical. Nada mais necessário seria, porém, além destes três factos apontados, para se concluir pela necessidade de rever toda a estratégia até aqui seguida pela imprensa do sector.

Até hoje, nas vésperas do Congresso, a imprensa sindical tem-se caracterizado pela pouca capacidade de penetração no meio, pelo mau dimensionamento dos seus órgãos e pela fraca qualidade formativa que sabe transmitir. Mal servida profissionalmente, mal administrada, acumula prejuízos e sobras, não cumprindo as finalidades a que se propõe. É uma imprensa tecnicamente voltada para as situações ultrapassadas, sem poder de resposta a exigências que aumentam segundo o próprio desenvolvimento das situações sociais. Assim, a actual imprensa sindical portuguesa carece de diversificar temas, valorizar a apresentação gráfica e renovar quadros de colaboração, importa intensificar a distribuição através da rede sindical e penetrar nos circuitos de venda.

A situação negativa que, a traços gerais, assim se descreve, tem origem principal numa situação contraditória que se verifica no interior do Movimento Sindical, quanto à informação. Com efeito se, por um lado, se deve compreender e louvar a iniciativa de muitos sindicatos que editam folhas informativas próprias — tantas delas testemunhas da resistência antifascista do nosso povo — o certo é que tais publicações, muitas vezes com carencias de conteúdo e de apresentação, desviam sobre si as atenções dos camaradas ligados aos sindicatos editores sem que esse facto beneficie ou emriqueça a sua consciência de classe.

Semelhante situação projecta-se negativamente nos apoios que qualquer publicação bem estruturada, a nível da Confederação, teria o direito de contar poder receber dos Sindicatos e de outros organismos de classe. Outras considerações que contemplam a actuação de forças externas ao Movimento Sindical — aliás amplamente conhecidas serviriam para completar os quadros difíceis em que se debate a informação que os trabalhadores merecem e exigem. Sabido é, contudo, que as classes trabalhadoras contêm em si mesmas a força necessária para vencer as armadilhas do inimigo. Assim conhea defeitos próprios e saiba ultrapassar as suas contradições internas.

O grupo de profissionais que chamou sobre si a tarefa de alterar radicalmente a actual situação

pensa que apenas a elaboração de uma política global da informação a nível sindical poderá corrigir erros e vencer contradições. Por outras palavras, nunca o aparecimento de uma nova publicação, por alto nível jornalístico que possa exibir, será por si só capaz de vencer a crise. É necessário e urgente programar uma autêntica informação de classe.

Nesta ordem de ideias ganha extrema importância a valorização sindical, de consciência e de prática, que jornais e revistas bem pensados e bem impressos poderiam trazer aos camaradas sindicalizados e que se dispersam por todo o país. Seriam publicações capazes de lhes fornecer uma visão de conjunto que compreendesse uma gama muito alargada das lutas nos diversos sectores laborais; que apontasse as grandes linhas de acção definidas pela Confederação; que fornecesse aos respectivos Sindicatos apoio em termos de especialistas que ajudasse a fazer compreender o significado íntimo de muitas situações; e que transmitisse a dinâmica própria do Movimento Sindical.

Este último objectivo é, talvez, o mais importante e o mais ambicioso de quantos os que se incluem neste projecto que aponta para uma verdadeira política de informação sindical. Com efeito, não obstante a realização de muitos milhares de encontros e plenários de empresa ou a nível mais geral, ao longo dos quase três anos decorridos desde o Movimento de Abril, não houve ainda tempo suficiente para consciencializar dos seus direitos e mentalizar na luta alguns trabalhadores portugueses.

Da necessidade vinculada que estes trabalhadores registam em receber informação e formação adequadas às suas solicitações, e da impossibilidade que uma publicação, melhor ou pior, poderia em corresponder a semelhante apelo, decorre muito claramente a evidência de como é necessário traçar toda uma política global de informação.

A ser realizada, no entanto, tal política de informação passa pela satisfação de pontos prévios de entre os quais avultam a necessidade de que um elevado número de trabalhadores considere as edições da Confederação mais importantes, mais necessárias, do que os jornais ou folhas informativas publicados pelos seus sindicatos respectivos; que os Sindicatos, Federações ou Unões reconheçam como indispensáveis as

edições da Confederação; e que toda a estrutura sindical considere a actividade editorial da Confederação e todas as acções que para ela convergem como uma prática complementar da militância sindical.

Como consequência deste apanhado geral que vai desde a verificação das dificuldades reais até ao levantamento das possibilidades potenciais, estabeleceu o grupo de trabalho já referido um esquema de acção que visa o estabelecimento de um tipo de informação simultaneamente centralizado e descentralizado. Tal descentralização considera a necessidade de valorizar ideologicamente as publicações dos sindicatos mantendo, ao mesmo tempo, a constante presença destes últimos nas publicações, quer a nível de colaboração de texto, quer nas funções de distribuição e venda.

A nova política de informação há-de estar interligada a um grande esforço de formação de quadros de organização, de informação e propaganda, de formação sindical, de gabinetes de estudos, de relações internacionais, etc. Pensa-se ser particularmente importante que este esforço de preparação de quadros incida sobre todos os extractos do Movimento Sindical, sem excepção, de molde a incentivar a acção. A prioridade das tarefas a desempenhar põe-se com relativa nitidez. Importa, primeiramente, unificar e planejar todos os recursos actuais da CGTP, seja a nível de actividades editoriais, seja a nível de verbos orçamentais. Depois, trata-se de inventariar recursos pessoais, humanos e de equipamentos, dispersos pelas várias iniciativas de informação. Atinge-se, então, a possibilidade de uniformizar, em certa medida, a apresentação gráfica das publicações sindicais editando-as sob um só título, numa revista mensal dependente da Confederação. O passo seguinte exigirá a criação e legalização de uma empresa editorial responsável pela publicação de separatas identificadas por títulos anteriormente correspondendo a jornais sindicais que tenham delegado na Confederação a publicação dos respectivos boletins informativos. O último dever-se-á constituir um centro de agitação e propaganda directamente ligado ao sector editorial.

O que acontecerá, na prática, é a permanência e o carácter individualizado das publicações sindicais. Não se pretende intervir na orientação decidida por cada sindicato, em relação ao seu órgão informativo mas, tão somente, emprestar a essas publicações convenientes estruturas técnicas e jornalísticas e integrá-las num espírito sindical comum.

Os jornais que, deste modo, vierem a ser editados não serão distribuídos no circuito comercial, o que dará maior intensidade e interesse à sua venda nas empresas. Embora totalmente independentes da revista mensal da CGTP, as publicações sindicais serão complementares da revista federativa que, por outro lado, poderá vir a servir-lhes de suporte, do ponto de vista teórico e informativo.

O trabalho de agitação e propaganda decorrerá através de um centro que se prevê para o efeito. Utilizará todas as publicações editadas pela Confederação (revista, jornais, etc.) para promover debates públicos, mesas-redondas, exposições e outras formas de animação de ideias. As publicações encontradas, assim, o complemento natural das actividades do exterior o que lhes permitirá o cumprimento integral da sua missão informativa e cultural.

O «Centro de Agitação e Propaganda» levará, portanto, aos próprios centros de vida sindical a vida e a intensidade que se pretende transmitir através da informação escrita. Exibirá filmes, fornecerá textos de apoio, promoverá festivais de canção, de teatro, etc. Será a prova de que a função social do jornal não termina com a sua publicação. Quanto à distribuição da revista mensal, ao modo como es a publicação chegará às mãos dos leitores, o plano de acção elaborado pelo citado

grupo de profissionais da informação prevê dois modos distintos, de acordo com a natureza e origem das publicações: distribuição comercial, isto é, venda ao público, para a revista mensal da CGTP; distribuição através dos respectivos sindicatos, das publicações oriundas das associações de classe.

Outro importante aspecto informativo diz respeito às formas de funcionamento da redacção da editora. No que respeita a quadros profissionais, torna-se evidente que este núcleo de produção deve contar com elementos à altura das dimensões do projecto. As linhas de rumo ou orientação ideológica, necessariamente que virão através dos contactos directos a ter com o Secretariado da Confederação. Já a elaboração das publicações diferenciadas dos vários sindicatos reposará, no essencial, nas informações, textos e noticiário que os sindicatos de origem lhe fornecerem.

O modo de financiamento, a forma como se irão obter fundos para levar à prática este projecto, diz respeito, como não poderia deixar de ser, ao conjunto dos sindicatos interessados no projecto. Um plano de acção que parte de trabalhadores e visa trabalhadores, não pode deixar de ser financiado por trabalhadores. Assim, cada sindicato ou grupo de sindicatos financiará o suplemento respectivo e responsabilizar-se-á por todos os correspondentes despesas de papel, composição, impressão, bem como por uma pequena parte das despesas gerais da redacção central. Como, igualmente, cada sindicato ou grupo de sindicatos titular de cada edição a garantia de um número de assinaturas certo e de determinado volume de vendas. Serão valores a combinar com os sindicatos, segundo as situações concretas, em cada caso.

Outras formas de dinamização das vendas, como modo racional de financiamento, são sugeridas no projecto. A venda na via pública, as bancas, a propaganda sonora, a prospeção nas sedes e centros de trabalho de partidos políticos progressistas, de associações cívicas e de classe, culturais, etc., poderá justificar a venda a feitura de muitas e muitas centenas de milhares de exemplares com informação sindical. Também se não devem menosprezar as capacidades de difusão da nossa imprensa através de associações culturais de âmbito internacional e de acordos a estudar com os núcleos da emigração portuguesa no estrangeiro.

Procurou apresentar-se, em breves linhas, uma síntese do plano de acção, ambicioso talvez, mas praticável, que aponta para a estruturação de uma autêntica política da informação sindical e vinda a ser, em todo o momento, aberta e democrática. Cabe a cada trabalhador e a cada sindicato a avaliação correcta desta proposta, segundo o que considerem ser necessário para os seus casos particulares, para o conjunto de reivindicações e para o sentido de avanço das classes trabalhadoras e do processo revolucionário em geral.

Muito ficou por dizer. Saiba-se, no entanto, que a confiança nos camaradas provados e nas vanguardas experimentadas é crucial e suficiente para os trabalhadores. O que dizemos é que os elefantes não se vencem com alfinetes; para que derrotemos as armas da reacção não basta que exista uma maioria esmagadora de trabalhadores explorados; é necessário que esses trabalhadores se organizem e se esclareçam. Para que possamos derrotar as armas da reacção temos de ter, entre nós, além de outras, a arma poderosa do esclarecimento que a imprensa capitalista nos nega. Para que possamos derrotar a mentira só dispomos do conhecimento da verdade.

O projecto aí fica, o plano está de pé. É a ti, trabalhador, é a todos nós, que compete agora dar-lhe vida, aperfeiçoá-lo, levá-lo à prática. Temos, em frente, dado mais um passo decisivo no sentido da unidade e da plena realização da sociedade justa e fraterna a que aspiramos.

Ajuda-nos a realizar o nosso projecto.

VAMOS SER

CAPAZES DE...

UNIFICAR e planejar todos os recursos disponíveis, materiais e humanos, no sentido de criar, manter e desenvolver uma Imprensa Sindical válida, capaz de responder aos anseios e reivindicações dos trabalhadores.

COMBINAR centralização e descentralização, de forma a obter, no conjunto, uma força central que abra caminho, e a riqueza criadora da iniciativa sindical que se exprime através dos boletins, folhas e jornais de cada sindicato.

ASSUMIR responsabilidades – a que os trabalhadores jamais se negaram – pagando, escrevendo e distribuindo os órgãos informativos que venham a dimanar dessa nova perspectiva de informação.

COMBATER, com meios apropriados a influência destrutiva da informação mentirosa paga pelos patrões e pelo grande capital, na imprensa diária e não-diária, nos jornais regionais, na rádio e na televisão?

CONSTRUIR, enfim, uma Comunicação Sindical aberta, corajosa, vinda de trabalhadores e voltada para trabalhadores, defensora intransigente dos interesses da classe e defensora de primeira linha da caminhada rumo ao Socialismo?

O desafio que nos é feito

Crescer, tem exigências. Em cada estágio do processo de crescimento surge uma força nova e uma nova relação de forças. Ganhar campo implica liquidar situações intermédias, anteriores, e viver a vida em novas dimensões.

Assim se passa com os corpos físicos e assim é, também, na luta política, nas transformações contínuas dos processos revolucionários.

A Comunicação Sindical encontra-se perante um autêntico desafio, jogada que vem de dentro de si mesma e do Movimento de que é reflexo e parte integrante. São responsáveis pela situação os próprios trabalhadores.

Com efeito, não passa a aguda consciência política e de classe revelada pelos trabalhadores, logo

após Abril de 1974; não fosse o seu líquido sentimento de que só na unidade poderiam resistir aos ataques e avançar; não fosse terem compreendido, muito cedo, que os enfraqueciam e os exploravam, jogando-os da cidade contra o campo, dos homens contra os negros, sendo, todos eles, trabalhadores. Não fosse ter isso acontecido e o Poder em Portugal estaria, de novo, nas mãos ensanguentadas dos fascistas, a canga da miséria e o silêncio brutal da repressão a voltariam às nossas ruas e aos nossos campos e os trabalhadores portugueses — como os seus camaradas chilenos — mendigariam o pão.

Os trabalhadores portugueses não permitiriam que assim acontecesse. Lutam, agora, com problemas bem diferentes, aqueles que se ligam com um futuro melhor, com a consolidação das conquistas democráticas e com a caminhada rumo ao socialismo.

O desafio que nos é feito agudiza-se no campo ideológico

e exprime-se abertamente no campo da actividade informativa. Procurámo-lo uma resposta. Estudámo-lo um programa de acção. Esse programa está condensado no documento que, sob o título genérico de «Para uma nova política de informação» será apresentado ao Congresso de Todos os Sindicatos. Este projecto, nas suas linhas gerais e nas suas grandes divisões é descrito, no presente número, no artigo «A informação de que precisamos».

O projecto, vem de trabalhadores atentos às necessidades de determinado sector que consideram fundamental. Vai para todos os trabalhadores a quem se aguda a estudá-lo, a criticá-lo, a transformá-lo, a enriquecê-lo. Neste caso, como em todo o mais, o que de bom for feito é obra colectiva.

O complexo problema da informação ao serviço dos trabalhadores é, assim, formalmente levantado perante os legítimos delegados de quase dois milhões de proletários.

Para eles vai o nosso mais urgente apelo. Os trabalhadores do nosso país precisam de uma nova política de informação sindical. Importa reflectir e tomar decisões. Coragem e determinação!



Unidade na informação

Em cada sector fundamental do processo revolucionário, do processo histórico que percorre o seu caminho no sentido da construção do socialismo, o grau de unidade atingido, sucessivamente em cada momento que se vive, representa o melhor índice disponível para o julgamento rigoroso do ponto de avanço ou de recuo de uma Revolução.

A unidade de que tanto se fala, aquela que referem os grandes teóricos do Socialismo e do Movimento Operário, não é conceito abstracto mas, pelo contrário, forma que assume aspectos bem precisos, nomeadamente, na acção.

A informação é um dos elementos fundamentais do processo revolucionário. Qualquer que seja o seu sector específico, o político e partidário, o social, o económico, o sindical, etc., a comunicação que se sabe e pode fazer em determinada altura representa, invariavelmente, a medida das capacidades organizadas, nesse mesmo sector, no sentido do combate a favor ou contra o campo revolucionário.

A reacção conhece bem a importância das posições a ocupar neste combate. Logo a partir do 28 de Maio, foram sindicatos e jornais os primeiros objectivos do fascismo. A rádio, a ensaiar então os primeiros passos, foi rigorosamente controlada pelo aparelho de estado. A Comissão de Censura, a segunda PIDE — senão a primeira — destruíram, sistematicamente, as formas de expressão que permitiriam aos trabalhadores comunicar entre si, combinar, organizar formas de luta.

A reacção fascista viu, no entanto, claramente a importância da Comunicação Social. Estado serventuário dos interesses do grande capital financeiro, o fascismo dos anos trinta não se limitou a destruir a imprensa de livre expressão característica da primeira República. Criou os seus próprios órgãos de informação, disciplinados e obedientes, imprensa escrava ao serviço de uma

repressão que por ser escrita ou falada não era menos real.

Ao pensarmos nesses tempos, compreendemos bem como o conceito de unidade representa o que foi assumido no início deste artigo: um índice seguro que permite avaliar de como estavam divididas as forças progressistas e operárias na alvorada do fascismo português.

Nos momentos que se vivem, olhamos à nossa volta e que vemos, quanto a informação? Do lado reaccionário, as folhas abertamente fascistas, a destilarem do ódio e a mentira; as publicações conservadoras, saudosas de uma paz burguesa sem consciência e do bem-estar da exploração colonialista; e os meios de telecomunicação e de imprensa diária manipulados por um confuso grupo de interesses que colocam ao seu serviço a incompetência e o oportunismo. Registe-se, no entanto, com alegria, que os reaccionários e conservadores portugueses demonstram a maior incapacidade inventiva. Os processos de ocupação de cargos sem consequências inovadoras e inventivas, paralisam, estancam e reprimem mas ficam-se por aí: a reacção é um corpo morto que apodrece. Corpo que, no entanto, apenas a acção firme e vigilante dos trabalhadores varrerá definitivamente da História. E quanto as forças da jovem democracia que queremos construir? como compreendemos elas a necessidade prioritária de resolver os gravíssimos problemas ligados ao conceito de unidade na informação? Como serão elas capazes de combater os tremendos vícios individualistas que o inimigo fascista lhes introduziu por debaixo da pele?

Não é por acaso que a informação que — a nós, trabalhadores — mais de perto toca, o do trabalho e da vida sindical, a primeira evidência é a do amplo leque das potencialidades que se vêm revelando e a sistematização ao longo do processo revolucionário.

Com efeito, se olharmos atrás, à distância de cerca de três anos, veremos como entretanto se multiplicaram os órgãos informativos sindicais, no justo anseio da comunicação, da consciencialização de classe, da mobilização dos trabalhadores em torno dos concretos problemas ligados à sua condição social em sistema capitalista. A classe operária, os trabalhadores, não descobriram a sua própria existência em 25 de Abril de 1974, mas foi então que recobram a sua voz legal.

A segunda evidência diz respeito à maneira como esta voz se tem exercitado. Nunca, entre nós — nem mesmo nos tempos da primeira República — se publicaram tantos órgãos de informação sindical, desde simples folhas até dispêndias revistas. Cabe perguntar e averiguar se é este o caminho correcto a seguir pelo Movimento Sindical.

A Comunicação Social tem as suas técnicas mas é, já, no tempo que passa, um ramo diferenciado das ciências humanas. Esta verificação significa que, como ciência particular, a Comunicação atravessa, em cada país e em cada sector da vida, uma fase de enumeração e, depois, uma fase diferente de síntese e de sistematização.

É tempo de recordar aos camaradas sindicais não será útil e urgente repensar a fundo a nossa comunicação do sector. Se a fase da mordacão vai em 25 de Abril, o tempo do despertar, o balbucio dos problemas e das dificuldades vai, talvez, demorando longo. Importa trabalhar em unidade, centralizar esforços, não desperdiçar recursos humanos ou materiais. Importa avançar e unir e unir para avançar.

Não é por acaso que as ideias surgem. Logo, a ideia central desta série de páginas — a organização e lançamento de uma nova política de informação sindical — não brotou, certamente, por acaso. Resulta da compreensão de que chegou a altura de dar mais um passo em frente no sector da

informação sindical. Será, mais uma vez, através da unidade, juntando esforços e capacidades, que corrigiremos erros do caminho e alcançaremos a vitória. Neste momento, somos capazes de atingir a percepção do problema e de equacioná-lo.

Tal situação representa, em si mesma, um avanço dos trabalhadores. Não podemos, contudo, ficar de braços cruzados perante os factos que resultam, sobretudo, de um mau aproveitamento global das conquistas alcançadas, da falta de experiência de organização que é um dos clássicos travões que sempre se revelam nas fases de luta aguçada dos processos revolucionários.

Temos ainda, mais técnicos, os elementos necessários à organização de uma poderosa Comunicação Sindical, em homens, em meios, em equipamentos, em liberdade de expressão. Resta saber se somos capazes de organizá-la em unidade.

Três são as direcções principais para se apontar qualquer esquema de acção que vise a reorganização e reagrupamento dos órgãos de comunicação sindical. Todas elas passam pela unidade de esforços.

A unidade ideológica afirma-se em torno da aceitação comum do princípio de que, na luta de classes, na consolidação da democracia, só uma Organização Sindical firme, coesa, bem estruturada, pode defender os interesses operários e avançar para novas conquistas e para a vitória final.

A unidade de método, na informação sindical, é o veiculo necessário da unidade ideológica. A força que se transmite ao trabalhador, a consciência de classe que se constrói passo a passo, têm uma pedagogia e uma forma particular de comunicação. Informar é uma operação delicada e complexa onde a boa vontade conta mas não é suficiente.

A unidade na diversidade contempla, fundamentalmente, o justo orgulho que muitas organizações sindicais depositam nas suas realizações informativas. Mais do que isto, é na coexistência de uma centralização informativa, politicamente necessária, e de uma diversificação completa de interpretações e de estilos que uma nova estratégia de informação sindical se pode correctamente baser.

Camaradas trabalhadores, camaradas delegados ao Congresso de Todos os Sindicatos! No momento em que uma enorme massa dos trabalhadores portugueses busca os caminhos da sua unidade efectiva, ultrapassa obstáculos que o inimigo de classe é hábil em manejar e ensaia novas soluções, uma perspectiva mais vasta, uma nova dimensão se abre à luta sindical. Não se trata, já, da vida na clandestinidade. Não se trata, no curto prazo, os minúsculos e disseminados indicados que irão prevalecer sobre formas orgánicas sindicais fortes e unidas, lançadas à escala nacional. Os divisionismos e os divisionistas serão pulverizados pelo avanço da História e pela superior organização da classe operária.

É este o momento apropriado, camaradas trabalhadores, camaradas delegados ao Congresso de Todos os Sindicatos, para voltarmos a nossa confiança inabalável no futuro do Movimento Sindical, na Democracia, no Socialismo e no Povo Português, nomeadamente nas suas vanguardas, as classes trabalhadoras.

Confiar, porém, não chega. É preciso organizar. É necessário saber encontrar a brecha na muralha e correr a combatê-la. Importa saber transmitir aos trabalhadores deste país a experiência dos seus camaradas, a informação que denuncia a mentira, o apelo forte e a palavra de ordem.

A luta continua, camaradas, mas tem de continuar a nível sempre diferentes e mais favoráveis à classe operária. Vencermos, trabalhadores, se soubermos imaginar as melhores formas de luta e melhorar, infatigavelmente, a organização.

Em frente, por uma nova política de informação sindical.

Para os intelectuais não há campo neutro

por JOÃO PAULO GUERRA

Os intelectuais não constituem uma classe nem uma camada social homogênea. Há intelectuais na classe operária e na grande burguesia. O que coloca o intelectual dum lado ou doutro na luta de classes é a sua solidariedade de interesses, a sua prática política e cultural.

Os intelectuais progressistas são parte integrante da força revolucionária da classe operária. Estão interessados na transformação revolucionária da sociedade e são indispensáveis para a realização dessa transformação. A Revolução democrática na perspectiva do socialismo exige para a sua realização que se aprofunde a aliança entre a classe operária e a grande massa dos intelectuais. Aliás, não é hoje possível uma transformação revolucionária da sociedade sem que se estreitem esses laços.

A transformação revolucionária da sociedade portuguesa exige a intervenção vigorosa e consciente das massas. No entanto, na consciência de um sem número de trabalhadores pesa ainda duramente a influência alienatória, hostil reacção da ideologia das velhas classes que procura, por todos os meios, manter os trabalhadores num estado de dependência.

A grande burguesia monopolista perdeu o controlo de grandes meios de produção; mas tem a favor do seu projecto de regresso ao passado, meio século de desinformação, meio século de manipulação da capacidade crítica e reflexiva dos trabalhadores. A grande burguesia e as suas pontas de lança têm um trunfo para jogar contra a Revolução nas hostilidades, desconfianças e reservas perante a perspectiva do socialismo que são próprias dos valores da ideologia ainda dominante.

Na luta para ganhar para a Revolução a participação das massas, têm um papel decisivo a desempenhar os intelectuais progressistas.

Trata-se de combater a dinâmica da burguesia reacção que tem ao seu dispor uma gigantesca máquina que visa desarmar ideologicamente a classe operária e os seus aliados. Vamos hoje a uma vez mais o poder dessa máquina e as intenções dos seus detentores.

Vemos como a imprensa burguesa, a rádio e a televisão abrem o caminho e dão cobertura ideológica à ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista. O caso recente da campanha desencadeada por órgãos de informação estatizados divulgando e promovendo, em coro com o jornal da CIP e as agências do imperialismo, a doutrina tão manifestamente reacção como é a decisão do movimento sindical português, é um exemplo escandaloso, mas não é único.

Assumindo os pontos de vista e mesmo formulações usadas pelos partidos da direita, certos órgãos de informação transformaram-se em veículos de propaganda contra-revolucionária em tribunais dos inimigos dos trabalhadores. Dão cobertura ideológica às calúnias grosseras que os partidos reacção e a Confederação dos Agrários incorporam na sua propaganda contra a Reforma Agrária; apontam uma solução para a crise económica os projectos

dos partidos reacção e da Confederação da Indústria para a recuperação capitalista; tentam justificar e promover a aceitação da política de vida cara e de mais sacrifícios para que os trabalhadores paguem a crise; procuram organizar o descontentamento face a certas situações e canalizá-lo contra as forças democráticas e contra a própria democracia; procuram semear a divisão e a intriga entre os sectores democráticos civis e militares; alinham pelo anticomunismo mais primário e grosseiro; apresentam como inevitável e benéfica a sujeição ao imperialismo e a aceitação das suas imposições e chantagens; desencadeiam uma violenta e deformadora campanha claramente insarida na conspiração neocolonialista.

Num processo de transição para o socialismo, tem de se contar é certo com grandes ofensivas de recuperação capitalista, com o estertor das classes ameaçadas nos seus privilégios pelas diversas transformações políticas, económicas e sociais. A questão que se coloca é a de saber se dentro do processo e a coberto da garantia da diversidade de opiniões, cabem, impune, os seus próprios inimigos, as classes condenadas ao desaparecimento como classes.

Num tal contexto impõe-se que os intelectuais progressistas, nomeadamente os agentes intelectuais da Informação, assumam as suas responsabilidades e assentem nos temas e na direcção de uma intervenção cultural revolucionária que combata consequente e eficazmente os valores retrógrados da ideologia ainda dominante.

Os valores próprios da ideologia dominante na sociedade portuguesa são ainda a expressão das relações materiais predominantes, o modo de produção e as relações de produção capitalistas. Tais valores são, no entanto, a propriedade privada entendida como elemento fundamental para a existência da própria sociedade, a aceitação das desigualdades sociais e da dominação da grande massa dos trabalhadores pela pequena classe dos que detém os grandes meios de produção.

A defesa destes e de outros valores da ideologia das velhas classes serviu e serve como eixo de ataque contra os trabalhadores e as conquistas da revolução. O socialismo, objectivo constitucional do Estado democrático português, é apresentado como um atentado contra aquilo que rege o pensamento e a prática quotidianos. A apropriação colectiva dos principais meios de produção é identificada com a abolição da posse individual de bens. O desejo de segurança, o medo da instabilidade, a valorização da ordem, não são perspectivados nem sentido democrático, mas utilizados para sugerir soluções autoritárias e repressivas. Os trabalhadores são apontados como inimigos e as conquistas da Revolução como fatalidades.

O manual da propaganda reacção tem vindo a ser extremamente entusiasmado e violentamente utilizado contra a revolução portuguesa. A pontos do deputado trabalhista britânico Ken Coats ter afirmado, após uma

(Continua na pág. 41)

As mulheres no Movimento Sindical

A situação da mulher, em Portugal, especialmente da mulher trabalhadora, tem sido, na maior parte do tempo, degradada.

Durante a «negra noite do fascismo», que torturou Portugal ao longo de quase meio século, muitas mulheres lutaram ao lado dos homens, nas fábricas como nos campos e, até, na clandestinidade, contra a tirania fascista.

Antes do 25 de Abril de 1974, a Intersindical não tinha existência legal. Mas a sua criação, em 1970, ainda no negro período repressivo, quando os verdadeiros sindicalistas eram sistematicamente perseguidos, deu novo alento ao Movimento Sindical português. Havia sindicatos nacionais que só graças a certas direcções, formadas por trabalhadores honestos e combativos, se tornavam de uma grande utilidade para a causa dos trabalhadores e eram, mesmo, uma enorme força colectiva e organizada contra o sistema fascista.

Depois do 25 de Abril, o número de participantes na vida política e sindical aumentou de uma maneira extraordinária. No entanto, nesse aumento a percentagem de mulheres foi menor do que a dos homens.

Torna-se, porém, necessário realçar o facto que, durante o longo período de repressão fascista, o «Estado Novo», bem apoiado pela brutal e criminosa PIDE, conseguiu fazer de muitas mulheres autênticos traveiros para espreitar a revolta e o ímpeto de luta dos seus companheiros.

Não obstante ter engressado substancialmente o número da população activa no País, a mulher, especialmente fora das grandes cidades, ainda não conquistou, em trabalho idêntico com o do homem, um estatuto igual aos dos seus camaradas de trabalho. Dai que se verifique, com mágoa, que é ainda reduzido o número de mulheres participantes na vida política e sindical do País, sobretudo ao nível de dirigentes.

Mas, vistas as coisas com realismo, e levadas em conta todas as dificuldades apontadas, Portugal deve ser, apesar de tudo, um dos países da Europa capitalista onde a percentagem de mulheres participantes nas lutas por uma sociedade melhor, deve ser das mais elevadas.

Verifica-se que cada vez é menor o esforço necessário para trazer as mulheres à luta pela defesa dos seus próprios interesses de trabalhadoras, para as levar a ocupar e a defender o importante papel que lhes cabe na construção da nova sociedade democrática portuguesa, rumo ao socialismo.

São já muitas as dezenas de casos de luta, quer nas fábricas, quer nos campos, em que a determinação e o empenho das mulheres têm sido decisivos para a conquista da vitória.

No Encontro Nacional, que o Departamento das Mulheres Trabalhadoras, da Intersindical Nacional,

efectuou em Julho do passado ano, foi feito um balanço geral sobre essas lutas. E foram, igualmente, reforçadas a iniciativa e o esforço, no sentido de que cada vez mais sejam melhor organizadas as mulheres na vida sindical, de forma a poderem ombrear, com todos os direitos e responsabilidades, com os homens, seus irmãos na luta pela defesa dos interesses de todos os trabalhadores.

Esse Encontro, na realidade, foi um importante passado do campo do Movimento Sindical. Nele foram examinadas não só a necessidade da participação activa a dar pelas mulheres à luta geral de todo o povo trabalhador, como, também, a de alargar a luta pelos interesses específicos das mulheres no vasto campo em que a discriminação de que têm sido vítimas, através dos tempos, as colocou em grande desvantagem em relação com os outros trabalhadores.

E que, além da discriminação no que se refere a salário e ao direito de promoção, nas empresas onde desenvolvem o seu esforço profissional, as mulheres têm ainda, pesando sobre os seus ombros, as tarefas de donas de casa e de mãe, o que as obriga, regra geral, a um esforço que se pode considerar duas vezes maior que o dos homens! Estes e outros importantes problemas foram estudados e debatidos amplamente no citado Encontro.

Presentemente, reforça-se o trabalho, intensificam-se os contactos, lançam-se as bases organizativas nas empresas onde as mulheres são em aprecievél número.

Embora a mulher portuguesa tenha evoluído bastante, nestes últimos dois anos, e tenha dado uma grande participação no processo revolucionário e democrático em que estamos inseridos, verifica-se que ainda é muito limitada a sua participação na vida económica, política e social do País. Isso é naturalmente, uma das consequências da falta de educação sofrida ao longo da «negra noite do fascismo». E é, também, a constatação da mesma orgânica social herdada do fascismo e que não resolvida pelos diversos Governos provisórios, nem pelo actual Governo constitucional. A falta de creches, de jardins de infância, de escolas, de lavandarias, de refeitórios, de centros de ocupação do tempo livre, para crianças e para as pessoas da terceira idade. Essas carências sociais não permitem que as mulheres se libertem de muitas das tarefas domésticas. Assim, as possibilidades de participação activa das mulheres na vida do País têm estado, e continuam a estar, bastante limitadas e sujeitas ao condicionamento de quantas obrigações caseiras requerem o seu esforço suplementar.

Existe, além disso, um outro dramático problema, que as inibe de melhor poderem compreender qual o seu papel na luta quotidiana, que é o analfabetismo. Há uma elevada percentagem de analfabetos à escala nacional (cerca de 40%), e as principais vítimas deste flagelo têm sido, e continuam a ser, as mulheres.

Portugal tem uma população de 9 milhões de habitantes. Destes, 52% são mulheres, das quais as trabalhadoras constituem 25% da população activa, o que implica, pela força das circunstâncias, um maior alheamento dos problemas que lhes dizem respeito. É isto pela sobrecarga de trabalho a que os afazeres domésticos as obrigam e as prendem, de tal maneira que são forçadas, na prática, a mal terem umas escassas horas para descansarem.

Temos que considerar, também, que nos últimos tempos tem aumentado o número de mulheres activas, pelo princípio generalizado do ingresso das jovens no mundo do trabalho, logo que terminam (ou não) os seus estudos. Mas, mesmo levando em conta tudo isto, é ainda muito grande o número de mulheres que economicamente dependem dos maridos, dos pais ou de outros familiares.

As consequências daqui decorrentes e de toda uma carga moral e ideológica herdada do fascismo colocam as mulheres portuguesas numa situação de difícil compreensão para a nova realidade portuguesa. É uma situação em que se torna necessário contar com a activa participação das mulheres trabalhadoras na vida social, económica, política e sindical do País de forma a garantir, nestas actividades criadoras, a sua desejada participação, que representa um considerável benefício para a sociedade de união, de solidariedade e fraternidade, que os homens, seus companheiros no patibulo, tiveram para a conquista da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora de Portugal.

Neste momento, apenas perspectivas se abrem para o campo sindical e nesse sentido que se torna urgente ganhar a compreensão das mulheres trabalhadoras para o que representa, na defesa dos seus próprios interesses, um Movimento Sindical Unitário, fortalecido pela vontade e pela decisão de todos os trabalhadores.

Lutemos, pois, agora, e sempre, pela unidade indestrutível dos trabalhadores através das suas estruturas sindicais. Só assim, unidos e organizados, homens e mulheres, conseguiremos derrotar os exploradores da classe trabalhadora. Só assim, com a activa participação das mulheres em todos os escalões do Movimento Sindical, poderemos pôr fim à exploração do homem pelo homem, única condição para a verdadeira libertação da mulher. Porque a libertação da mulher passa naturalmente pela libertação do homem.

Uma sociedade livre da exploração capitalista, os trabalhadores, homens e mulheres, serão, numa união reforçada e activa, as principais alavancas com que se abrirão as portas para a nova sociedade, que a nossa Constituição consagra: a nova sociedade sem classes, feita de justiça, de progresso social, de liberdade e de fraternidade. Esse é, esse deve ser sempre, o alvo de todos os trabalhadores!

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO:

Uma arma da recuperação capitalista uma frente da luta dos trabalhadores

A imprensa sindical, participando na grande batida de informação e propaganda conduzida pelo Movimento Sindical, tem-se referido com destaque aos problemas de legislação do trabalho, bem conhecidos por todos os trabalhadores que suportam no seu dia a dia as consequências das leis antipatronais. Não há portanto, necessidade de decifrar aqui as leis que o Governo tem feito publicar.

Interessará mais aprender o sentido fundamental dessas leis que se orientam em duas direcções convergentes: restringir ou anular direitos conquistados pelos trabalhadores depois do 25 de Abril; diminuir ou mesmo destruir a capacidade de intervenção organizada dos trabalhadores na vida económica e social, e no processo político, através do Movimento Sindical e de outras organizações de classe.

COM efeito, os diplomas que têm sido publicados, não se ficam por revelar ou restringir directamente direitos e garantias que a luta dos trabalhadores lhes permitiu arrancar ao patronato e ao próprio aparelho de Estado (despedimentos, contratos a prazo; férias, feriados e faltas, etc.). Indo mais longe, limitam ainda mais a possibilidade de os trabalhadores e os seus sindicatos defenderem e alargarem os direitos económicos, sociais e culturais através da contratação colectiva (lei das relações colectivas de trabalho; normas imperativas restringindo o objecto dos CCT; política de contensão de salários a níveis inferiores ao aumento do custo de vida, etc.), e chegam mesmo ao ponto de permitir a suspensão dos direitos consagrados nos CCT e nos contratos individuais de trabalho, a redução da duração, os despedimentos colectivos de trabalhadores, e a baixa dos salários até ao limite do salário mínimo nacional, etc. (empresas em crise).

Propósitos idênticos são descortinaáveis em importantes projectos do Governo, entre os quais se salienta o horário nacional de trabalho e o horário da função pública.

Quanto à legislação sindical publicada desde Agosto de 1976, ela cria condições que facilitem a divisão sindical e dos trabalhadores, e o enfraquecimento do Movimento Sindical, constituindo um apelo aberto do aparelho de Estado, e do partido do Governo, às manobras cisionistas em curso (revogação da unidade sindical na lei; levantamento da interdição dos Sindicatos mistos; dificuldades na sindicalização por ramo de actividade).

O mesmo objectivo é perseguido pela alteração ao sistema de cobrança da quotização sindical que, além de poder provocar diminuição das receitas indispensáveis à actividade sindical, está sobretudo apontada à queda do número de trabalhadores sindicalizados; ao desencadear de pressões económicas do patronato, partidos políticos e outras forças estranhas, sobre dirigentes e organizações sindicais; a divisão dos trabalhadores por vários sindicatos, com o pilularismo como meta.

Outros projectos legislativos do Governo, a serem concretizados — como é o caso de regulamentação das eleições sindicais e das Comissões de Trabalhadores — confirmarão de forma violenta e gritante a acção concertada em curso que, por meio de limitações cada vez mais graves à liberdade e autonomia sindicais, tem o objectivo confesso de «quebrar a espinha» ao Movimento Sindical.

As normas que retiram ou restringem poderes reconhecidos por lei ou pela Constituição às associações sindicais, bem como as que tendem a esvaziar de conteúdo a acção sindical são formas aparentemente mais sutis de se armar os inimigos dos trabalhadores com o propósito persistente de marginalizar, dividir, retirar bases de apoio, paralisar o poderoso Movimento Sindical.

UMA CARACTERÍSTICA COMUM

Tem-se dito, com insistência, que as leis de trabalho aprovadas e feitas publicar pelo Governo são, no geral, inconstitucionais, por três motivos: por anularem ou reduzirem direitos e conquistas que a Constituição expressamente reconheceu aos trabalhadores portugueses; por serem feitas pelo Governo sem autorização da Assembleia da República que é o único órgão competente para legislar sobre os direitos dos trabalhadores; por não terem em conta nem a vontade, nem a opinião das organizações de classe dos trabalhadores e os seus consultados e tão pouco têm conhecimento dos diplomas antes de estas serem publicadas no «Diário da República».

A legislação do trabalho do actual Governo é claramente incompatível com o projecto de construção em Portugal de um «regime democrático em transição para o Socialismo». Ela prossegue objectivos opostos e, por isso, não tem manifestas as violações da Constituição que o Governo se obriga a cometer para levar por diante a sua política.

UMA TENDÊNCIA PREOCUPANTE

A Constituição reconhece amplamente certos direitos individuais e colectivos. Assim, por exemplo, o direito ao trabalho e a segurança no emprego garantindo-o, designadamente, através da proibição dos despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos e ideológicos. Ou o direito à greve e com tal amplitude, este, que só aos trabalhadores compete determinar os interesses a defender por seu interesse, não podendo a lei limitar esse direito. Ou, ainda, o controlo operário, envolvendo um conjunto de importantes direitos das organizações dos trabalhadores tais como o controlo de gestão, a intervenção na reorganização das unidades produtivas e na planificação a nível sectorial, regional ou nacional, a participação na elaboração das leis do trabalho, etc. Ou, finalmente, a criação e poderes das Comissões de Trabalhadores.

Como a própria Constituição proíbe aos órgãos do poder qualquer limitação a esses direitos, torna-se difícil ao Governo anulá-los ou restringi-los expressamente ou que o obrigaria a dizer ser seu objectivo alterar a Constituição. Assim, se antes se procura encapotada de daqueles mesmos resultados: o Governo alega unicamente a necessidade de regulamentar os direitos dos trabalhadores para melhor os garantir e assegurar a sua aplicação prática. Mas, na realidade, essa «regulamentação» visa anular ou limitar fortemente esses direitos.

Há já exemplos suficientes dessa «regulamentação» para se poder condicionar estamos perante uma tendência de política legislativa do actual Governo.

Assim, o decreto-lei que «liberaliza» os despedimentos sem justa causa, abre com a reprodução formal da respectiva proibição constitucional. A Proposta de Lei da Greve apresentada pelo Governo à Assembleia da República, proíbe expressamente a greve pela revisão dos contratos colectivos. O anteprojecto do Ministério do Trabalho sobre participação nas leis do trabalho exclui dela as Comissões de Trabalhadores. O controlo operário é boicotado a pretexto de não existir uma lei «regulamentando». As Comissões de Trabalhadores são excluídas da intervenção na reorganização das unidades produtivas «em crise» (Decreto-Lei n.º 864/76). O Governo tenta impôr um quorum nas eleições das Comissões de Trabalhadores, apesar de a Constituição só dispor que elas se realizem por voto secreto, em Plenário de Trabalhadores. E os exemplos poderiam multiplicar-se. Desta forma se vai revogando na prática, o conteúdo progressista da Constituição.

RECUPERAÇÃO PATRONAL E CAPITALISTA

Tal política legislativa, em matéria de trabalho, não corresponde aos interesses dos trabalhadores que estão em risco de perder as grandes conquistas que alcançaram ao longo da Revolução, a começar pela melhoria do nível de vida. A «nova» legislação do trabalho cria condições para a intensificação de exploração capitalista e da opressão patronal sobre os trabalhadores.

Retirando direitos aos trabalhadores e às suas organizações de classe; esvaziando o conteúdo progressista da Constituição; enfraquecendo e procurando lançar a divisão no Movimento Sindical — a nova legislação está, cada vez mais abertamente, ao serviço dos interesses e das condições políticas impostas pela CIP, pela CAP, pelo Imperialismo, que visam a destruição das conquistas da Revolução Portuguesa.

Atendendo à força determinante do Movimento Sindical Português — no contexto do Movimento Popular de Massas — para defender e fazer avançar a nossa revolução democrática a caminho do socialismo; considerando a importância que assume na Constituição a intervenção organizada dos trabalhadores, aos mais diversos níveis de vida económica e social e da actividade do Estado — poderá compreender-se que a legislação do trabalho contrária aos direitos e interesses dos trabalhadores seja, como é, um dos aspectos mais salientes da ofensiva de recuperação capitalista.

UMA FRENTE DA LUTA DOS TRABALHADORES

A firme resistência e a luta dos trabalhadores, unidos e organizados no seu Movimento Sindical, tem contribuído para que, além de se manterem intactas as conquistas essenciais da Revolução (nacionalização, controlo operário, reforma agrária, liberdades democráticas), estejam salvaguardados os principais direitos dos trabalhadores incluindo os sindicais, e persistam fortes e actantes as suas organizações de classe.

Na luta contra a legislação antipatronal, que os trabalhadores conduzem numa vasta frente, com formas muito variadas, podem obter-se êxitos parciais ou sofrer-se derrotas igualmente limitadas, como a experiência está a demonstrar.

Mas o sucesso desta luta está intimamente associado à capacidade mais geral para deter e vencer a ofensiva de recuperação capitalista e a luta democrática que assegure o cumprimento da Constituição.

Em qualquer destes sentidos, o Congresso de Todos os Sindicatos dará certamente um poderoso contributo.

2 anos de Reforma Agrária

O «25 de Abril de 1974» foi o fruto de pequenas e grandes lutas dos trabalhadores portugueses por uma vida melhor e mais digna. O 25 de Abril veio para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e pôr fim aos privilégios dos grandes senhores. Estes grandes senhores eram, na agricultura, os latifundiários, os grandes proprietários rurais que, como outros monopolistas, combateram para preservar os seus interesses egoístas, de classe.

O boicote que os latifundiários fizeram à economia nacional assumiu diversas formas: eles mataram e/ou venderam o gado, destruíram as máquinas agrícolas, não respeitaram os contratos colectivos assinados, expulsaram os trabalhadores, não lhes pagando, não amanharam as terras, prejudicando as sementeiras. Tudo isto agravado pelo envio de dinheiro e gado para o estrangeiro e pelos ataques armados contra os trabalhadores, cuja única arma é a sua Unidade. Estes ataques continuam ainda a verificar-se nos dias que correm.

A resistência e os crimes dos grandes proprietários rurais encontraram a resposta dos trabalhadores, os únicos que defendem os interesses nacionais. Os trabalhadores agrícolas ergueram em três meses, as suas organizações sindicais — que antes eram proibidas — cujo reforço obrigou os agrários a assinar, pela primeira vez na agricultura, os contratos colectivos; os Sindicatos, após os despedimentos arbitrários, obrigaram os grandes latifundiários a aceitar nas suas propriedades um certo número de trabalhadores, proporcionais aos trabalhos possíveis de, ali, serem realizados.

Os trabalhadores só avançaram para as primeiras expropriações após o boicote sistemático (que já ameaçava as culturas da época) pondo em prática uma lei já preparada, mas retardada nas gavetas ministeriais. Esta acção decidida e histórica dos trabalhadores, apressou a publicação dos Decretos-Leis 660/74 e 406-A/75, respeitantes às expropriações dos latifundiários, em caso de boicote, e às expropriações das propriedades que, por um sistema de pontuação definido, ultrapassavam os 50 mil pontos. É necessário frisar que, desde o início do processo, esta lei só abrange, na prática, o centro e o sul do País.

É neste contexto, de sabotagem sistemática, de ataques armados, de ausência de assistência por parte do Estado, da necessidade de organizar

e planejar, pela primeira vez, a produção dos campos, que os trabalhadores agrícolas aumentaram e atingiram níveis de produção até, então, só esporadicamente alcançados.

«ESTAR» COM A REFORMA AGRÁRIA

Em Portugal, quase toda a gente e todos os partidos, dizem estar de acordo com a Reforma Agrária. Cada um tem, no entanto, a sua maneira de «estar de acordo» com ela e, muito particularmente, o Ministério da Agricultura, do sr. Barreto.

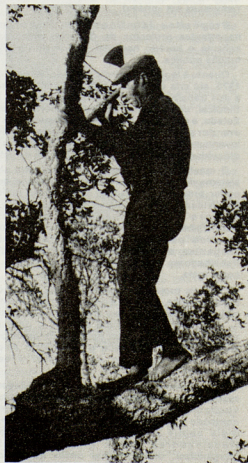
Todavia, a única maneira de estar com a Reforma Agrária, é estar ao lado dos trabalhadores agrícolas e dos restantes trabalhadores portugueses. Respeitar a vontade destes, respeitar as regras elementares da democracia, é o único meio de apoiar a maior conquista da Revolução.

Para tanto, é necessário reprimir severamente a reacção que não respeita as leis em vigor, é necessário pôr fim ao boicote de Estado e governamental, ou seja, acabar com o boicote aos créditos; de distribuição de sementes e produtos; de comercialização dos produtos agrícolas; pôr fim à campanha reaccionária que classifica como ocupações «selvagens», o processo legal capaz de acabar com os parasitas da terra, os latifundiários; pôr fim às desocupações arbitrárias de terras e às atribuições de reservas, lesivas dos interesses dos trabalhadores, da economia nacional e, que são, muitas vezes, inconstitucionais.

A Reforma Agrária não poderá avançar se os trabalhadores não dispuserem de créditos. Porque é necessário pagar os salários, construir pequenas barragens, abrigos para o gado e máquinas, assegurar assistência técnica, criar circuitos «saos» de comercialização, etc..

O boicote existe. A ele, os trabalhadores respondem através das suas organizações. Muitos problemas foram, já, resolvidos através de vários encontros de organizações dos trabalhadores agrícolas, dos camponeses e dos trabalhadores da indústria e dos serviços.

No que respeita à comercialização dos produtos agrícolas, a CARRA organizou um grupo composto de supermercados, de cooperativas de



(Continua na pág. 28)

Para
um Dec
não ob
a essa
que é a

Tratt
com dat
pés ap
participa
da polít

Rep
«Art
n.º 351/

2. A
reforma
entende
regiões

Só i
Tod

recuo,
ensinac
a Nove
de Nov
vezes d

Mas
de Ref
Govern

Res
351/75

As co
são hoj
de repr
as leis

A en
sabota
arbitrar
imediat
e a d
afectad
insegu
planea
o cresc

do dese
Dent
e de de
pelos tr
auxiliad
procura
com o
o divis
que a
e Coop
divisor
e a Con
rendere
da Torr
distritos

MAIS UM DECRETO INCONSTITUCIONAL

Parce ter passado um tanto despercebido um Decreto-Lei recentemente vindo à luz do dia, não obstante materializar verdadeiro ataque a essa conquista dos trabalhadores rurais do Sul, que é a Reforma Agrária.

Trata-se do Decreto-Lei n.º 15/77 publicado com data de 6 de Janeiro que, quase em bicos dos pés apunhala pelas costas o direito de participação dos trabalhadores rurais na definição da política agrária.

Repare-se na «ingenuidade» da sua redacção: «Artigo único — 1. É revogado o Decreto-Lei n.º 351/75 de 5 de Julho.

2. As referências aos conselhos regionais da reforma agrária, feitas em quaisquer diplomas, entendem-se feitas às brigadas técnicas das regiões agrícolas.»

So isto!

Todavia é mais uma medida da política de recuo, aos pequenos passos, à boa maneira ensinada por Kissinger, que vai marcando toda a tendência dos governos do País, a partir do 25 de Novembro, com o objectivo de calar e abafar as vozes dos trabalhadores...

Mas quem compunha os Conselhos Regionais de Reforma Agrária, criados por decreto do IV Governo Provisório?

Responde-nos o artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 351/75.

«a) Um representante eleito dos sindicatos dos trabalhadores rurais;

b) Um representante das ligas dos pequenos e médios agricultores;

c) Um representante do MFA.»

Pois é precisamente essa participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, na definição e execução da Reforma Agrária, que o decreto-lei visa cortar, substituindo o parecer consciente e revolucionário dos trabalhadores rurais — que avançaram para a Reforma Agrária e que, com o seu suor, a tornavam viva — pelas opiniões rotineiras e burocratizadas de funcionários das Brigadas Técnicas Agrícolas, onde continuam a pontificar técnicos que, durante dezenas de anos, estiveram, unicamente, ao serviço dos latifundiários e dos capitalistas, movidos pelos favores do dinheiro ou das influências políticas.

Técnicos que nunca vieram, de ombro a ombro, colocar-se ao lado dos trabalhadores rurais, na sua luta pelo direito aos salários condignos, ao pleno emprego, à saúde, ao ensino e, enfim, em breves palavras, pelo direito a serem respeitados como **homens livres**.

Substituir o direito de participação dos trabalhadores rurais na definição e execução da Reforma Agrária, como o pretende fazer este Decreto é, não só ofender a Constituição da

República — art.º 104.º e 18.º, entre outros preceitos e que abaixo transcrevemos — como uma tentativa, clara e descarada de restabelecer tutelas, que a Revolução de 25 de Abril veio abolir.

Para a intenção deste Decreto se chama a atenção dos trabalhadores rurais, dos pequenos e médios agricultores e das respectivas organizações de classe.

Como referimos o Decreto-Lei n.º 15/77 ofende frontalmente o preceituado na Constituição. Senão, vejamos o que consigna o art.º 18.º:

«1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis às entidades públicas e privadas.

2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição.

3. As leis restritivas dos direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.»

Por outro lado, excluindo a participação dos trabalhadores, o decreto-lei citado assume características de inconstitucionalidade face ao que dispõe o artigo 104.º.

(Continua na pág. 28)

A REFORMA AGRÁRIA PROSEGUIRÁ

As conquistas alcançadas pelos trabalhadores são hoje alvo da mais injusta agressão por parte de representantes do Governo que desrespeitam as leis e a Constituição.

A entrega de «reservas» aos agrários sabotadores deu início a uma série de arbitrariedades, tendo como consequência imediata a paralisação dos trabalhos e a desorganização económica das UCP afectadas, a implantação de um clima de insegurança social e a destruição de um planeamento económico capaz de garantir o crescimento da produção agro-pecuária e o fim do desemprego no campo.

Dentro de um plano de recuperação capitalista e de destruição de uma Reforma Agrária realizada pelos trabalhadores rurais, as forças da reacção, auxiliadas pelo trabalho dos esquerdistas, que procuram destruir a força dos Sindicatos e, ainda, com o apoio dos CRRA e do MAP, provocam o divisionismo entre os operários agrícolas para que as herdades agrupadas em UCP e Cooperativas sejam desanexadas. A tática divisionista leva o MAP a atropelar as leis e a Constituição, entregando herdades a supostos reendeiros ou seareiros (com foi o caso da Quinta da Torre, da UCP Escoural e várias outras nos distritos de Beja, Évora e Santarém).

Em quase dois anos de luta dos trabalhadores rurais pela organização da produção e melhoria do nível de vida das populações rurais atingiu-se um aumento nunca visto anteriormente, da produção de cereais e dos efectivos pecuários. Com a união de várias herdades em Cooperativas e UCP foram solucionados os problemas das áreas mais pobres e reunidos os recursos necessários para a compra de máquinas e construção de barragens e outras obras, criando-se uma base segura para um melhor aproveitamento da mão-de-obra existente e da terra recuperada aos agrários.

O plano seguido pelo MAP de desanexar as herdades e dividir os trabalhadores conduzir o processo ao caos económico e social, como ocorreu com todas as Reformas Agrárias realizadas nos países capitalistas.

OS ATAQUES À REFORMA AGRÁRIA

Além de todas as dificuldades criadas para que as UC, recebessem os créditos a que têm direito, (o que tem obrigado os trabalhadores a reunirem os seus recursos para a compra, a **pronto**, das máquinas) e dos atrasos na recolha do trigo, na

entrega das sementes e dos adubos necessários, o MAP tem orientado uma política de verdadeira sabotagem ao processo da Reforma Agrária.

A propósito das «desocupações», quando a imprensa internacional compareceu para assistir à «guerra no Alentejo», os trabalhadores representados pelos seus sindicatos deram provas da maior capacidade de resolver os problemas no exacto cumprimento das leis. Foram devolvidas as herdades que não tinham a pontuação indicada pela lei e, noutros casos, o MAP reconheceu que o seu conhecimento da realidade não era perfeito porque aceitara a opinião de agrários que falseavam os números. Até 31 de Outubro, todos os problemas ficaram solucionados.

A seguir, o MAP levantou outra forma de ameaça: a entrega das «reservas», sem que os trabalhadores fossem ouvidos. A imposição da presença dos agrários dentro das UC, protegidos por fortes contingentes da GNR, levando uma onde de protestos e desencadeou um clima de insegurança entre as populações rurais. Mesmo tratados dessa forma, os trabalhadores, orientados pelos seus sindicatos, souberam buscar o diálogo e não acitar o conflito provocado pela acção ilegal e anticonstitucional do MAP.

(Continuação da pág. 28)



2 anos de Reforma Agrária

(Continuação da pág. 27)

consumo; a Comissão de Trabalhadores da CUF e o Sindicato da Hotelaria, organizaram cantinas fabris; a CRA foi criada com este objectivo, etc...

No entanto, os trabalhadores têm consciência de que deve ser o Estado a responder a estes problemas, criados pelo seu boicote.

QUEM SÃO OS INIMIGOS DE CLASSE DOS TRABALHADORES

No que se refere aos problemas dos pequenos e médios agricultores, existem leis que, pela sua aplicação prática, podem responder às antigas reivindicações destes trabalhadores: as leis que regem o arrendamento rural, a recuperação dos baldios e a extinção dos foros (espécie de imposto feudal).

Mas a reacção organiza-se para tentar manipular os pequenos e médios agricultores. Quando os reacçãoários utilizam o espantinho do roubo de terras, que ameaça o meio hectare de terra de muitos agricultores, é preciso que perguntemos quem, senão os grandes senhores, roubou ao Povo, durante o século XIX e parte do século XX, 150 000 hectares de baldios? Quem roubou ao Povo 500 000 hectares de baldios, quando o Estado fascista, em 1947 os retomou, para os «oferecer» aos grandes senhores? Quem, através do violento processo de pauperização, tomou as terras aos pequenos agricultores e os obrigou ao trabalho nas fábricas e, sobretudo à emigração?

Responder a estas questões é encontrar os verdadeiros exploradores do Povo, é situar os inimigos de classe dos pequenos e médios agricultores.

Mas outro dos grandes problemas destes trabalhadores situa-se na comercialização dos seus produtos. Os camponeses, que constituem a maioria dos trabalhadores da terra no Norte do País, lutam, com todas as forças progressistas, contra os intermediários e o aparelho de Estado, que tentam esmagar a pequena produção agrícola, por meio de boicote à compra dos produtos dos pequenos agricultores.

A reacção visa, pois, dividir os agricultores e os operários agrícolas, já que eles têm, fundamentalmente, os mesmos interesses e, neste momento, os mesmos problemas: falta de assistência técnica, de créditos, de preços garantidos e de comercialização para os seus produtos.

É ao Governo que cabe responder a esta situação. Não basta falar de representatividade eleitoral, falar em nome dos trabalhadores, mostrar boas (?!?) intenções. É necessário que o Governo, no lugar de promessas, ponha fim à prática real de boicote e comece a resolver, satisfatoriamente, os verdadeiros problemas.

Para além das palavras e das intenções, é necessário resolver os problemas concretos dos trabalhadores que são, necessariamente, contrários aos interesses do capital monopolista.

O fascismo é, hoje, de novo, um perigo real em Portugal. A besta fascista avança e é necessário pará-la. As forças democráticas, organizadas e unidas, são suficientes para o vencer e assegurar a vitória da Revolução.

Avançar na Reforma Agrária para a resolução dos problemas dos trabalhadores, que têm na mão mais de um milhão de hectares, e dos pequenos e médios agricultores, reforçar as suas organizações, avançar na organização do consumidor colectivo são, entre outras, condições para a vitória do Povo português, na democracia, rumo ao Socialismo.

Mais um decreto inconstitucional

(Continuação da pág. 27)

«Na definição e execução da reforma agrária, nomeadamente nos organismos por ela criados, deve ser assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores através das suas organizações próprias, bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por trabalhadores.»

A quem serve, pois, o Decreto-Lei n.º 15/777? Se este não defende os interesses dos trabalhadores, se contraria a própria Constituição, só poderá ter razão de ser, se o entendermos como mais uma medida governamental, como tantas outras que visam a destruição do processo da Reforma Agrária e a sua recuperação em benefício dos agrários, dos capitalistas, enfim, das forças reacçãoárias.

A Reforma Agrária prosseguirá

(Continuação da pág. 27)

Não satisfeitos com esses actos que determinaram a paralisação dos trabalhos para as sementeiras e que retiraram herdades necessárias à viabilidade económica das UC, o próprio MAP fomentou a divisão entre os trabalhadores, reunindo assinaturas para as desanexações de herdades.

A linha defendida pelos sindicatos agrícolas tem sido a de dialogar com o Governo no sentido de que as leis e a Constituição sejam respeitadas. Até agora, os trabalhadores não encontraram resposta positiva, mas não desistem de defender as conquistas alcançadas com tão grandes sacrifícios e de informar devidamente as autoridades e o Povo de Portugal, para que a reacção não volte a dominar o sector agrícola, determinando o desemprego e o abandono das terras.



Não foi por acaso que em Portugal existiu, nasceu e morreu, um regime fascista. Nem foi por acaso que subsistiu ao longo de 48 anos.

Um tal regime surgiu com a crise dum regime democrático, que se afogou nas suas próprias contradições, ou melhor, das contradições entre os vários extractos da burguesia liberal, no fundamental pela imposição da força dominante da época: os grandes proprietários fundiários; a necessidade de desenvolvimento dumia indústria nacional incipiente criou para o fascismo condições objectivas quanto ao estádio das forças produtivas.

O poder nascido do 28 de Maio de 1926, consolidado

em 1933 (ano da publicação da Constituição que constituiu uma República Corporativa e do Estatuto do Trabalho Nacional) em torno da figura carismática dum Presidente do Conselho ultra-reaccionário, aspirante a ditador, rivalizando com Hitler e Mussolini, antecessor ibérico de Franco, esse poder baseou-se, na ordem social, nos grandes proprietários da terra, na criação de condições para uma indústria e um capital bancário concentrado e progressivamente centralizado, em estreita ligação com os outros financeiros do imperialismo, primeiro no «round» anglo-germânico, esclarecido durante e sobretudo após a 2.ª Grande Guerra.

A absolvição do fascismo

POLITICAMENTE, o Estado fascista baseou-se num pesado monolítico aparelho de Estado, fortemente controlado e dirigido pelas elites sociais das faculdades expurgadas de vozes dissidentes e numa pseudo-paz social, constitucionalmente e legalmente consagrada em 1933. Numa «carta do trabalho», tirada a papel químico do fascismo italiano, eram estabelecidas corporações que «consagravam» em boa harmonia o capital e o trabalho, reunidos respectivamente em «Grêmios» e «sindicatos» fascistas.

Tudo o que fugia ao controlo estatal, associações políticas ou sindicais, foi perseguido e reprimido duramente. E legalizado, como é evidente. A sombra do Outubro de 1917, o terror do poder soviético e da sua influência entre os operários e trabalhadores de todo o mundo, foi uma das causas do estabelecimento dum censura férrea que, no campo ideológico e da informação tudo controlava, cortava, acrescentava, deturpava, «corrigia... censurava, a bem da Pátria.

Um exército dócil, progressivamente neutralizado e chamado à razão corporativa e, principalmente, forças paramilitares (LP), militarizadas (GNR e PSP) e «policiais» (a PIDE, a sua antecessora PVDE, e a sua futura face DGS).

Os próprios sindicatos, quando de assembleias eleitorais realizadas nos termos da legalidade fascista, viram-se estreitamente vigiados por provocadores espalhados entre os associados, por agentes policiais que, «por orden superiores», dissolviam ou encerravam assembleias, prendiam, espancavam, enviavam para tribunal ou «desta para ali».

As comissões de unidade, formadas nas empresas, ou por profissões, ou localmente pelos trabalhadores foram perseguidas em termos semelhantes.

As movimentações de trabalhadores rurais das praças de terra, por exemplo reivindicando melhores retribuições por manifestarem a existência, embrionária embora, dum associativismo de classe,

deparavam com paisanos ou GNR nada «mansos».

Força socialmente poderosa, o clero numa primeira fase, em especial o alto clero na primeira e nas fases seguintes (após 1945 e a parte de 1958-61), teve um importante papel de defesa da «ordem» estabelecida, na alienação a quem eram prometidas «graças eternas» em torno do sofrimento («leia-se miséria» neste mundo).

Os ideais do progresso social, da democracia, da paz, do socialismo, assim como os seus defensores, viram-se cruelmente perseguidos, torturados, mortos pelas «legais» forças policiais, braço armado dum terror com que o 25 de Abril acabou. Quando julgados, eram submetidos a «tribunais específicos» compostos por juizes escolhidos entre os de maior confiança do Estado, e «julgados» de acordo com legislação criada proposadamente por eles.

O derrubamento do fascismo, provocado pela conjugação dos movimentos de libertação nas colónias com o movimento popular em Portugal, a madureza dum consciência nacional progressiva das forças armadas e nas contradições do próprio capital monopolista abriu aos portugueses as portas do futuro. Porém e como é natural numa conjuntura internacional em mutação (fim da guerra no Vietname, descolonização empreendida pelo Portugal democrático, terror violento, da Unidade Popular chilena e instauração do fascismo num país com grandes tradições democráticas, continuação em Espanha dum regime autoritário e autocrático, mesmo após a morte de Franco, escassez e especulação de matérias-primas-CHAVE, como o petróleo, etc.) como é natural dizíamos, nestas circunstâncias o processo político profundamente democrático e segundo uma via revolucionária eleitoral através das maiores dificuldades, fruto de agudas contradições de classe.

Desde a reinstauração das liberdades democráticas que os trabalhadores

portugueses e a população em geral se reencontraram com amigos e vizinhos, com conhecimentos antigos há muito encerrados pelas grades do odio e da opressão.

A explosão de alegria, de entusiasmo e energia revolucionárias que o 25 de Abril de 1974 desencadeou não puderam encontrar barreiras ou diques que as contivessem.

Dar um progressivo avanço do poder político e das massas populares, em estreita aliança, que permitiu nomeadamente: — A prisão dos carrascos do povo durante o regime fascista (pides, legionários, responsáveis governamentais, etc.). — A instauração dum situação democrática, em que se concretizaram velhas aspirações democráticas e populares: a libertação dos antifascistas presos, os direitos de reunião, de associação (política, sindical, cultural, etc.), de livre pensamento; a liberdade de imprensa e de criação artística, a extinção da censura, etc.

— A estreita aliança entre o movimento patriótico e libertador dos militares de Abril e o povo, que permitiu enfrentar e derrotar as investidas reaccionárias que, de gabinete, de rua ou de armas na mão descidas por «baixadas», não deixaram de se repetir.

— A descolonização dos territórios coloniais, com o reconhecimento da legitimidade dos movimentos populares de vanguarda dos povos colonizados, e do direito deles à autodeterminação e independência como povos livres e soberanos, pese embora todos os obstáculos postos a este processo pela reacção interna colonialista e fascista e pelo imperialismo rapaç.

— O avanço progressivo mas imparável após o 11 de Março de 1975, das grandes conquistas populares, de todos com hecidas (dos que as concretizaram e daqueles contra quem foram realizadas): as nacionalizações, o controlo operário, a Reforma Agrária, a organização popular.

por MELO FERREIRA

Isto não impediu, porém, que as forças do passado não lvessem adormecido. Com o apoio aberto ou escondido do imperialismo, sucederam-se os «movimentos» e «partidos» fascistas e fascizantes, as organizações terroristas que procuraram (e em alguns casos conseguiram) espalhar a intranquilidade e o terror em certas regiões do país, em que impediram a entrada do 25 de Abril, da liberdade e da democracia, o objectivo da sua atracção era evidente: verificada a legalização dos partidos democráticos e progressistas, ao mesmo tempo que a reacção improvisava, com os elementos disponíveis, os seus partidos «legais», urge para a reacção e para o imperialismo afastar a crescente influência de massas dos partidos de esquerda, promovendo primárias campanhas anticomunistas e antifascistas.

Foi assim que, eleita a Assembleia Constituinte, em permanente alerta à vigilância popular, designadamente contra os pides presos e os fascistas em liberdade ou em trânsito através da fronteira, encetada e prosseguida a Reforma Agrária pelo proletariado rural e de pequenos agricultores do Ribatejo, da Beira Baixa e do Alentejo, empreendidas as nacionalizações dos sectores-CHAVE da economia anteriormente nas mãos de meia dúzia de monopolistas, alargando o controlo operário e a gestão aos trabalhadores de empresas e em empresas, designadamente aquelas empresas, devido a sabotagem económica, do Estado interveio, os elementos mais reaccionários, beneficiando de apoio do imperialismo e de complicitades fáceis de democratas indecisos, conseguiram reequilibrar a correlação de forças sociais e políticas. Na verdade, após o Verão quente de 1975, em que foram atacadas e destruídas sedes de partidos progressistas e de associações sindicais por terroristas reconhecidos, os inimigos

(Continuação na pag. 42)



Custo de vida

O aumento do custo de vida, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, não é uma característica de todas as sociedades e de todos os países.

Nos **países socialistas** a planificação da economia, a produção orientada para a satisfação das necessidades do povo, o crescimento económico constante, explicam porque os preços não aumentam e o nível de vida do povo cresce sem cessar.

Nos **países capitalistas**, o aumento dos preços dos produtos é uma constante, que afecta o nível de vida daqueles que vivem com um rendimento fixo — em primeiro lugar, os trabalhadores, que vivem do seu salário.

A organização económica e social do capitalismo explica-nos isso: a produção, quer quanto à quantidade, quer quanto ao tipo de produtos, é determinada pelos capitalistas, que possuem os meios de produção.

É evidente que cada capitalista está interessado em gastar o menos possível (em salários, matérias-primas, etc.) e vender o produto o mais caro possível. A sua actuação em conjunto, como classe, é orientada pelos mesmos princípios. Por isso, quando o aparelho de Estado serve os seus interesses, tenta cancelar os salários, as contratações colectivas, e aumentar os preços dos produtos, os impostos, etc.

Os trabalhadores, no seu conjunto, produzem toda a riqueza da sociedade e recebem em salários a que «tem direito», suficientes para que o patronato receba os lucros a que «têm direito».

Os trabalhadores, que constituem o essencial daqueles que compram os produtos no mercado, vêem os preços destes aumentar todos os dias. E assim aumentam os lucros de todos os que nos longos circuitos comerciais estão inseridos em posições dominantes (os intermediários parasitas), aumentam os lucros dos donos dos meios de produção e em particular do patronato monopolista e diminui o poder de compra dos trabalhadores que com o mesmo salário compram cada vez menos produtos.

Só a luta organizada da classe operária e de todos os trabalhadores tem conseguido e conseguirá impor limitações a esta política e criar condições para acabar de vez com esta situação causada pelo sistema de exploração do homem pelo homem.

Quem ganha com a miséria dos trabalhadores



Os dados oficiais que se alinham no Quadro I, mostram, de uma forma clara, as modificações verificadas em 1974 e 1975.

QUADRO I

Evolução da estrutura salarial portuguesa

Escalaes de Salários	Repartição percentual dos trabalhadores por classes de remuneração		
	Em Jan./74	Em Jan./75	Em Jan./76
Menos de 4000\$00	66,8%	29,1%	6,6%
Entre 4000\$00 e 5000\$00	14,5%	17,6%	20,2%
Entre 5000\$00 e 12000\$00	17,4%	50,0%	69,0%
Mais de 12000\$00	1,3%	3,3%	4,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: Inquéritos do Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho

Portanto, enquanto nos últimos meses do fascismo (Janeiro de 1974), cerca de 66,8% dos trabalhadores portugueses tinham salários inferiores a 4000\$00, em Janeiro de 1976 aquela percentagem já tinha descido para 6,6%.

Por outro lado, os trabalhadores com salários compreendidos entre 5000\$00 e 12000\$00, que em Janeiro de 1974 eram apenas 17,4% do total, em Janeiro de 1976 já representavam 69% dos trabalhadores portugueses.

É evidente, que esta importante modificação na estrutura salarial portuguesa, que teve como consequência uma subida no nível de vida de largos sectores da população, foi alcançada em 1974 e em 1975.

Efectivamente, depois da queda do V Governo Provisório, mas fundamentalmente após Novembro de 1975, e como resultado das novas condições políticas criadas, e também fruto da acção do VI Governo Provisório e igualmente do actual Governo, os salários foram, na prática, congelados para a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses.

REPARTIÇÃO MAIS JUSTA DO RENDIMENTO NACIONAL

Portugal era o País da Europa, onde o Rendimento Nacional era mais injustamente repartido. Por exemplo,

DURANTE o fascismo, era precisamente no nosso País que as taxas de lucro das empresas eram das mais elevadas da Europa. Isso era conseguido fundamentalmente através do pagamento de salários de miséria aos trabalhadores. Quem já se esqueceu dos 2100\$00 recebidos mensalmente pelas operárias têxteis, dos 2300\$00 recebidos pelas operárias da indústria electrónica, dos 2200\$00 pagos aos motoristas de táxi, etc., etc.

Para que tudo isto fosse possível, o governo fascista publicava leis que visavam a defesa descarada dos interesses do grande patronato (ex. Decreto-Lei n.º 196/72, que fixava o período mínimo de vigência dos salários em dois anos), assim como utilizava todo o seu aparelho repressivo contra os trabalhadores.

Por isso, logo que o fascismo é derrubado em 25 de Abril de 1974, os trabalhadores portugueses lançam-se em luta para obter melhores salários, e, desta forma, recuperaram o muito que perderam durante 48 anos de opressão e feroz exploração.

MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA SALARIAL DO PAIS

Nos dois primeiros anos da Revolução, e como resultado da sua luta, os trabalhadores portugueses alcançaram importantes vitórias neste campo, o que teve, como consequência, uma melhoria visível nas suas condições de vida, principalmente dos de mais baixos rendimentos.

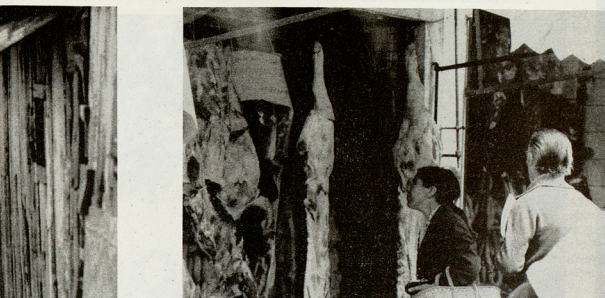


em 1973, último ano do fascismo, os trabalhadores embora representassem mais de 80% da população portuguesa, receberam menos de 48% do Rendimento Nacional. No mesmo ano, a parte que coube ao "Trabalho" na própria Alemanha Federal atingiu 60,2%, na Grã-Bretanha 66,9%, na Suécia 67,2%, etc.

É evidente, que as melhorias verificadas nos salários durante os dois primeiros anos da Revolução tiveram como consequência uma repatriação mais justa do Rendimento Nacional.

No entanto, não se pense que a modificação na estrutura salarial do nosso País verificada em 1974 e em 1975, e já mostrada atrás (Quadro I) determinou que o Rendimento Nacional Português fosse apenas aplicado, como afirmam as forças reaccionárias, no pagamento de salários. Por exemplo, em 1975, e segundo o Ministério das Finanças do VI Governo Provisório, a parte do Rendimento Nacional que não foi distribuído pelos trabalhadores somou mais de 144 milhões de contos.

Por outro lado, interessa dizer que aquela repatriação mais justa do Rendimento Nacional teve consequências extremamente positivas a nível de desenvolvimento económico. Ela acarretou um alargamento do mercado interno, o que representou um poderoso estímulo para as empresas que vendem principalmente para este mercado.



Na verdade, enquanto muitos sectores industriais enfrentavam uma grave crise, a produção das indústrias de bebidas aumentou, em 1974, mais de 23%, e a das indústrias alimentares subiu, em 1975, cerca de 18,5%.

AUMENTO DOS PREÇOS

Em 1974 e em 1975, o nível de vida dos trabalhadores portugueses subiu porque o aumento de salários verificado naqueles dois anos foi bastante superior ao registado nos preços.

Eflicativamente, em 1974, os preços subiram cerca de 25%, enquanto os salários aumentaram, em média, 35%; e, em 1975, a subida verificada foi de 15% e 25%, respectivamente nos preços e salários.

Diferente evolução registou-se, neste campo, a partir do fim do ano de 1975. Enquanto o VI Governo Provisório, e também o I Governo Constitucional, congelaram, na prática, toda a Contração Colectiva, os preços não têm parado de aumentar.

Na verdade, enquanto cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores não vêem subir os seus salários há mais de um ano e meio, os preços na cidade de Lisboa aumentaram, só entre Outubro de 1975 e Outubro de 1976, mais de 28%.

Para se ficar com uma ideia mais clara do que significa para os trabalhadores o ritmo de aumento de preços registado durante o último governo provisório e o actual basta dizer o seguinte: — a tal ritmo, um produto que custasse em Abril de 1974, 100\$00, custaria em Janeiro de 1977, cerca de 174\$00. Se, pelo contrário, o ritmo de aumento de preços verificado fosse o registado durante o IV e V Governos Provisórios, o mesmo produto custaria, no primeiro mês de 1977, apenas 135\$00. Por outras palavras, o ritmo da subida verificada nos preços durante estes dois governos é inferior a metade do ritmo de aumento registado durante o VI Governo e também durante o I Governo Constitucional.

É evidente que toda esta situação (congelamento dos salários e aumento vertiginoso dos preços) significa para os trabalhadores sacrifícios, baixa no seu nível de vida, e mesmo miséria; e para a chamada iniciativa privada aumento substancial de lucros. Numa situação de inflação, como é a portuguesa, as empresas conseguem arrecadar, através da venda da mesma quantidade física de mercadorias, uma massa sempre crescente de dinheiro.

Isto é a austeridade, pela via dos preços, para os trabalhadores, e para os capitalistas, que continuam a existir no nosso País, lucros crescentes.

AS ÚLTIMAS MEDIDAS DO GOVERNO

O actual Governo tem publicado, nos últimos meses, um conjunto de leis que vem ao encontro fundamentalmente dos interesses do patronato, e que lesa gravemente os interesses dos trabalhadores.

Entre estas leis destaca-se o Decreto-Lei n.º 877/75, de 29 de Dezembro do ano passado, também chamada lei da contratação colectiva. De acordo com este decreto "o prazo de vigência das convenções colectivas e decisões arbitrais não poderá ser inferior a dezoto meses" e "as convenções colectivas e as decisões arbitrais não podem ser denunciadas antes de decorrido um ano sobre a data da sua publicação" (Art.º 23.º). Tendo em conta o grande número de meses que está a levar a negociação dos Contratos Colectivos de Trabalho (por ex., o das Madeiras já está em negociação desde Dezembro de 1975), aquelas disposições significam, na prática, que as tabelas salariais estarão em vigor, pelo menos, durante dois anos. Portanto, o período de vigência reivindicado pela CIP (resposta desta Confederação do patronato à DROT do Ministério do Trabalho), e também o período que vigoram as tabelas salariais durante o fascismo.

E como tudo isto já não fosse suficiente, o actual Conselho numa recente decisão proibiu (por agora é ainda uma ameaça que não foi transformada em decreto) que os aumentos de salários ultrapasassem 15%. Por outras palavras, esta subida de salários não permite nem recuperar o poder de compra que os trabalhadores perderam em 1976 (como já se disse os preços aumentaram em 1976 cerca de 28%), e muito menos defender os trabalhadores contra a previsível e inevitável subida dos preços durante os 18 meses que o actual Governo pretende que vigorem os salários.

É precisamente nesta conjuntura concreta que aparece o propósito declarado do actual Ministério do Trabalho de "partir a espinha à intersindical". O actual Governo sabe bem que a unidade e dos trabalhadores em volta da sua Confederação é um importante obstáculo à concretização de uma política que lesa gravemente os interesses das classes trabalhadoras.

Nesta hora grave para os trabalhadores portugueses há que pensar atentamente no seguinte: — o actual Governo ataca frontalmente os interesses dos trabalhadores (exs.: Decretos-leis sobre faltas, sobre despedimentos, sobre empresas em crise, etc.) e a Intersindical.

Qual é a razão desta coincidência?

Eugénio Rosa



Sabe-se o que foi Eusébio, durante uma dúzia de anos: o português mais conhecido aquém e além fronteiras, o mais popular, talvez o único realmente popular, mundialmente popular.

Sabe-se que conseguiu todo esse prestígio a jogar à bola, isto é, no exercício da sua profissão de futebolista.

Muitas vezes se disse: "se todos fossem como Eusébio, a profissão de futebolista seria acatável e até desejável".

Mas, atenção, o próprio Eusébio chega ao fim da sua carreira, porque a profissão de futebolista, dura pouco, até aos trinta e poucos anos, na melhor das hipóteses.

E que se passa com Eusébio, agora?

Agora e aqui, depois de ter andado pelo México

O direito

e pelos Estados Unidos a jogar os restos, numa experiência que até pode ter sido rendosa, mas que nada teve de brilhante ou de prestigioso?

O próprio Benfica voltou às costas ao jogador, sem nunca lhe ter pago de harmonia com os lucros que dele retirou. A solução ideal, que teria sido a de criar para o jogador um lugar nos seus quadros técnicos, como atracção para os mais jovens, não foi considerada, porque não era de imediato rendosa e porque os clubes principais não estão especialmente interessados em ter muita gente a jogar, mas sim em terem um reduzido quadro de profissionais, acrescentando que, porventura, ao próprio jogador não seduziria, para já, uma tal ocupação, no convencimento de que tem ainda futebol para dar, domingo a domingo, pelos campos.

E foi assim que o vimos ser contratado por um Beira-Mar que logo arranjou um contrato para ir jogar à Venezuela, à sombra do nome que Eusébio continua a ter, tal a fama que justamente alcançou, graças aos seus invulgares talentos futebolísticos.

Eusébio tem estado a jogar no Beira-Mar, evidentemente muito longe do verdadeiro Eusébio que empolgou o mundo do desporto profissional e cuja imagem deveria ser preservada, sem continuar agora sujeito ao passe que falha, ao gol que não mete, ao jogo que perde, à descida de Divisão que se não pode evitar.

Este é o quadro.

Este é o aviso para quantos jovens se sentem tentados a optar pelo profissionalismo desportivo, não chegando a aprender uma profissão, não chegando a tirar um curso.

Até mesmo para Eusébio, os perigos existem, se ele não teve o cuidado de conseguir uma boa reserva de fundos... para depois do futebol que, evidentemente, não pode durar sempre.

Note-se que não sabemos se Eusébio teve ou não esses cuidados, se está bem ou se está mal, se continua a jogar por necessidade ou por capricho, por teima, mas essa dúvida não invalida que se tome o seu exemplo que, afinal, nada terá de excepcional — pelo menos, ao nível da excepção que ele foi como futebolista.

Se um Eusébio pode chegar ao fim da sua vida desportiva, jovem ainda para a outra vida, sem ter o seu futuro assegurado, calcule-se o que se passa com quantos não atingem nem de perto

nem de longe a sua projecção e, portanto, também nos proventos se quedaram sempre muito aquém daqueles que o "fenômeno Eusébio" auferiu.

Mas o defeito, note-se, não é só de Eusébio nem dos demais futebolistas que, mais tarde, ao verem-se desprotegidos, vêm a arrependem-se de terem deixado a oficina ou os escritórios ou os estudos, sem terem conseguido al uma base muito mais duradoura para a sua vida para além dos trinta anos — toda uma vida à sua frente, por conseguinte.

O defeito é mais profundo, é da própria sociedade que assiste e até estimula situações deste género... Sociedade que, durante o reinado de Eusébio, nada ou pouco se incomodou com o futuro do homem que ficaria, depois de o jogador

todas as condições seriam postas ao seu serviço para se tornar um Mestre, um Engenheiro, um Professor.

Do mesmo modo, como atleta, ele havia beneficiado de todos os requisitos para um aproveitamento total das suas aptidões físicas, todas as facilidades de treinos e estágios e todos os requintes de uma preparação científica, sem perder de vista a sua qualidade humana. Não teria sido injectado para não sentir as dores e jogar, jogar sempre, porque aquele jogo era muito importante para conquistar o título, porque aquela digressão era muito importante para arrecadar o dólar.

Assim seria com Eusébio.

Assim acontece com os campeões da igualdade

de Eusébio que existem nos países socialistas, nas várias modalidades desportivas.

E os que não chegam ao nível de Eusébio? É óbvio que a grande massa de praticantes de um autêntico desporto de massas não beneficia dessas regalias, até porque se trata apenas de fazer o desporto pelo desporto, mas há as elites, há os predestinados, há os campeões, e são esses que beneficiam dos apoios de vária ordem, em função da capacidade e das possibilidades evidenciadas.

E há os que têm mesmo de ir às oficinas. Aos escritores. As aulas.

Por isso, o exemplo de Eusébio é bom. Porque é uma situação extrema. Porque Eusébio, na pior das hipóteses — que seria uma bela hipótese! — teria sempre a sua serralharia à sua espera, mas é óbvio que, tendo atingido a craveira que atingiu, outro caminho mais lógico e mais certo lhe estaria destinado: — o de monitor de jovens futebolistas, o de chamariz de milhares praticantes.

reito ao desporto

CARLOS PINHÃO

se finar. Pelo contrário, às vezes, até daria jeito que Eusébio se endividasse grandemente, para, então, com mais facilidade, dele se conseguir que assinasse um contrato vantajoso para o clube.

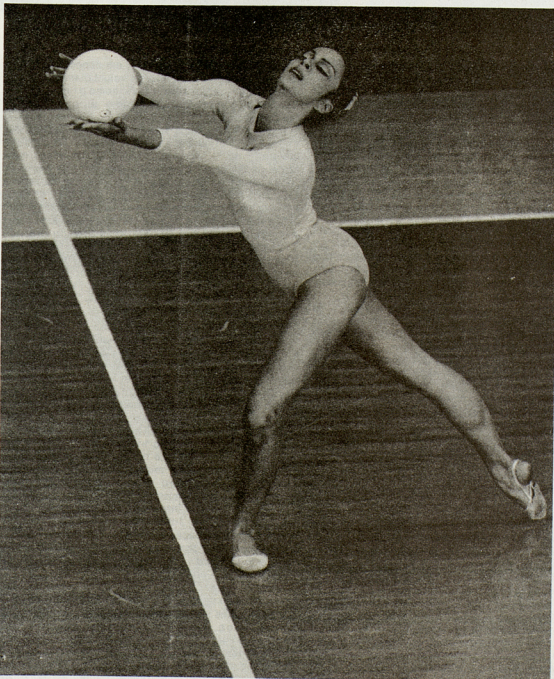
Ora estas coisas podem não ser assim, há países onde assim não é, onde a qualidade do homem é primordial e, uma vez que estamos num País que politicamente se define rumo ao Socialismo, terá interesse conjecturar o que teria sido a carreira precisamente de Eusébio, precisamente num país socialista.

Certamente teria recebido menos do que recebeu, mesmo assim, em Portugal e estaria certo, porque teria sempre o seu futuro assegurado, como cidadão. O que recebeu em Portugal foi pouco, porque, integrado numa sociedade capitalista, produziu trabalho de que o clube-patrão tirou farto lucro, não foi pago proporcionalmente ao lucro que criou.

Numa sociedade socialista, teria recebido menos dinheiro teria recebido, pouco mais ou menos, o que lá ganha um médico ou um serralheiro, que têm vencimentos muito aproximados, porque Eusébio seria sempre, por exemplo, um serralheiro a jogar futebol. Teria feito, de garoto, a sua iniciação numa profissão, na qual, digamos assim, ficaria inscrito. E de crer que Eusébio, no auge da sua carreira, nem sequer soubesse qual era a sua serralharia, a sua fábrica, mas esse lugar existiu sempre, esteve-lhe sempre garantido até ao dia em que Eusébio tornasse a ser mais útil à sociedade como serralheiro do que como futebolista.

E não acontece nunca o drama do sujeito que recebe milhões (como futebolista) passar a ter de contentar-se com tuta e meia, porque nunca chega a haver atletas-milionários como não há nunca salários de miséria, assim como não há a fuga dos campos para as cidades, porque o trabalhador rural é tão bem pago ou mais bem pago do que o operário industrial, tornando-se extensivo esse maior equilíbrio de salários às profissões que nós chamamos liberais.

Assim, Eusébio, neste momento, teria um lugar à sua espera como serralheiro — profissão de que teria, pelo menos, umas luzes dos seus tempos de aprendizagem — e não se sentiria nada diminuído por passar de craque a operário. Como serralheiro, seria um jovem com futuro à sua frente e, se fosse um craque em serralharia, é óbvio que





Construir uma sociedade democrática, rumo ao Socialismo — tal qual ficou expresso, inequivocamente, na Constituição da República Portuguesa — é uma tarefa árdua e difícil que exige, de todo um Povo, dedicação, espírito de sacrifício e amor.

Refazer um sistema social é tarefa que diz respeito a todos nós, portugueses, homens e mulheres, velhos e novos. E essa tarefa exige tanto mais de nós, quanto é certo que as condições legadas pelo fascismo privilegiando uma minoria exploradora, tendem a perpetuar prepotências e arbitrariedades contra as classes trabalhadoras.

Por isso, todos devemos estar unidos no combate a todos os remanescentes do fascismo ou às formas encapotadas de que se revestem. A juventude portuguesa assume, hoje como ontem, esta responsabilidade: combater as investidas fascistas, lutar pela consolidação da democracia.

A Juventude é uma enorme força, cheia de entusiasmo, generosa e magnânima, transbordante de fervor revolucionário. Por isso ela constitui um campo fértil para as grandes batalhas do futuro.

A Juventude é o futuro de qualquer sociedade. Se ela é amora, irresponsável, alienada, a sociedade a que pertence reflectirá, justamente, estas características. É o caso das sociedades de tipo capitalista, onde o jovem não é mais do que uma peça da máquina que explora e oprime.

Se essa Juventude é combativa, enérgica e abnegada na defesa dos ideais democráticos, o futuro da sociedade em que estiver integrada será, necessariamente, florescente, fraternal e justo. É o caso das sociedades de tipo socialista, das sociedades verdadeiramente democráticas.

Relembremos, por um lado, o interesse demonstrado pelo regime fascista de Salazar em captar a Juventude e, por outro, a luta que os jovens sempre desenvolveram contra a exploração capitalista e a ditadura.

Consciente da importância da Juventude, pela sua combatividade, generosidade e espírito de sacrifício, o regime de Salazar tudo tentou para aliciar os jovens portugueses.

O que era a Mocidade Portuguesa, a «bula», senão um antro onde a finalidade única era alienar os jovens das suas responsabilidades democráticas, onde se tentava inculcir-lhes uma mentalidade fanática, servil e obscurantista?

Mas a juventude portuguesa, em especial os jovens trabalhadores, nunca aderiram voluntariamente a esta organização, desprezavam-lhe mesmo o hino e a farda. Porque a juventude trabalhadora é, por natureza, revolucionária.

Relembremos, mais remotamente, na década dos anos 20, a organização da Juventude Sindicalista, integrada no Movimento Sindical. E um pouco mais tarde, no fim da 2.ª Guerra Mundial, como os jovens se organizaram no MUD Juvenil. Já nos fins do regime fascista, aquando das eleições de 1969, portanto e ainda em torno de lutas democráticas, a participação activa da juventude é uma constante, e assistimos à organização do Movimento da Juventude Trabalhadora. Também os jovens católicos e progressistas realizaram, apesar da oposição da hierarquia da Igreja, uma tarefa importante na luta contra o fascismo e a exploração capitalista, criando organismos próprios, como é o caso da Juventude Operária Católica e de outros.

Através das suas organizações os jovens estiveram representados nas várias frentes de batalha abertas pelo fascismo e pelo capitalismo, e muitas foram as oportunidades que, infelizmente, a juventude teve para aí actuar: levantou-se energeticamente contra a submissão e o medo; sofreu na carne as guerras coloniais; a que sempre se opôs; combateu energeticamente a progressiva fascização das escolas (apesar de muitos lá não terem tido entrada); sofreu despedimentos, prisões e maus tratos por se insurgir contra os salários de miséria. A juventude sempre rejeitou e combateu a exploração capitalista, o colonialismo e o fascismo.

É deste modo, integrado na luta de todos os trabalhadores, a Juventude, também ela, ajudou a preparar a execução e sucesso do «25 de Abril de 1974», data que logo saudou entusiasmadamente nas ruas e nos campos, do Portugal que, de imediato, se propôs ajudar a reconstruir.

Assim que, desde logo, os jovens tinham conquistado o direito de voto aos 18 anos, tenham visto as suas justas reivindicações salariais satisfeitas, que a presença dos trabalhadores-estudantes nas comissões de gestão democrática nas escolas se tornasse numa realidade. É importante salientar que, se desde logo, estas conquistas foram alcançadas, isso ficou a dever-se, fundamentalmente, ao facto de

Os jovens da sociedade

a Juventude se encontrar organizada e consciente da sua missão na sociedade nova.

Portanto, com o advento do 25 de Abril, os jovens conquistam o direito de participar activamente na vida política da Nação. E fazem-no.

As grandes conquistas da Revolução dizem também respeito aos jovens e, por isso, eles são participantes entusiasmados na sua defesa e prossecução. Encontramos os jovens nas primeiras linhas dos trabalhadores agrícolas atalejados que iniciaram as ocupações das terras dos grandes agrários exploradores, sabotadores e absentistas, acção essa que conduziu ao exemplar processo da Reforma Agrária, que suscitou espanto e admiração no Mundo e raiva — muita raiva — em todos que se viram apeados do seu pedestal com a queda do regime fascista.

Lá vemos a Juventude, também nas fábricas e empresas nacionalizadas ou controladas pelos operários, num estorço enorme para fazer produzir, para benefício de todos, sectores que alguns exploravam para seu exclusivo proveito e que abandonaram em situações escandalosamente deficitárias.

É igualmente no Movimento Sindical a Juventude se encontra representada, quer em organismos de direcção das organizações de trabalhadores quer como delegados sindicais; e com vista a dinamização do trabalho sindical dos jovens de todo o País, na própria sede da Intersindical onde funciona o Departamento da Juventude.

A reacção — que como todos bem sabemos ainda existe no nosso País, organizada e actuante, mercê de incompreensível atitude tolerante do próprio aparelho de Estado — tal como os fascistas de Salazar e Caetano, também pretende ganhar a Juventude. E, para conseguir os seus objectivos, não olha a meios ou a processos.

Assim, tendo em vista corromper os jovens para os afastar da participação na vida política ou para os utilizar nela, subtilmente, e fazendo-o pelo imperialismo, não hesita em recorrer à droga, espalhando-a pelas escolas, pelos bairros e pelas fábricas; apoiando-se numa concepção errada de liberdade, propaga a pornografia, nos cinemas, com ou sem imagens; incrementa e auxilia a prostituição dos jovens de ambos os sexos, mercê do apolojido liberalismo dissolvente; faz a apologia da violência, do crime, da guerra, etc.

Jovens na construção de uma sociedade democrática

Todavia, a Juventude portuguesa tem combatido, através dos seus organismos próprios, integrados nas organizações de classe dos trabalhadores, estes intuítos da reacção, do capital, do imperialismo. Esclarecendo, desenvolvendo um são e alegre convívio, promovendo a fraternidade, a camaradagem e o amor tão próprios dos jovens.

Estas e outras premissas são discutidas, analisadas e interpretadas pelos jovens que, nos Encontros efectuados em várias regiões do País, aponiam ao Governo, muito claramente, o que pode e deve fazer para ajudar a resolver os problemas que se colocam à juventude.

Todos os jovens portugueses, interessados na edificação de uma sociedade fraterna e justa, poderão encontrar nos Conclusões desses Encontros da Juventude, as orientações para formas de organização e programas de acção e de luta a desenvolver.

Dentro destas perspectivas os Jovens Trabalhadores não têm receio em afirmar que os seus camaradas mais velhos poderão confiar neles, porque o desenvolvimento da luta actual da Juventude mostra que a lição está a ser aprendida e que as conquistas da Revolução serão defendidas, consolidadas e ampliadas.

É justamente num momento da nossa Revolução, em que as principais conquistas se encontram ameaçadas, assim como a unidade do próprio Movimento Sindical, e nas vésperas de um acontecimento que ficará na história do sindicalismo português — o Congresso de Todos os Sindicatos, em cuja preparação a Juventude tem participado, activa e organizadamente — que nós, Jovens Trabalhadores, formulamos o sincero voto de que a Unidade de todos os trabalhadores saia reforçada deste Congresso, e comprometemo-nos a defendê-la.

É por tudo quanto ficou dito e porque a participação da Juventude no Movimento Sindical é, felizmente, cada vez uma maior realidade, tornando-se deste modo mais activa e dinâmica a sua luta, que a Juventude Trabalhadora afirma a sua confiança na construção de uma sociedade democrática, rumo ao socialismo.

Francisco Lopes
(do Departamento da Juventude)





O drama da 3.^a Idade

Depois de ter atravessado o tempo e a idade, sem se ter ficado pelo caminho, chega-se, quer queiramos, quer não, à velhice. Que, num bem inspirado momento, os franceses taxaram, aqui há anos, e muito bem, de «Terceira idade».

Naturalmente, chega-se à terceira idade depois de ter dado à vida e à sociedade o fruto de um trabalho mais ou menos duro, mais ou menos (mal) compensado. Para os trabalhadores das fábricas e das oficinas, dos barcos e dos cais, das minas e dos transportes, da construção e dos campos, a dureza da luta pelo pão de cada dia foi (e é) bastante acentuada. Mas também para os empregados de balcão e administrativos, bancários e funcionários públicos, as dificuldades materiais e outras foram (peia certa) numerosas.

Que esperam, pois, da sociedade à qual deram toda uma vida de esforço (e também, muitas vezes, de sacrifício) os que hoje estão no rol da terceira idade?

Que desejam da sociedade, que para os da terceira idade de hoje e de aqui, tão madrastra foi ao longo das últimas cinco décadas, os reformados e os não reformados incluídos nessa terceira página da Vida?

Muito simplesmente isto: — Que a sociedade lhes dê, como uma espécie de reciprocidade pelo muito que lhes deram, condições reais para poderem viver com um mínimo de conforto e de dignidade.

Nos tempos do fascismo-salazarismo, as autoridades publicaram uma lei proibindo a mendicância. Os mendigos, aos que os da terceira idade davam, naturalmente, o «grosso da coluna», tinham de ficar nas suas tocas, morrendo de fome, proibidos de esmolar. Mas com o heróico gesto dos «Capitães de Abril», libertou-se Portugal dos torniquetes da repressão, (re)conquistando-se as liberdades. E, entre estas, a liberdade de esmolar, em todo e qualquer lugar do território português.

No nosso libertado País, hoje, podem ver-se inúmeras pessoas (homens e mulheres, como nós, como os senhores que administram os bens públicos da Nação) de mão estendida à caridade pública, gemendo e chorando ladainhas, neste «vale de lágrimas» em que Portugal foi transformado pelo longo regime fascista e onde ainda se encontra, lutando contra o naufrágio.

Como toda a gente sabe, existe grande número de pessoas da terceira idade incluídas nas fileiras de pedintes que enxameiam as nossas grandes cidades, num espectáculo degradante e desumano. A nosso ver, nenhuma sociedade democrática, a caminho do socia-

lismo, como a nossa sociedade actual, deveria permitir que irmãos de vida tenham de esmolar para não morrerem à míngua!

Os jovens e as pessoas de meia idade de hoje não podem avaliar o que representa o peso dos anos para as pessoas da terceira idade. Muitas têm família, que pode valer-lhes. Mas muitas outras são forçadas a esmolar, para que a fome as não abata cegamente. Além disso, há a imensa solidão destruidora em que muitas pessoas idosas, por falta de família, se deixam cair, engrossando o seu sofrimento e apressando a sua morte.

Todavia, e graças ao 25 de Abril, também as pessoas idosas começaram a compreender que sozinhas e organizadas poderiam reivindicar, com a força da sua experiência, aos poderes públicos, melhores condições de existência. Assim, constata-se actualmente que por todo o País existe uma larga movimentação de membros da terceira idade no sentido de alargarem e reforçarem as suas organizações.

Presentemente existem diversas organizações de reformados que, em reunião efectuada em 18 do corrente, numa das dependências da Intersindical, constituíram o «Movimento Nacional de Reformados». Nesta reunião estiveram presentes delegados de 13 Comissões Regionais de reformados, que elegeram a respectiva Comissão Coordenadora. Esta tem por função imediata estudar os problemas sociais que afectam a classe, tendo proposto directrizes gerais de luta.

Neste Encontro Nacional participaram delegados das Comissões de Reformados de Faro, Évora, Beja, Coimbra, Porto, Marinha Grande, Covilhã e Lisboa, bem como representantes da União dos Sindicatos de Coimbra, da Caixa Nacional de Pensões e do Secretariado da Intersindical Nacional.

O drama dos membros da terceira idade, reformados e não reformados, tem de ser devidamente estudado e justamente resolvido pelas entidades oficiais governamentais que têm esse humaníssimo problema a seu cargo.

As pessoas da terceira idade querem que se lhes faça justiça. E que lhes facilitem os meios materiais necessários para poderem continuar a viver, com um mínimo de conforto material e de dignidade, a vida! Por isso vão-se organizando. Estão-se a organizar. Porque sabem, como toda a gente, que somente na Unidade será possível alcançarem a vitória!

o pão de Cada dia

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
inventada no trabalho
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão

Que o pão do dia não chegue
sabendo a resto de luta
e a troféu de humilhação

Que o pão seja como flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão

Mais do que a flor, seja o fruto
nascendo límpido e simples
sempre ao alcance da mão
Da minha e da tua mão





COM o fogo do entusiasmo, tinha feito os meus estudos. Passara noites em branco, longos dias, longos meses, anos de triste presença, agarrado à dura cõdea de uma fome de saber, que me parecia ser de impossível realidade.

Passara fomes e sedes, de amores que não possuía, de pão que não conquistava. Tão cansado do cansaço, que se tinha acumulado sobre os ombros de outros ombros tão pesados como os meus, padeci dores e medos. Até a ansiedade vinha alimentar de energia a fonte onde eu conseguia matar, às vezes, a sede.

Sofri dúvidas e quase me deixei cair no olvido. Mas reagi com quanta força fui buscar ao desespero. As ideias e os exemplos de muitos que conhecia, ou que as lendas me mostravam, ajudaram-me na cura. Fui postado, como um louco, à beira do precipício. Ou me curava, ou morria. Pensei salvar-me. Curei-me. De fomes e de vinganças. Com redobrada loucura de trabalho, para o pão, e de luta, para o espírito.

Fornei-me em lendas e sonhos. Não me libertei dos estudos. Com uma mão tinha o pão, com a outra a ambição. Ambição? Não! Não devia ser mais que a necessidade. Durante o dia, o trabalho. Trabalho, para comer. E para poder continuar dar água à sofreguidão de saber, de mais saber. De ir sempre aprendendo mais daquilo que a Vida esconde. Seria um fio de loucura que me puxava para si? Ou um amor diferente do amor da mulher que tinha agarrado ao pensamento e de mim se enamorara como o orvalho à Primavera?

Fosse o que fosse, eu sentia atracção pelos estudos, como a chuva pela terra, ou o barco pelo mar. E foi assim que fui indo, entre o trabalho e o estudo, até ao fim de outro curso.

A fome de mais saber, de saber que não sabia quanto queria saber, enxadrou-me de tal forma que prolonguei a aventura. Era um punhal de loucura, ou a ausência de realismo, o que me empurrava assim para essa incomodidade, longe da calma de um porto ou de um abrigo de cais?

Fiz novos estudos, novos, estudos, constatações, de coisas que não sabia. Embrulhei-me na política, como seqüência dos estudos. Pouco a pouco apaixonou-me pelo que dizia respeito à Justiça e à Injustiça, nas relações entre os homens. E tendi, pelos mais fracos que são, no fundo, os mais fortes, nas partilhas da razão e da dura imposição das circunstâncias presentes entre o passado e o porvir.

Quando o terceiro diploma foi trocado contra o que eu tinha provado saber, ainda pensei no seguinte. Não me foi dado saber se esse gosto pelo estudo seria a prova provada de um louco com permissão do instrumento da loucura. A polícia veio buscar-me para prestar outras provas. Engoli a grande ofensa, sem a poder digerir. A pureza da noção que tinha pela dignidade que toda a pessoa tem o direito de possuir foi-me roubada, violada, de tal forma, que chorei. Chorei de raiva e impotência, contra o crime e a impunidade. A polícia usa poderes a que outros seres não chegam. E a degradação atinge ilimitados limites que ninguém pode prever.

Alimentei minha raiva. Reforcei o meu ideal, levando-o a beber à fonte onde bebe a Liberdade. Fui massacrado em torturas feitas por demónios loucos - de tal forma são assentes em inconcebíveis loucuras!

Sai limpo da batalha em que, perdendo, ganhei. Numa perda de paz poder, ganhei o sol para o meu rosto! E pintei por dentro a flor que ergui como doce símbolo de firmeza e de justiça, de simples fraternidade. Passei ao não combate, que escondia no sorriso de aparente aceitação.

Foi uma luta crescente, permanente e eficiente, mesmo com sombras de ameaças a cada canto do olvido, à beira de cada sonho. Mas a alegria imperava, aberta a todos os ventos que traziam outros perfumes das cinco partes do mundo.

Um dia, veio a prudência e bateu à minha porta. A ameaça do temporal estava a concretizar-se. Era melhor abalar. E abalei. Sem contestar. Oprimido, como estava, até sentia que o sono espiava o meu pensar. Era excesso de prudência? Ou perturbações do medo? Nem uma coisa, nem outra, ou as duas numa só? Fosse como fosse, fui levado a ir para o exílio.

Era preciso viver. Trabalhar, para viver. Meus diplomas, e meus diplomas, como iriam ajudar-me? Houve surtidas, em vão. Fiz severas tentativas para obter simples emprego de harmonia com o objeto que me ficara dos estudos. Tudo falso. Tudo em vão. E era preciso comer. Comer, para não naufragar. Foi comendo. E, o que comia, eram reservas de mim, da simples realidade, da triste constatação de que os cursos e os discursos de um estrangeiro em terra hostil, não cavam a terra do pão. Comecei a sentir cáibras na confiança com que tinha disposto a força dos cursos para a aflojeza do combate.

A fria necessidade de ganhar o pão para a vida tanta vez que desejei trocar-me o saber do cérebro pelo saber de simples mãos de pedreiro ou carpinteiro que eu não tinha, que eu não era!

Senti o escuro do presente. E via o futuro escuro. O que iria acontecer se esgotasse toda a esperança sabiamente acumulada em obsoletos diplomas, num mercado de trabalho em que o emigrante é pilar, fossa e canal subterrâneo?

Um pequeno raio de sol veio aclarar a tristura, numa tarde inesperada, com rosas frouxas de cor. Cantell Grife? Ou chorei? Nem sei bem como isso foi. Sei apenas que a promessa de emprego era realidade. E que iria, no outro dia, apresentar-me à "Cimade", receber lá uma tanta que abriria o paraíso... Finalmente, começava a vencer o nevoeiro que me impedia de ver o feliz fundo ao meu sonho.

Com a chave do milagre nas mãos febris de receio, lá fui eu, como um mendigo, apresentar-me à "Renault". Tinham falta de mão-de-obra, ou de paus de sacrifício?

Fui medido e observado. Viraram-me pelo avesso. Deram voltas e voltinhas. E sorri, quando sorriam, de tal maneira senita o vento que me afagava na certeza do trabalho.

— Vista-se.

— Posso vestir-me? — perguntou o enervamento, que me comandava, inteiro. Desnecessária pergunta, à qual não havia resposta, a uma ordem grave e seca, grávida de mais para o sonho.

Foi a vez da papelada. Dos papéis a preencher. Que fazia? Que sabia? Quanto aos nomes, dois apenas. Era perito nas máquinas? Não era? Então, o que era? Instrução? Tinha diplomas? Ou frequências especiais?

Pouco a pouco, a calma veio. Veio vindo, como perfume, calmante, como uma esperada certeza. É longa a história de um homem! Mesmo sem nome na história, é longa a história de um homem, quando o pão está em disputa. Finalmente, as referências ficaram bem assentadas, nos numerosos papéis.

Quando o chefe do pessoal fincou o espanto num papel, e me trespassou de espanto, senti intenso arrepio. Vi no seu olhar brilhar, mais forte e intensamente, um estranho brilho de olhar. E aforar certo sorriso, na face, à prova dos nove...

— Três diplomas?! Logo três?!

— Sim, senhor. Como indiquei.

— Mas... não está a exagerar?

— Não, senhor. É como digo.

— Pode trazer os diplomas? Ou, mesmo, umas fotocópias?

Castel tinha restos dos francos, das recortadas reservas, na justa necessidade de dar um festim à fome, que tinha vergonha em ser assim tida, assim chamada, e estivera longos dias à meia dose de esperança...

Afinal, sempre era bom ter diplomas, ser alguém! Pela certa que seria chamado para bom lugar. Numa empresa assim tão grande, com cerca de cem mil homens, certamente que existiam grandes possibilidades.

Na manhã do outro dia, depois de uma noite em francos devanços com a ansiedade, lá fui eu em correria acertar o meu futuro. Tinha a certeza que sim, que teria um bom lugar.

— Aqui estão os três diplomas — disse, contente, sorrindo, ao entregar fotocópias das provas de tanto estudo.

— Muito bem! Deixe cá isso. E venha segunda-feira, às sete horas da manhã, para começar o trabalho.

Contente, todo pimpão, tinha trabalho, afinal, e, pela certa, bom seria. Havia festa no espaço para alegrar a minha alegria!

Lá fui, no dia aprazado, com a bagagem do sonho. A esperança caminhava à minha frente. E sorria, metendo-me sob os pés pedras dormindo a essa hora matutina.

Havia uma fila enorme de outros homens, de outros sonhos, quando engrossei a ansiedade, com a minha ansiedade. Passou tempo pesadão, que parecia não ter fim. Mas chegou a minha vez.

— Albino da Conceição!

— Presente! — E avancei um passo.

— É o homem dos três diplomas?

Afirmei, num gesto breve, e com um leve sorriso.

— Junte-se aos daquele lado — disse num tom intrigante, de circunstâncias e gestos, o chefe do pessoal.

Ficou a lista do rebanho, dividido em duas partes, eu fiquei na mais numerosa. Um colosso de olhos finos, com dois tomates vermelhos plantados na gorda face, depressa se revelou como o chefe desse grupo. E separou-nos dos outros. (Que perigo de contágio corria pelos ares?) Encheu o ar que o circundava com o barulho da posição em que o tinham arvorado defensor de interesses dúbios. É gritou, em tom roufenho:

— Venham comigo, p'ra dentro. Vou dar-lhes as ferramentas do trabalho.

Pouco depois, recebia, com febre de espanto e ira, uma singular "paneta" quase do tamanho de homem.

— Comecem a varrer daqui! — gritou, de longe, o encarregado, que se afastara, sorrindo à sua suja vingança. E o triste rebanho humano lá foi, como maré morta, executar a exigência que a própria vida exigia.

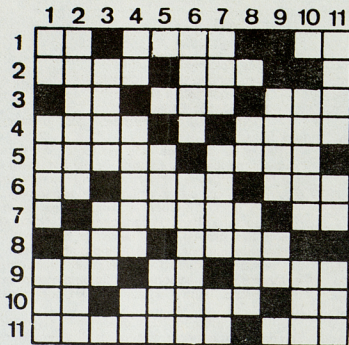
Mastigando a minha raiva, salvando a dor e a lágrima, fui arrastando a vassoura que me caíra nas mãos, nesse tremendo momento em que o temporal da vida me atravava contra as rochas. Senti a dor do racismo penetrar-me friamente e toçar dos três diplomas que a inexperiência me dera a razão de não contar como trufos de trabalho!

Paris, 8/6/1971

A. Vicente Campinas

RACISMO

Passatempo



VERTICAIS

- 1 - Gemido; retumbo; botequim
- 2 - Protecção para os olhos; remenda
- 3 - Afecto; organização imperialista com sede nos EUA
- 4 - Conselho da Revolução; saburra na língua; pata
- 5 - Nome de homem; gemidos
- 6 - Expulsei; astúcias
- 7 - Princípio; acto de podar; prep. e artigo
- 8 - Aquil; sáurio que trepa pelas paredes nas regiões quentes de Portugal
- 9 - Desarranjo mental; caminhava
- 10 - Nome feminino; possuir
- 11 - Capacete; eles; patrão

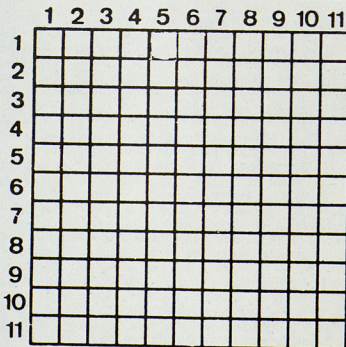
Resolva completamente este problema?

Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBO nele inscrito.

PROBLEMA N.º 1

HORIZONTAIS

- 1 - Contr. da prepos. e artigo; condutor eléctrico; ofereça
- 2 - Erguer; antepassado
- 3 - Indivisível; espaço de tempo; possui
- 4 - Ligação; calosidade
- 5 - Colorir; dei à luz
- 6 - Eles; orientação; guarneço de asas
- 7 - Servo; elas
- 8 - Organização sindical ao serviço do imperialismo; fascista
- 9 - De qualidade; exclamação; animal doméstico «feminino»
- 10 - Carta de jogar; chalaça
- 11 - Contrafeito; argola



VERTICAIS

- 1 - Consistência; sobrepor
- 2 - Árvore de casca aromática; tenso
- 3 - Antes de Cristo; rua estreita e curta entre duas ruas principais
- 4 - Limpar com água; contr. da prep. e artigo «plural»
- 5 - Sulca a terra; parceiro
- 6 - Confiança; utensílio doméstico; caminhar
- 7 - Desgasta raspando; traja
- 8 - Imagem de uma falsa divindade; sulca a terra com o arado
- 9 - Sono infantil; urdidões
- 10 - Sem miolo; verseja
- 11 - Habitação; extremidades dos braços

(Ver soluções nas páginas de anúncios)
COLABORAÇÃO DE MANUEL COELHO

PROBLEMA N.º 2

HORIZONTAIS

- 1 - Arrepios
- 2 - Granjeado
- 3 - Caminho; poeira
- 4 - Roel; elevados
- 5 - Parturi; faz orçamento
- 6 - Remoimho de água; cacete; contr. da prep. e artigo «plural»
- 7 - Itinerário; afirmação
- 8 - Alinda; Braço de mar; armaria «abrv.»
- 9 - Determina o peso de; transfer para outro dia
- 10 - Dificuldades; gravura a cores
- 11 - Rates; membros de aves

Para os intelectuais não há campo neutro

(Continuação da pág. 23)

estadia no nosso país em meados de 1975: "Desde a abolição heróica da autocracia na Rússia, divido bastante que tenham sido espalhadas mais mentiras sobre os acontecimentos políticos de outro país do que sobre Portugal".

Há casos extremos. Num texto publicado em Braga, em Dezembro de 1975, afirmava-se que o socialismo "procura instaurar o reino de Satanás", é inspirado pelo "maligno", "ensina a violar as mulheres", expõe à violência "as filhas e as esposas" e "massacra os chefes de família" que se opõem "à profanação do seu lar". A diferença entre este tipo grosseiro e primário de propaganda reaccionária e aquele outro mais sofisticado, diariamente veiculado pelos grandes meios de comunicação de massas, está apenas no facto de se dirigirem a objectivos sociais e culturais diferentes. No "Diário de Notícias", por exemplo, é mais eficaz apresentar o proletariado rural do Sul como sinónimo de violência.

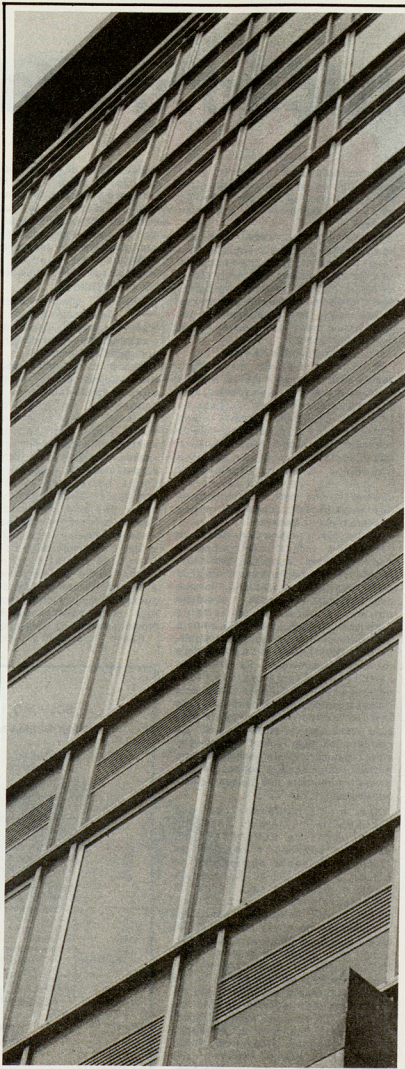
Tudo isto exige que uma acção cultural revolucionária consequente, em vez de agravar o clima de ansiedade e de receio dos sectores politicamente desorganizados e ideologicamente desarmados e de excitar a agressividade da pequena burguesia pelo revolucionarismo verbal, se empenhe em explicar as grandes transformações revolucionárias e o seu alcance e aponte perspectivas políticas.

As tentativas de recuperação capitalista andam a p.r da recuperação obscurantista. Há que encontrar e pôr em prática, com decisão e firmeza, uma intervenção cultural que esclareça e mobilize os trabalhadores para a tarefa grandiosa da sua própria libertação.

Os trabalhadores que criam com o seu esforço os bens da sociedade têm o direito de exigir dos intelectuais uma grande firmeza perante as agressões ideológicas da grande burguesia.

Para os intelectuais verdadeiramente progressistas não pode haver campo neutro. Se não se comprometem com a luta do seu povo, estão a actuar ao lado dos inimigos do povo; se não desarmam ideologicamente as forças do grande capital, estão a colaborar na execução do seu projecto de regresso ao passado; se não põem a ciência, a arte e a literatura, a escola, o cinema e o teatro, a imprensa, a rádio e a televisão a acompanhar e a incentivar a dinâmica do processo revolucionário, deixam essas armas poderosas à contra-revolução; se não combatem o radicalismo pequeno-burguês, se não denunciam as suas provocações, tornam-se cúmplices dessa variante do oportunismo; se não denunciam e isolam o anticomunismo militante, deixam à solta a ideologia que une todos os reaccionários; se não combatem com firmeza as visões reformistas, ajudam a consagrar, ainda que sob novas máscaras, a exploração do homem pelo homem.

A confusão ideológica é a água turva em que pescam os reaccionários, os provocadores e os oportunistas. A luta ideológica é a primeira das responsabilidades dos trabalhadores intelectuais.



PUB.

O vidro é um material de construção, mas é também a nossa profissão.

Conhecemos as nossas responsabilidades, não abdicamos delas e estamos decididamente empenhados em corresponder ao nosso papel na Economia.

Atingimos o nível Tecnológico que estava ao alcance do nosso esforço e trabalhamos para o melhorar. Vamos saber corresponder às necessidades reais do Consumo.

Libertos hoje de compromissos, queremos estar na primeira linha dos que lutam para melhorar a qualidade de vida dos portugueses.

O vidro é a nossa profissão.
O nosso Trabalho.
A nossa maneira de intervir.



**COMPANHIA
VIDREIRA NACIONAL, S.A.R.L.**

Santa Iria de Azoia - Póvoa Portugal

Abolição do fascismo

(Continuação da pág. 29)

da democracia não cessaram de aumentar a sua arrogância e Unões Sindicais, de Centros de Trabalho de partidos progressistas e outras organizações populares, os atentados individuais, numa progressiva extensão de Norte para Sul do País.

Nesta escalada fascista teve lugar de relevo o 25 de Novembro de 1975, que marcou a passagem duma situação democrática em crescendo para a estabilidade e institucionalização dum regime democrático constitucional. A partir dessa data, muitos homens de Abril viram-se progressivamente marginalizados de cargos e postos importantes do poder político. Ganharam novo impulso, os saneamentos à esquerda num aparelho de Estado em que permaneciam elementos reacçãoários; entendeu-se a libertação de criminosos da Pide que, à revelia da própria legalidade democrática foram libertados ao abrigo dos mesmos princípios legais que haviam utilizado no passado contra os trabalhadores, os antifascistas e as massas populares. O galego recebeu crescente a actividade impune de rebombistas que vilipendiam homens e mulheres honestos, inimigos dum passado de miséria e de exploração.

A entrada em vigor da nova Constituição da República e a eleição dos órgãos constitucionais do poder político nela fixados (Assembleia da República e Presidente da República) não satisfizeram, pelos seus resultados práticos e pela sua prática política, os meios reacçãoários e neofascistas, aliados ao imperialismo.

Com o aproximar do final do ano de 1976 e das eleições para as autarquias locais, nos termos da Constituição, aumentou a arrogância do imperialismo e, à sua sombra, a de partidos, movimentos, grupos, grupúsculos e individualidades conservadoras, reacçãoárias, neofascistas e neocolonialistas, em suma, das forças revanchistas que chamavam a alternativa 26 contra o presente e o futuro democráticos do Portugal em transição para o socialismo. Se a desestabilização que procuravam não teve êxito nem no plano político nem no plano militar, já as interpretações abusivas que, ao abrigo dum legalismo formal, foram feitas da Constituição e das leis do Estado democrático por entidades empenhadas no regresso ao passado deram novo alento à (e resultaram da) nova e virulenta ofensiva reacçãoária.

Em departamentos ministeriais, em empresas públicas, nos órgãos de informação, trabalhadores progressistas foram pura e simplesmente despedidos ou exonerados. Em contrapartida, surgiu uma nova categoria humana e social: o pido bom, o ex-bulo bem intencionado,

os carrascos e torturadores inconscientes e desmemoriados, os assassinos que agiram em nome da lei por instruções de superiores ocultos.

Isto não bastava, porém. Uma rede bombista mais ramificada que o número dos seus agentes, que subia demasiado na hierarquia estabelecida, civil e militar, foi sendo progressivamente detectada, presa, abafada, libertada, na preparação da abolição final dum passado de terror e dum presente terrorista, ambos ditatoriais e fascistas.

E tudo isto a coberto de quê?

Pois dum Estado de direito democrático que não tem a mínima razão de queixa dum passado que, dum ponto de vista estritamente jurídico, ao abrigo da «legalidade» fascista e dum Código Penal com mais de um século condenou antifascistas a morte lenta ou rápida do Tarralal ou da rua, que usou frigoríficos, estúdios, isolamento e torturas várias (de sono, nomeadamente) para vencer aqueles que jamais pôde convencer, e que acabaram por ser derrotar.

Felizmente, a própria Constituição de Abril de 76 é... inconstitucional, donde se deduz a clara inconstitucionalidade, ilegalidade, ilegitimidade e criminalidade do derrube da ditadura fascista e dos que nele estiveram implicados. A liberdade política, sindical, de pensamento é contra a Constituição de 1933, embora esteja de acordo com regras universais, reconhecidas e acatadas internacionalmente. As ditaduras fascistas ainda existentes, nomeadamente na América Latina, com os seus campos de concentração e de tortura, o racismo, o «apartheid» e o nacionalismo, apesar de condenados pela actual Constituição e por organizações internacionais, como a ONU, são pecados veniais perante o «terror» reinante nos países «ditos» socialistas.

Dai a «normalidade» com que diariamente os jornais anunciam reintegrações de ELPs/MDLPs em empresas públicas; o regresso de fascistas saneados ao aparelho de Estado; a abolição ou libertação de Pides; o regresso a casa de responsáveis das redes bombistas; a prisão de dirigentes sindicais; a devolução de terras integradas em UCPs ou em cooperativas agrícolas ao abrigo dum direito de reserva, sem compensação no prosseguimento das expropriações ao abrigo da lei da Reforma Agrária e da Constituição; as tentativas de envolvimento de empresas ou sectores nacionalizados; à sulcificação financeira de empresas intervencionadas, preparando a sua devolução ao grande patronato; aos obstáculos ao controlo operário;

à publicação de legislação que visa quebrar a espinha ao Movimento Sindical e à sua Central (como é o caso dos decretos sobre qualificações sindicais, sobre contratação colectiva, etc.) ou facilitar o caminho à recuperação capitalista (lei dos despedimentos, por exemplo); ao anúncio de novos empréstimos, em condições ruinosas não publicadas.

ESTE quadro, aparentemente pessimista, reflecte no entanto a ofensiva a que o Estado democrático e as conquistas revolucionárias do povo português estão sujeitos.

Quando um tribunal se nega a aplicar a Constituição por ser... inconstitucional; quando os assassinos da Pide são condenados no mínimo das penas, contando todas as atenuantes que nunca foram reconhecidas às suas vítimas, no tempo do fascismo; quando «juizes» fascistas são encarregados de sindicâncias no aparelho de Estado contra homens de esquerda ou de processos «disciplinares» apenas de nome de facto de vindicta política; quando a imprensa internacional mais «independente» e «insuspeita» anuncia a intervenção imperialista no Movimento Sindical unitário, preparando e fomentando o divisionismo sindical e dos trabalhadores, quando isto sucede forçoso se torna reconhecer que algo vai mal na República Portuguesa. Nomeadamente na justiça portuguesa.

Como é possível a legalização de

associações políticas, declaradamente fascistas, quando a Constituição proíbe, muito natural e logicamente, a ideologia fascista e às associações que a defendam ou propaguem? Como é possível a propagação da ideologia fascista e de ideias e princípios antidemocráticos através duma imprensa reacçãoária, ao serviço da CIP, do imperialismo e de todas as forças reacçãoárias e agressivas, nacionais e internacionais? Como é possível que, por «passes de magia», se transformem fascistas confessos, terroristas comprovados, em democratas, homens de bem, defensores do povo e da pátria?

Tem razão o Presidente da República quando, na sua mensagem de Ano Novo, afirma que... ou vencemos a crise, ou ela nos vencerá... Mas para vencermos e não sermos vencidos não podemos ter contemplanções, atenuantes ou hesitações perante os inimigos da democracia, contra os paguapeiros do anticomunismo sob pena de comprometermos a democracia, de sermos fautores do regresso ao fascismo.

E que, se for feito com seriedade, o processo do fascismo só o pode condenar. Mas se forem fascistas declarados ou ocultos a fazê-lo, o fascismo será abolido, e com eles os fascistas. E não serem condenados, é conhecido o Abril terrorista. Sem apelo nem agravos.

SOLUÇÃO

DO PROBLEMA N.º 1

HORIZONTAIS

- 1 - Ao; Cabo; De
- 2 - Ipar; Avo
- 3 - Um; An; Tem
- 4 - Elos; Calo
- 5 - Conar; Pari
- 6 - Os; Rumo; Aso
- 7 - Criado; As
- 8 - Cia; Naci
- 9 - Boa; Ah; Gata
- 10 - As; Práde; Em
- 11 - Reverso; Aco

VERTICAIS

- 1 - Ai; Eco; Bar
- 2 - Oculto; Cose
- 3 - Am; Cia
- 4 - Cr; Sarro; Pé
- 5 - Rur; Ais
- 6 - Sant; Manhas
- 7 - Ovo; Poda; Do
- 8 - Cia; Oega
- 9 - Tara; Ia
- 10 - Eltas; Ter
- 11 - Elmo; Os; Avo

O Problema N.º 1
 O Problema N.º 2

SOLUÇÃO

DO PROBLEMA N.º 2

HORIZONTAIS

- 1 - Califais
- 2 - Careado
- 3 - Via; Po
- 4 - Ratat; alios
- 5 - Par; orga
- 6 - Ois; pu; aos
- 7 - Via; sim
- 8 - Mé; ri; arm
- 9 - Pesa; ada
- 10 - Osso; cromo
- 11 - Rosas; assa

VERTICAIS

- 1 - Corpo; apor
- 2 - Aai; teso
- 3 - Ois; tressa
- 4 - Lavat; aos
- 5 - Arat; par
- 6 - Fé; pi; i
- 7 - Ripas; usa
- 8 - Ido; ara
- 9 - Os; trados
- 10 - Oco; rima
- 11 - Casas; mião

PROVÉRBO
 AO CABO DE UM ANO TEM O CRIADO
 AS MANHAS DO AMO

ente
ibe,
ogia
que
omo
ogia
lios
ma
da
das
vas,
mo
lia-
os,
em
m.

lica
Ano
nos
ara
não
es,
os
sob
os
do

de.
ode
stas
-lo,
os
os,
elo



AGORA SIM:
COCA-COLA,
TELEVISÃO A
CORES....

Os caminhos sinuosos do divisionismo

(Continuação da pág. 16)

eleger livremente os seus representantes, de organizar a sua gestão e actividade e de formular o seu programa de acção.

2) As autoridades públicas devem abster-se de toda a intervenção de modo a limitar este direito ou a entrar o exercício legal. O Art.º 2.º da mesma Convenção da OIT desmascara as intenções futuras do Governo ao afirmar:

A aquisição de personalidade jurídica pelas organizações de trabalhadores e de patrões, suas federações e confederações, não pode ser subordinada a condições de modo a pôr em causa a aplicação das disposições dos Art.ºs 2.º, 3.º e 4.º.

Para além destes aspectos lembramos ainda que a Resolução sobre a Independência do Movimento Sindical, aprovada na OIT em 26 de Junho de 1952, por 112 votos sem oposição e 37 abstenções, recorda ao Ministério do Trabalho e ao Governo:

Sempre que se esforcem de obter a colaboração dos Sindicatos para a aplicação da sua política económica e social, os governos deveriam ter consciência que o valor desta colaboração depende em larga medida da liberdade e da independência do movimento sindical, considerado como um factor essencial para favorecer o progresso social não devendo os governos procurar transformar o movimento sindical num instrumento político que eles utilizarão para atingir os seus objectivos políticos.

Dificilmente um governo em qualquer outro país da Europa foi tão longe no ataque cego às organizações sindicais, ao exercício livre da actividade sindical, às conquistas dos trabalhadores em qualquer terreno onde se situe e, através dos saramentos, aos intelectuais progressistas, à competência e às forças do progresso.

Na situação política ainda difícil em que vivemos com a democracia ainda não profundamente enraizada, com as tentativas cada vez mais descaradas da direita reaccionária no sentido da desestabilização, a persistir-se na divisão do movimento sindical, a continuar a actual política do Governo de «cendência à direita», dando o exemplo de desrespeito da Constituição, limitando a capacidade criativa e de intervenção das massas trabalhadoras, é não só um caminho errado, coerente mas sobretudo perigoso. Nunca nos esqueçamos que o nosso futuro depende também do modo como modelarmos hoje o presente. A teoria não ligada à prática, a concretização por parte do Governo do ditado "Faz o que

ou digo não faças o que eu faço" recorda-nos ainda sobre esta atitude as palavras pertinentes de R. Lallemand (!): **Aqueles que reclamam em nome de todos a Revolução para amanhã, a supressão das classes, a apropriação colectiva do poder económico, a abolição dos privilégios, esses, que as reclamam em nome de todos, no dia seguinte almoçam tranquilamente na cidade, partem de férias ou discutem a manutenção da ordem com o patronato. Que incoerência".** Ou ainda "a identificação do progresso social ao simples progresso económico, isto é, ao simples aumento da produção e consumo, é precisamente a ideologia ostentada pela direita moderna" (R. L. in «Revue Socialisme», 85, 8).

Diz ainda o mesmo autor, referindo-se ao abandono da luta de classes que alguns preconizam ou dizem inexistente:

"Por outro lado a tentação é grande para tirar partido desta impotência e rejeitar com uma chapelada os princípios e a doutrina, se bem que, como dizia André Breton, já não usemos chapéu.

O Movimento Sindical esse continuará fiel à sua doutrina na senda da sociedade socialista reforçando dia a dia a unidade dos trabalhadores em torno da Poderosa Organização Unitária, independente, Democrática, de Classe e de Massas que é a Intersindical.

Aqueles que voluntariamente se afastaram do grande acontecimento que é o Congresso, esperamos que, no interesse dos trabalhadores, voltem a uma prática sindical séria, digna e genuinamente portuguesa. É preciso que os trabalhadores que eventualmente se tenham deixado ludir pela propaganda divisionista se lembrem que temos tudo em comum e que é muito maior aquilo que nos une que o muito pouco que nos divide e meditem igualmente e sempre nestas palavras do socialista francês H. Krasucki (!): "Por detrás do verniz atraente é sempre útil certificarmo-nos da solidez da madeira".

Tratando-se de uma questão tão vital e que condiciona o seu futuro e o futuro da sua classe, os trabalhadores têm sempre interesse em não acreditar em ninguém. Só em palavras e a perguntar: O que há realmente por detrás daquela "slogan"? Que quer dizer na realidade? Na prática onde conduz? A resposta está nas mãos dos trabalhadores e estes, estamos certos, não regatearão esforços para

dar uma resposta condigna aos **divisionistas e aos seus conselheiros.**

Sobretudo porque "os ilustres **escrivhadores"** da CIP e do patronato em geral, que apolaram os esforços divisionistas, já aconselham aos trabalhadores portugueses "... a curto e a médio prazo, os trabalhadores e seus sindicatos deverão abdicar das suas reivindicações monetárias irrealistas

esforçando-se antes por aumentar a produção..." («Jornal Novo»).

Para bom entender...

(!) R. Lallemand é um prestigiado advogado que participou em inúmeros processos como o de Régis Debray, de numerosos antifascistas gregos e no de Daniel Cabrita como observador.

(?) H. Krasucki é secretário confederal da CGT e responsável pela "Vie Ouvrière".

PUB.

O controlo operário e a nacionalização da Indústria
V. I. LENINE
Biblioteca do Socialismo Científico, n.º 47
Preço: 105\$00

Os trabalhadores e o capitalismo monopolista de Estado
L. TARASSOV
2.ª edição
Cadernos políticos, n.º 5
Preço: 65\$00

Sindicatos e luta de classes
Henry Krasucki
4.ª edição
Coleção Praxis, n.º 9
Preço: 65\$00

O Mercado Comum. A Integração e Portugal
Sérgio Ribeiro
3.ª edição, atualizada
Coleção Polémica, n.º 5
Preço: 130\$00

Contos do Gin Tonic
Mário Henrique Leiria
2.ª edição
Coleção Novas Direções
Preço: 95\$00

Introdução ao Materialismo Dialéctico
Maurice Cornforth
Biblioteca Estampa
3 volumes, cada 95\$00

Editorial Estampa, Lda.
R. Escola do Exército, 9, r. c. Dto.
LISBOA

PUB.

FÉRIAS 77

Torna-se necessário fazer a sua reserva, e nós propomos várias opções:

ALGARVE
MADEIRA
AÇORES
PALMA MAIORCA
TORREMOLINOS
BENIDORN

RÚSSIA E ESCANDINÁVIA
NEW YORK
NICE - RIVIERA FRANCESA
MARROCOS
COPENHAGUE
SUIÇA - ÁUSTRIA - ITÁLIA
PARIS

E TANTAS OUTRAS SOLUÇÕES

PEÇA-NOS O PROGRAMA DETALHADO

 **VIAGENS • TURISMO**
citirama

Av. Praia da Vitória, 12-B - LISBOA (ao Saldanha)
Tel. 57 55 64 - 56 06 68 • Telex 16457 • Telegramas Cirama

PUB.


DIABRIL EDITORA
SOCIEDADE COOPERATIVA

RUA INFANTARIA, 16 - 37-A • LISBOA

UMA EDITORA QUE NASCEU COM A REVOLUÇÃO

**TODAS AS EDITORAS PUBLICAM LIVROS,
ALGUMAS PUBLICAM OS LIVROS DE QUE
OS TRABALHADORES PRECISAM**

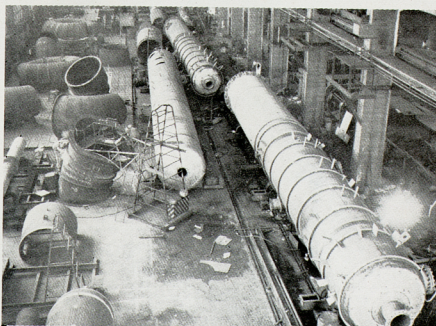
**PARA CONHECER MELHOR A DIABRIL, ENVIE-NOS,
PREENCHIDO, O TALÃO ABAIXO**

**QUE É A DIABRIL? QUE OBRAS PUBLICA?
QUE PLANOS TEM PARA O FUTURO?**

NOME _____
MORADA _____
PROFISSÃO _____

 **EQUIMETAL**

EMPRESA FABRIL DE EQUIPAMENTOS METÁLICOS, S.A.R.L.



Oficina de caldeiraria — Ala de fabricação de equipamento processual e centrais hidroeléctricas

— SEDE SOCIAL - Lisboa

- Administração
- Departamentos Centrais

— DIVISÕES

— DIVISÃO METALPROCESS - Barreiro

Principais fabricos:

- Geradores de Vapor, de Energia, Industriais e Marítimos
- Fermentadores de Calor
- Reservatórios de Pressão
- Reservatórios de Armazenagem de Líquidos
- Estruturas Metálicas Pesadas
- Equipamento para as Indústrias Química, Petroquímica e Petrolífera
- Fornalhas e Fornos
- Batedeiras, Pontões, etc.
- Máquinas Média e Pesada
- Aços Vazados de Carbono, especiais de Alta Resistência, Resistentes a Abrasão, Retractores e Reservatórios a Contrabó

— DIVISÃO METALCONT - Barreiro

Fabrico

- Controlores I.S.O. em Aço para Caixa Seca

— DIVISÃO METALSINES - Sines

Fabrico

- Vagões para Caminhos-de-Ferro

— DIVISÃO METALNORTE - Aroiteia - Porto

Fabrico

- Caldeiras de Vapor

— DIVISÃO METALSADO - Setúbal (prevista para breve)

Fabrico

- Equipamento Processual Médio e Pesado
- Apoio à Construção Naval
- Apoio à Indústria de Prospeccção e Produção Off-Shore de Petróleo

— DIVISÃO CONJUNTOS INDUSTRIAIS - Lisboa (em estudo)

Fabrico

- Engenharia de Projecto
- Prospeccção e Promoção de Mercados
- Família de Licenças
- Negociação e Gestão de Contratos
- Departamento de Caldeiras de Vapor

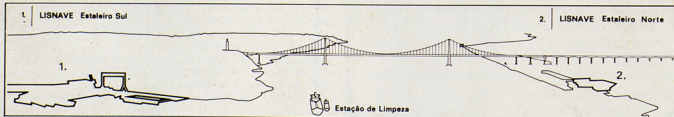
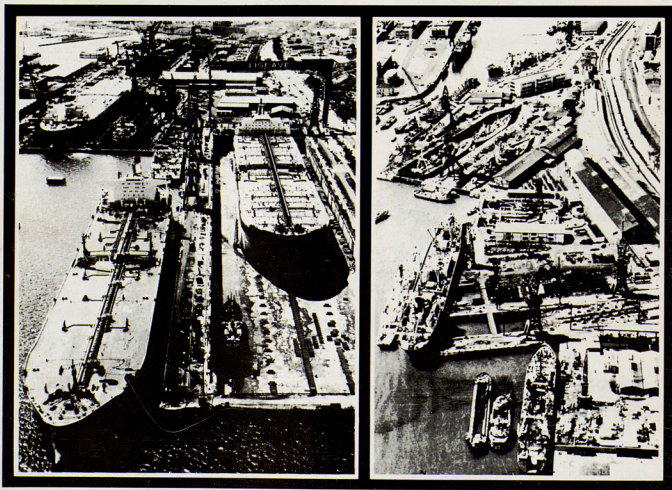
Transportado pelos

 **Caminhos de Ferro
Portugueses**

nas docas e aos cais

NAVIOS

de todos os tipos até às maiores dimensões



O Centro de Reparações Navais da Lisnave, situado no estuário do Tejo, a três ou quatro dias de navegação dos portos do Norte da Europa, garante assistência completa, em condições excepcionais de acesso, abrigo, fundeadoiro e clima, aos navios de todos os tipos e dimensões, do presente e do futuro, até 1000 000 t. p. É formado por: LISNAVE - Estaleiro Norte, para navios até 21000 t. p. LISNAVE - Estaleiro Sul, para navios até 1000 000 t. p. (sub-produto: construção de cascos até 400 000 t. p.). ENI, electricidade, electrónica e instrumentos de comando automático - GASLIMPO, limpeza, recepção e separação de efluentes da lavagem de tanques de petróleo - TREPROMEL, reparação e recondicionamento de hélices - ELECTRO-ARCO, soldadura e fabrico de electrodos de soldadura - LISNICO, reparações a bordo de navios a navegar - FRINIL, ar condicionado, ventilação e refrigeração. Frota de rebocadores.

LISNAVE
Estaleiros Navais de Lisboa, s.árl